

**Desafios de Defesa Nacional: O Mar Angolano e os Contributos do  
Poder Naval (2002-2016)**

**Mestranda:** Suraia da Conceição Munguengue

**Orientadora:** Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Estratégia

**Lisboa**

**2018**

**WWW.ISCSP.U LISBOA.PT**

## **Dedicatória**

Á minha família, pela ausência!

## **Agradecimentos**

A Deus, pela vida e oportunidade de frequentar e concluir essa formação distante de casa e da minha família.

Começo por agradecer à Senhora Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, por ter aceite no primeiro contacto orientar a minha dissertação. Sou grata, pela sua disponibilidade, pelo rigor e exigência, pois não seria possível elaborar este trabalho sem o seu inestimável apoio.

Expresso também a minha gratidão ao Instituto de Superior de Ciências Sociais e Política, especialmente à Senhora Vice-Presidente Doutora Alice Trindade, e à coordenação do curso de Estratégia nomeadamente ao Senhor Professor Doutor Heitor Barras Roma, pelo caloroso acolhimento que me foi dado no início da formação, sendo fundamental para minha adaptação.

Agradeço ao Senhor Professor Doutor Almirante António Silva Ribeiro, pelos conselhos, pelas ideias e pela sua disponibilidade mesmo tendo muitas ocupações profissionais, sempre esteve disponível para acompanhar a elaboração deste trabalho de investigação.

A minha gratidão destina-se também à Universidade Técnica de Angola, por ter apostado em mim e financiado a minha bolsa de estudo. Ao Senhor Professor Wilton Micolo, por acreditar em mim, pois em o seu apoio não teria frequentado esta formação, os meus eternos agradecimentos.

Sou muito grata ao Senhor Professor Mário Pinto de Andrade, Excelentíssimo Reitor da Universidade Lusíada de Angola, pelo seu incondicional apoio, académico, científico e pessoal, por me ter orientado no contacto com as pessoas certas ligadas à temática que foi analisada na presente dissertação.

Devo expressar um agradecimento particular a alguns oficiais superiores das FAA, como o Almirante Augusto da Silva Cunha, Vice-Almirante Martino António, Brigadeiro Paiva, Coronel Bento Simão, Capitão de Mar e Guerra Manuel Bento e o Superintendente Chefe Félix Moisés Wpango, pela disponibilidade e espírito de ajuda demonstrado, mesmo tratando-se de questões sensíveis como a Defesa Nacional.

Agradeço aos meus familiares, particularmente os meus pais, irmão, sobrinhos, por me encorajarem e acreditarem nas minhas capacidades, sendo que mesmo distante sempre estiveram presentes dando o seu apoio incondicional.

Um agradecimento deve ser extensivo aos meus amigos e colegas, Amélia Fernandes, Adriano Xavier, Cidália de Castro, Iracelma Adjanir, Cláudia Massai, Deise Antunes, Luciana Neto, Manuel Kivuna, Nádia Pilartes e Maria Gouveia, pelo incentivo e força que me transmitiram de nunca desistir. Esses agradecimentos se estendem igualmente ao Bill Hermenegildo, pelo companheirismo, ideias e discussões sobre alguns aspectos da minha dissertação, pela paciência e pelo seu apoio incalculável.

Por fim, mas não menos importante, à todas as pessoas que contribuíram directa e indirectamente para a realização deste trabalho que não tenham sido mencionadas, os meus humildes agradecimentos, uma vez que um trabalho científico com esta proporção envolve o contributo de muitas pessoas, mas que pelo limite de palavras não é possível citá-las a todas individualmente.

## Resumo

A presente dissertação tem como objectivo identificar e discutir os Desafios de Defesa Nacional no Mar Angolano, particularmente após o fim da guerra civil, e compreender de que forma o Poder Naval, enquanto principal instrumento de força do Estado naquele espaço, pode contribuir para garantia da Defesa Nacional. Assim, analisamos os constrangimentos que se impõem ao mar, durante o período de 2002 a 2016, sendo identificados como principais e com impactos, negativos directos, a soberania nacional: a pirataria marítima, imigração e pesca ilegal, ameaças militares externas, delimitação das fronteiras marítimas e alargamento da Plataforma Continental.

Durante o período de guerra civil (1975-2002), a estratégia de Defesa Nacional, esteve centrada na garantia de inviolabilidade das fronteiras terrestres onde o conflito foi mais latente influenciando deste modo, maiores investimentos em dispositivos de força militar ao Exército e Força Aérea Nacional, ficando a Marinha de Guerra sem um Poder Naval desadequando à dimensão do mar, tornando-se este vulnerável a diversas ameaças há mais de duas décadas. Assim, a garantia da defesa do Mar Angolano, tornou-se uma prioridade e um desafio contemporâneo para o Estado, visando a preservação da sua integridade física e sua acessibilidade, pelo o facto daquele espaço ser uma via de comunicação e de entrada directa e estratégica para o espaço terrestre nacional, considerando os 1650 km de extensão que o mar possui, e equacionando a sua ligação com o espaço marítimo da região do GG onde ameaças transnacionais como a pirataria e são frequentes.

Assim, foi problematizada de que forma o Estado articula a Estratégia de Defesa do mar, interligando-a a Política de Defesa Nacional e a modernização do Poder Naval ao novo ambiente de paz que o país vive e garantir a Defesa Nacional no mar, que tem impacto a nível da segurança nacional. Para o alcance desses objectivos, fizemos a articulação entre vários conceitos como Estratégia, Segurança e Defesa Nacional e Poder Naval, bem como, consideramos complementarmente os da Economia, Política Externa e Poder Nacional. Tal articulação, permitiu fazer uma análise histórico-evolutiva do Poder Naval Angolano, e de que forma este poderá contribuir para a Defesa Nacional e afirmação do país como potência militar regional em África.

**Palavras-Chaves:** Mar Angolano; Desafios de Defesa Nacional; Poder Naval; Golfo da Guiné.

## **Abstrat**

The purpose of this dissertation is to identify and discuss the National Defense Challenges in the Angolan Sea, particularly after the end of the civil war, and to understand how the Naval Power, as the main force of the State in that space, can contribute to the National defense. Thus, we analyze the constraints that are imposed on the sea during the period from 2002 to 2016, with national sovereignty identified as main and with direct negative impacts: maritime piracy, immigration and illegal fishing, external military threats, border delimitation expansion of the Continental Shelf.

During the period of civil war (1975-2002), the National Defense strategy focused on guaranteeing the inviolability of the land borders where the conflict was more latent, thus influencing greater investments in military force devices to the Army and National Air Force, leaving the Navy without a naval power that is inappropriate for the size of the sea, making it vulnerable to several threats for more than two decades. Thus, the guarantee of the defense of the Angolan Sea has become a priority and a contemporary challenge for the State, aiming at the preservation of its physical integrity and its accessibility, by the fact that it is a means of communication and direct and strategic entry for the national terrestrial space, considering the 1650 km of extension that the sea has, and equating its connection with the maritime space of the GG region where transnational threats such as piracy are frequent.

Thus, it was questioned how the State articulates the Strategy of Defense of the sea, linking it with the National Defense Policy and the modernization of Naval Power to the new environment of peace that the country lives and guarantee the National Defense at sea, which has impact on national security. In order to reach these objectives, we have articulated various concepts such as Strategy, Security and National Defense and Naval Power, as well as, complementarily those of the Economy, Foreign Policy and National Power. This articulation allowed for a historical-evolutionary analysis of the Angolan Naval Power, and how this could contribute to the National Defense and affirmation of the country as a regional military power in Africa.

**Keywords:** Angolan Sea; Challenges of National Defense; Naval Power; Gulf of Guinea

# Índice

<b>Dedicatória.....</b>	<b>I</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>II</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>IV</b>
<b>Abstrat .....</b>	<b>V</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>VIII</b>
<b>Índice de Tabelas.....</b>	<b>VIII</b>
<b>Lista de Siglas e Acrónimos .....</b>	<b>IX</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
Objectivos e Delimitação da Investigação .....	3
Estrutura da Dissertação.....	6
<b>Nota Metodológica.....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo I – Os Contributos da Teoria da Estratégia para um Enquadramento Teórico</b>	
<b>Conceptual .....</b>	<b>10</b>
I.1- A importância das Teorias da Estratégia .....	10
I.2 - Segurança Nacional .....	14
I.3 - Defesa Nacional.....	17
I.4 - Poder Naval .....	20
<b>Capítulo II – O Mar Angolano e os Desafios de Defesa Nacional .....</b>	<b>24</b>
II.1- Delimitação das Fronteiras Marítimas e alargamento da Plataforma Continental .....	26
II.2 - Pirataria Marítima .....	29
II.3 - Imigração Ilegal pelo Mar .....	31
II.4 – Terrorismo Internacional e o Espaço Marítimo .....	33
II.5 - Ameaças Militares.....	34
II.6 - A Relevância do Mar para a Economia Nacional e Desafios Ambientais .....	38
<b>Capítulo III – A Política de Defesa Nacional após 2002 e a Marinha de Guerra Angolana</b>	
III.1 - Política de Defesa Nacional após o fim da Guerra Civil (2002) .....	42
III.2 - As Forças Armadas Angolanas e a Política de Defesa Nacional .....	45
III.3 - A Marinha de Guerra Angolana e a Política de Defesa Nacional.....	47
III.3.1 - Missões e Estrutura Organizativa .....	48
III.3.2 - Recursos Humanos.....	51
III.3.3 - Infra-estruturas e Meios Navais .....	51

III. 4 - Perspectivas para o Futuro do Poder Naval de Angola.....	53
<b>Capítulo IV- Contributos do Poder Naval de Angola para a Defesa Nacional .....</b>	<b>55</b>
IV.1 – No Âmbito da Defesa Militar do Território .....	55
IV.2 - No Âmbito da Segurança Nacional e Serviço Público .....	58
IV.3 - No Âmbito da Participação na Política Externa de Angola.....	61
<b>Conclusão.....</b>	<b>67</b>
<b>Lista de Referências Bibliográficas .....</b>	<b>70</b>



## Índice de Figuras

Figura 1 -Limites do mar Angolano. ....	25
Figura 2 - Limites marítimos CNUDM (1982). ....	26
Figura 3 - Área reivindicada pela RDC e Blocos de petróleo explorados por Angola... ..	28
Figura 4 - Área de sobreposição das PCs de Angola e Gabão .....	28
Figura 5 - Pirataria no GG .....	30
Figura 6 - Bases Militares dos EUA no mundo.....	36
Figura 7- Estrutura da PDN de Angola .....	44
Figura 8- Estrutura das FAA .....	46
Figura 9- Estrutura Orgânica da MGA .....	50
Figura 10- Representação Territorial do PN de Angola .....	52
Figura 11- Áreas de Busca e Salvamento Marítimo dos Países da CPLP .....	60
Figura 12- Províncias Marítimas de ANGOLA. ....	61
Figura 13- Mapa de partilha de informações.....	66

## Índice de Tabelas

Tabela 1- Missões da MGA.....	49
Tabela 2- Meios Navais da MGA.....	53
Tabela 3- Futuro PN de Angola.....	54

## **Lista de Siglas e Acrónimos**

**ANGOP** – Agência Angola Press

**BNA** - Banco Nacional de Angola

**CNCOM** – Centro Nacional de Coordenação Marítima

**CRA** – Constituição da República de Angola

**CGG** – Comissão do Golfo da Guiné

**CNCA** – Conselho Nacional de Carregadores de Angola

**CNUDM** – Convenção das Organização das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

**CLPCNU** – Comissão de Limites da Plataforma Continental da Nações Unidas

**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**DPOFAN** – Direcção de Planeamento e Organização da Força Aérea Nacional

**EDLPA** - Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola

**EMA** – Equipamento de Monitorização de Actividades

**EMGFAA** – Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas

**EOMGA** – Estatuto Orgânico da Marinha de Guerra Angolana

**EUA** – Estados Unidos da América

**FA** – Forças Armadas

**FAA** – Forças Armadas Angolanas

**FAN** –Força Aérea Nacional

**FAPLA** – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

**GG** – Golfo da Guiné

**IMB** – International Maritime Bureau

**ISCSP** – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

**LDNFAA** - Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas Angolanas

**MEL** – Memorando de Entendimento de Luena

**MGA** - Marinha de Guerra Angolana

**MGPA** – Marinha de Guerra Popular de Angola

**NATO** - North Atlantic Treaty Organization

**OGE** – Orçamento Geral do Estado

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PC** – Plataforma Continental

**PE** – Política Externa

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PDN** – Política de Defesa Nacional

**PNDPA** – Plano Nacional de Desenvolvimento das Pescas de Angola

**PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento

**PGF** – Polícia de Guarda Fronteiras

**PN** – Poder Naval

**PRONAVAL** – Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola

**RPA** – República Popular de Angola

**SGM** – Segunda Guerra Mundial

**SME** – Serviço de Migração e Estrangeiros

**SI** – Sistema Internacional

**SINAVIM** – Sistema Nacional de Vigilância Marítima

**SNFPA** – Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura

**SONANGOL** – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

**UA** – União Africana

**UE** – União Europeia

**UNITAR** – United Nations Institute for Training and Research

**U.S. AFRICOM** – United States Africa Command

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**ZEE** – Zona Económica Exclusiva

## Introdução

A presente investigação científica tem em vista à obtenção do grau de Mestre em Estratégia. Para o alcance de tal desiderato propusemo-nos desenvolver uma investigação subordinada ao tema: **Desafios de Defesa Nacional: O Mar Angolano e os Contributos do Poder Naval (2002-2016)**.

O objecto de estudo é actual e pertinente, pelo facto de Angola possuir uma extensa fronteira marítima de 1650km que não se encontra protegida na sua forma global, o que explica, que nos últimos anos o país tenha sido alvo de actos de imigração ilegal em massa por via marítima, de pesca ilegal e de outros actos ilícitos (António, 2009). Por outro lado, o Governo de Angola tem pretensões de ver alargada à extensão da sua plataforma continental para 350 milhas, uma área que é contestada por países como a República Democrática do Congo (RDC), e o Gabão, que pode causar um conflito entre os países (Barros, 2014). Hodiernamente o controlo e fiscalização do mar angolano é levado acabo por várias instituições do Estado como o Ministério das Pesca e Aquicultura, do Interior, dos Petróleos e da Defesa Nacional no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Marítima (SINAVIM), criado em 2009 (Presidência da República de Angola, 2009), mas é facto que de forma geral essas instituições não possuem meios técnicos para o patrulhamento constante das águas marítimas sob jurisdição de Angola (Kivuandiga, 2015).

Angola necessita de um Poder Naval (PN) forte para reprimir os actos ilícitos actuais e ter capacidade de dissuadir qualquer ameaça ou um eventual conflito devido a disputa de fronteiras marítimas no futuro. Ou seja, depois de uma longa guerra civil que culminou em 2002 um dos principais desafios de defesa nacional está relacionado com a defesa do mar como garantia da soberania nacional (Carvalho, 2014).

A história evidencia que, ao longo de vários séculos, os mares e oceanos desempenham um papel essencial no âmbito da segurança e defesa das comunidades (Ginga, 2014). Este factor de poder tem servido como importante fonte de recursos naturais, proporcionando desenvolvimento económico e bem-estar às populações, além de ser uma importante fonte de “subsistência” capaz de garantir a “sobrevivência” dos Estados costeiros.

Para Angola, o mar apresenta-se como um elemento indispensável para o seu desenvolvimento económico, uma vez que é um Estado fortemente dependente de receitas provenientes do petróleo, embora o preço daquele produto tem nos últimos anos sido fortemente afectado pela baixa no mercado internacional, mas apesar de tais constrangimentos, o petróleo continuar a ter um peso relevante na economia nacional. Segundo Relatório de Contas de 2015 do Banco Nacional de Angola (BNA) cujos resultados demonstraram que o petróleo foi nesse período, o recurso que mais contribuiu para o PIB, com cerca de 38,87% (BNA, 2016). Em igual período foi, o maior produto de exportação, representando 96,79 % (INE, 2016).

Para além dos benefícios socioeconómicos associados ao mar, este afigura-se, como um desafio à soberania nacional. Assim, com a expansão de ameaças transnacionais, como o terrorismo, pirataria e de entre outros (Lara, 2015), o mar angolano apresenta-se, também vulnerável a essas ameaças, sendo que para as combater é essencial a implementação de um sistema de controlo e vigilância do espaço marítimo, com meios humanos e técnicos, assim como a disponibilidade de acesso a informações estratégicas fidedignas (Romana, 2016).

Deste modo, o objecto de estudo enquadra-se no domínio da Estratégia, porque Angola, geograficamente e em termos de fronteiras marítimas está inserida na costa ocidental de África entre os paralelos 5 e 18 de latitude sul e os meridianos 12 e 24 de longitude leste, posição que coloca o país na condição de elemento de ligação entre a região Austral e Central, o que demonstra a relevância estratégica do posicionamento do mar angolano (Pegado, 2014 e Veríssimo, 2016), que permite ao país estar integrado em organizações regionais com propósitos ligados à segurança marítima, como a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) (Gonçalves, 2011 e Carvalho, 2014).

Em termos geopolíticos o mar angolano, enfrenta ameaças que têm origem ou maior incidência na região do Golfo da Guiné (GG), como ataques piratas e assaltos à mão armada dirigidos a vários actores, incluindo Angola (IMB, 2004; 2010 e 2015).

A posição geográfica de Angola, constitui um elemento “robusto” do poder nacional que, segundo Luís Fontoura (2007, p. 10), *“é a soma dos atributos que capacitam um Estado para que possa atingir os seus objectivos externos”*, sendo necessários considerar a avaliação dos elementos tangíveis do Estado, como a sua configuração, o seu clima e a sua estrutura física, e a sua *posição geográfica*, que irão

determinar as potencialidades e a aptidão do Estado para gerar os meios capazes de garantir a sobrevivência, em termos aceitáveis, da nação. A posição geográfica é neste sentido, um elemento imprescindível, que poderá determinar entre equilíbrio do que se preveja alcançar, as escolhas, condicionamentos, e decisões do Estado (Idem, pp. 18-19). Assim, considerando a localização e os desafios que mar angolano apresenta, determinam as opções, condicionalismos e deliberações que o Estado Angolano terá de tomar para garantir a sua defesa.

O desenvolvimento do PN angolano em articulação com os desafios que se colocam à defesa nacional do país no século XXI e com particular incidência depois do fim da guerra civil em 2002 (em articulação com os desafios de defesa marítima no GG), impõem uma análise do ambiente externo no qual um Estado está inserido, na medida em que o mesmo representa condicionamentos importantes com repercussões directas e indirectas na resolução dos problemas que, do ponto de vista nacional se colocam à Defesa do mar angolano. Por isso, argumentamos em defesa que a MGA terá um papel determinante, nomeadamente no que refere à componente do PN para garantir a defesa nacional face aos desafios globais que se colocam ao mundo em geral e a Angola em particular, pelo que fica amplamente justificada a relevância e a actualidade do objecto de estudo da presente dissertação.

## **Objectivos e Delimitação da Investigação**

Escolher analisar o PN angolano em articulação com os desafios que se colocam à Defesa Nacional de Angola no período de 2002 a 2016 é resultado de leituras e reflexões sobre os assuntos relacionados com a Política de Defesa Nacional (PDN) em Angola e fruto do nosso interesse pessoal, uma vez que a fronteira marítima de Angola, conforme referido, não se encontra totalmente protegida, enfrentando extensos e profundos desafios, em larga medida ampliados pelo ambiente de globalização que caracteriza a Nova Ordem Global Contemporânea (Balão, 2011; 2014).

Para a selecção do objecto de estudo e sua delimitação, foi necessário fazer a revisão de literatura como um preceito científico essencial em cada projecto de investigação (Moreira, 1994). Estudos académicos nas áreas de segurança e defesa de Angola, especificamente o seu PN, constituem ainda uma temática difícil de ser abordada

devido a vários condicionalismos de que destacamos, apenas a título de exemplo, o facto de se tratar de um assunto ligado à soberania nacional e ao segredo de Estado (Bobbio, 2000).

Todavia, realçar-se os contributos de algumas teses de doutoramentos como: Lopes Ferreira Baptista. *Evalución Geoquímica de las propiedades del material particulado (Polvo suelos y sedimentos) de la ciudad de Luanda (Angola) y su entorno: Implicaciones Ambientales*- Universidade Politécnica de Madrid, 2005; Luís Manuel Brás Bernardino, *A posição de Angola na arquitectura de paz e Segurança em África* – ISCSP da Universidade de Lisboa (2012); Gilberto da Piedade Veríssimo, *A Posição Estratégica de Angola no Golfo da Guiné (Contributos as Políticas Externas e de Defesa)* - ISCSP, Universidade de Lisboa, 2014; Damião Fernando Capitão Gíngua, *Angola e a Complementaridade do Mar: O mar enquanto factor Geoestratégico de Segurança, Defesa e Afirmação* – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2014; Kamal Deen Ali. *Maritime security Cooperation in the Gulf of Guinea: Prospects and Challenges*. University of Wollongong. Austrália. 2014; Carlos Manuel de Costa Nunes. *O Golfo da Guiné e a Segurança Energética dos EUA e da China. Relações Internacionais*, Universidade Nova de Lisboa, 2015.

Com base no exposto torna-se evidente a carência de obras em matéria de segurança e defesa dedicadas ao caso de Angola. Essa escassez acresce na justificação para a nossa opção pelo objecto de estudo, bem como na defesa da sua pertinência e actualidade. As obras analisadas, constatamos algumas lacunas, particularmente quanto à argumentação em defesa do mar angolano. Os trabalhos citados, por um lado, debruçaram-se sobre a importância geopolítica, geoestratégica e geoeconómica que a região do GG de forma geral (incluindo Angola), tem ganho nos últimos anos, pelos recursos energéticos localizados no mar, mas igualmente pela instabilidade e crescente expansão de actos ilícitos, assim como pelo papel que os Estados deverão desempenhar na preservação da paz e estabilidade regional, sendo a cooperação regional e internacional, apontadas como a principal via de resolução.

Quanto à defesa do mar angolano, embora as obras esbocem algumas soluções, não especificam profundamente quais seriam aquelas que unilateralmente, deverão ser discutidas com vista à sua implementação para garantir a sua defesa privilegiando para tal a cooperação multilateral. Em nosso entender e embora a cooperação seja indispensável, defendemos necessidade da organização interna em termos de meios



humanos e técnicos em primeiro lugar e, posteriormente, então a cooperação. Procuramos centrar a nossa análise nos contributos do PN para a Defesa Nacional. E tal objectivo depende, directa e indirectamente, da existência de meios e vontade política, esta última intimamente interdependente da cultura política traduzida, também, na noção marítima do Estado Angolano (Mahan, 1980).

Centramos o nosso objecto no PN com o propósito de efectuar o *status quo* da MGA no que concerne aos seus objectivos, missões, recursos humanos, técnicos e equipamentos, analisando o período entre 2002 e 2016, de forma a buscar compreender quais os contributos desse poder quer para a Defesa Nacional, quer como instrumento da Política Externa (PE), contribuindo para a afirmação do país a nível regional, particularmente na região do GG.

A limitação do objecto de estudo exige, também, uma delimitação de conceitos, de forma a incluir o tipo de fenómeno que se quer analisar (Balão, 2008). Para a presente investigação recorreremos ao conceito de Estratégia, uma palavra aplicada actualmente em várias áreas de conhecimento (Sousa, 2005). O conceito é utilizado com a perspectiva de compreendermos, de acordo com os interesses nacionais no mar, qual é a estratégia que o governo deverá adoptar, em articulação com um PN capaz de assegurar a Defesa Nacional no mar. Deste modo, evidenciamos as questões políticas incluindo a segurança e defesa, complementando com questões económicas.

Os conceitos de Segurança e Defesa Nacional, foram igualmente tidos, como conceitos centrais, e operacionalizados de acordo com as diferentes propostas teóricas, no sentido de compreendermos a evolução e sistematização no quadro das Relações Internacionais contemporâneas. Assim, considerando o objecto de estudo em análise, argumentamos que a garantia da defesa nacional de Angola passa, pela actuação do Estado enquanto entidade suprema no domínio interno, e é neste contexto que os conceitos são abordados com base na concepção do Estado angolano.

Para alcançar tais objectivos é necessário que o país possua um PN adaptado à nova realidade, após uma longa guerra civil, integrado no Sistema Internacional (SI) globalizado, de modo a poder defender as fronteiras marítimas e usufruir dos benefícios que o mar pode fornecer para além de projectar o seu poder e influência a nível regional no continente africano, sendo necessário garantir uma interacção entre a estratégia marítima, a segurança, a defesa e o PN, para o alcance dos objectivos identificados. Sendo

central também, operacionalizarmos o conceito de PN, enquanto componente do Poder Marítimo.

Neste âmbito, atendendo à relevância do objecto de estudo na área da Estratégia que, consideramos, pode suscitar inúmeras questões pertinentes, susceptíveis de surgirem diferentes vias alternativas, igualmente relevantes, subsiste a necessidade de definirmos os objectivos sobre os quais incidirá a nossa análise, uma vez que existem, desde longo, dificuldades subjacentes à própria obtenção das informações.

A investigação propõe-se alcançar o seguinte objectivo geral: **Discutir os contributos do Poder Naval para responder aos interesses de Defesa Nacional.** Com este objectivo geral procurar-se-á analisar de que forma o PN contribui para a Defesa Nacional de Angola, tendo em atenção os desafios que o país enfrenta no domínio marítimo.

Foram definidos os seguintes objectivos secundários:

- Caracterizar o Mar de Angola nas suas dimensões geográfica, securitária e económica;
- Identificar e discutir os desafios securitários e económicos que se colocam ao mar Angolano;
- Analisar o lugar do mar na política de defesa nacional de Angola;
- Discutir em que medida o Poder Naval pode contribuir para a defesa nacional em sede de resposta aos desafios que lhe são colocados no século XXI.

## **Estrutura da Dissertação**

Com base nos objectivos definidos a presente investigação é composta para além da introdução e nota metodológica, por quatro capítulos centrais, uma conclusão e bibliografia.

O primeiro capítulo centra-se na operacionalização de conceitos chaves como, Estratégia, Segurança Nacional, Defesa Nacional e Poder Naval, enquadrando ao objecto de estudo e das suas diversas componentes no âmbito da Teoria da Estratégia, para melhor compreensão dos capítulos seguintes. O segundo, foca a caracterização do mar de Angola

e a sua relevância para o país em várias dimensões (estratégica, securitária e económica), em articulação com os desafios que enfrenta no domínio da defesa nacional.

O terceiro capítulo faz uma retrospectiva histórico-evolutiva da MGA, interligando com a análise da Política de Defesa Nacional definida pelo país após o final da guerra civil em 2002, com o objectivo de apurar qual o papel que lhe é reservado. Equacionamos os desafios conjunturais que a nível regional são colocados à estrutura do PN angolano, e procura-se compreender as suas actuais capacidades, as necessidades futuras, bem como os compromissos internacionais em geral e no quadro do GG.

O quarto e último capítulo faz uma projecção sobre quais seriam os contributos do PN em face dos desafios nacionais, como o apoio a missões militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) o seu contributo para a segurança nacional e para a PE de Angola, bem como a eventual participação em iniciativas internacionais.

## **Nota Metodológica**

A presente investigação visa alcançar os objectivos acima definidos e contribuir para estudos futuros relacionados com a defesa do mar angolano e seu PN, procurando dar resposta à seguinte pergunta central: **De que forma o Poder Naval tem contribuído para responder aos desafios de Defesa Nacional no Mar de Angola?**

### **Questões Derivadas**

- Quais são as características do mar de Angola?
- Quais são os desafios securitários e económicos de defesa no mar angolano?
- Qual é a relevância do mar na Política de Defesa Nacional de Angola?
- Como é que o Poder Naval poderá contribuir para a Defesa Nacional?

Considerando a relevância da metodologia para os estudos científicos, sendo que a “metodologia científica significa o estudo do método aplicado à ciência” (Coelho, 2013), consoante a área da ciência que se estuda, há métodos e procedimentos distintos, (Idem, p. 4). Neste âmbito, baseamo-nos numa metodologia de pesquisa de índole exploratória, sendo esta utilizada quando o objectivo é estudar um objecto ou problema

de pesquisa pouco estudado, contribuindo para a familiarização de fenómenos relativamente desconhecidos (Sampier et al, 2006).

Sendo uma pesquisa de cariz exploratório, apoia-se em fontes primárias e secundárias. Quanto às fontes primárias, recorremos a publicações anuais e documentos emanados pelo Governo de Angola (como a legislação nacional, documentos oficiais da MGA e das FAA, bem como algumas declarações públicas de responsáveis políticos como os Ministros, Comandantes das FAA entre outros) e documentos internacionais como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982. As fontes secundárias utilizadas, cingiram-se a referências bibliográficas ligadas ao objecto sobretudo constituídas por artigos científicos, teses de doutoramento, bem como a imprensa nacional, internacional e fontes cartográfica.

Ainda quanto às fontes, não deixámos de contactar em Angola, académicos, diplomatas e militares (inclusivé oficiais superiores da MGA e responsáveis do Instituto de Defesa Nacional de Angola), no sentido de obter informações sobre a realidade do sistema de defesa marítima de Angola, muito embora as tentativas de efectivação de entrevistas não tivessem sido concretizadas. Mas, conforme salientado anteriormente, reflexões sobre questões de segurança e defesa em Angola ainda são muito limitadas e difíceis pelos receios associados às questões que envolvem a problemática do segredo de Estado (Balão, 2014). Para além disso, muitos dos entrevistados ou contactados encontram-se em exercício de funções, e não revelaram informações fiáveis e cientificamente passíveis de ser aceites como válidas, tratando-se de assuntos ou temáticas exclusivamente abordadas a nível político e institucional (Estado) e não académico, neste contexto, apenas em algumas instituições de ensino ligadas às FAA como a Escola Superior de Guerra, Instituto Superior Técnico Militar de Angola, de entre outros.

Foram empregues métodos e técnicas para a recolha e tratamento de dados, tendo sempre em consideração a pergunta de partida formulada. O método procura traduzir uma concepção geral de planeamento de uma investigação que compreende, em primeiro lugar, um caminho apropriado e válido face a objectivos, meios, resultados esperados e contexto da implementação da mesma, incluindo a definição e operacionalização de conceitos. A noção de método deve incluir igualmente o planeamento e concretização de um tipo ou mais técnicas e procedimentos (Santos, 2010).

Quanto aos métodos aptámos pelos métodos histórico genérico, com enfoque de natureza quantitativo e qualitativo, uma vez que a questão central implica uma sinergia entre os contributos de áreas científicas de Estratégia, das Relações Internacionais, Ciências Política, do Direito Internacional Público e Economia (Moreira, 2007; Almeida, 2012 e Balão, 2014). É nesse sentido que procuramos analisar a evolução histórica da MGA, buscando discutir as razões determinantes que permitem justificar a actual estrutura do PN existente, assim como perspectivar a edificação de um PN consentâneo com os desafios que se colocam ao mar angolano.

Nesta linha de orientação, utilizamos igualmente a técnica de pesquisa documental e bibliográfica, com base campo de observação indirecta, bem como recurso ao método misto (abordagens qualitativas e quantitativas) assente em estatísticas que servirão sobretudo, para fornecer as análises e conclusões que resultam da aplicação do método. O método dedutivo, sendo aquele que parte de premissas gerais para particulares (Carvalho, 2011), é aplicado com o propósito de caracterizarmos de forma geral o mar angolano, para posteriormente nos cingirmos aos aspectos securitários de defesa do mar e da componente militar da MGA, ou seja, o PN, que constitui o estudo de caso.

## **Capítulo I – Os Contributos da Teoria da Estratégia para um Enquadramento Teórico Conceptual**

No presente capítulo, com base na identificação dos conceitos chave, que irão orientar a presente investigação, com o propósito de melhor compreender os capítulos seguintes, procuramos operacionalizar o conceito de Estratégia interligando-o com os conceitos de Segurança Nacional, Defesa Nacional e Poder Naval no quadro do contributo das Teorias da Estratégia.

### **I.1- A importância das Teorias da Estratégia**

Etimologicamente a palavra *Estratégia* é de origem grega *strategia*, composta pelo substantivo *stratos*, que significa Exército, com o verbo *agein*, que significa agir, da qual resulta três palavras: *strategos* (designação dada ao general e comandante do exército); *strategia* (perícia militar do general) e *strategema* (plano do general). A origem da palavra demonstra o seu carácter meramente militar atribuído à definição clássica, que vai orientar investigações sobre estudos estratégicos, até ao final da Segunda Guerra Mundial (SGM), que marcaria a sua evolução em termos teóricos e conceptual (Sousa, 2005).

A ligação da palavra estratégia aos assuntos militares encontra-se presente ao longo de vários períodos da história da humanidade, desde Atenas no século V a.C., na transição dos séculos XVIII e XIX, assim como se verifica o renascimento do conceito e dos seus derivados, a quando utilização do termo de forma usual, situação que vai instigar debates entre os investigadores da época, sobre a estratégia como arte e como ciência, englobando também as teorias que dão suporte aos estudos estratégicos na vertente de segurança e defesa, conforme refere Hervé Coutau-Bégarie (2010) na sua obra “*O Tratado de Estratégia*”.

No que concerne às teorias da estratégia, salienta-se que estão ligadas às investigações sobre os processos conflituais no plano internacional, tendo como função principal segundo Políbio Valente de Almeida (1987, p. 5) “*proporcionar meios para uma análise e compreensão sistémica*” sendo o SI a área preferencial para a sua aplicação (Almeida, 1987). Assim, considerando a inequívoca rapidez e dimensão das alterações no SI, que têm suscitado a progressiva necessidade de estudos e investigação sobre as Relações

Internacionais (especialmente as conflituais), as teorias da estratégia emergem como teorias parciais das Relações Internacionais, que visam compreender as interações entre os diversos actores, quer sejam relações conflituais, de integração ou de cooperação (Braillard, 1990).

Segundo Philippe Braillard, as teorias da estratégia, *“partem da existência de situações de oposição e de conflito (...) procuram (...) descobrir qual o modo de utilizar a força, ou a ameaça da força, para atingir certos fins”* consistindo *“em determinar qual é o comportamento mais adequado que permite influenciar ou controlar o comportamento do adversário e impor a sua vontade numa situação conflituosa”* (Braillard, 1990, p. 184).

Tendo isto em consideração podem ser apontadas como principais teorias da estratégia: a teoria dos jogos; da dissuasão nuclear e a teoria dos conflitos, realçando que é sobre esta última que iremos centrar-nos considerando o objecto de estudo em análise (Braillard, 1990 e Fernandes, 1991).

O conceito de conflito suscita diferentes abordagens no quadro das ciências sociais e não só. De facto, a existência de conflitos está ligada à própria humanidade e sua evolução de forma geral. Lewis Coser (1964, p. 3) define conflito *“Struggle around values and claims of statutes, power and resources, all scarce, and where the objectives of competitors are to neutralize, weaken or eliminate rivals”*, podendo aqueles de acordo com James Dougherty e Robert Pfaltzgraff (2003, p. 243) serem classificados como *“violentos ou não violentos, predominantes ou agressivos, controláveis ou incontroláveis, resolúveis ou insolúveis em várias circunstâncias”*.

Os estudos sobre as teorias da estratégia, tiveram o seu incremento após a SGM, culminando com a inclusão de princípios complementares e inovadores nas reflexões estratégicas que conferiram a dimensão doutrinária à estratégia, no sentido de compreender-se que aqueles incluem também no seu âmbito a “não guerra”, como é o caso da teoria dos conflitos. Estes estudos vão influenciar a teorias da estratégia em geral e a dos conflitos em particular, e de igual modo, a conceptualização e abrangência do conceito de estratégia (Correia, 2002 e Alves, 2010).

Relativamente ao conceito de estratégia, alguns autores procuram reconhecer a mesma um carácter de ciência e de arte como Carl Von Clausewitz (1976, p. 19), que a definiu como *“a teoria relativa a utilização dos combates ao serviço da guerra”*,

acrescenta que a *“estratégia é à utilização do recontro para atingir a finalidade da guerra (...) estabelece o plano de guerra e determina em função do objectivo em questão uma série de acções que a ele conduzem”* (Idem, p. 199).

A definição acima apresentada, evidencia que a estratégia visa a elaboração de um plano, devendo este ser equacionado de acordo com os objectivos estabelecidos num determinado ambiente para obtenção do sucesso final. Porém, alguns autores destacaram-se por apresentarem conceitos abrangentes e enquadrados no SI após SGM e início da Guerra Fria, como Liddel Hart (2011).

Hart (2011) defendeu que a batalha não era o único meio para alcançar objectivos estratégicos como a guerra, podendo para tal utilizar estratégias como: atacar locais que causam perdas desproporcionadas ao inimigo, obrigando-o a dispersar demasiado a sua força, causando esgotamento à mesma (psicológicos e físicos), entre outras ações. Essa estratégia foi designada por Hart como *“estratégia indireta”* que de acordo com Barrento (2010, p. 216 é *“aquela que actua sobre o ponto fraco do inimigo, enfrangueando-o sucessivamente para que a batalha decisiva, se necessário, seja mais fácil”*

Hart defenderá que o conceito de estratégia deveria ser abrangente, passando de simples Estratégia para Grande Estratégia. Na mesma linha, Barrento (2010), considera que esta visando *“coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação ou grupo de nações, a fim de alcançar o objecto político da guerra, definido pela política”* (Idem, p.66). Deste modo, o combate é apenas um dos instrumentos da Grande Estratégia, na qual se pode incluir a aplicação do poder de pressão financeira, diplomática, de entre outros, para enfraquecer o adversário (Idem, p.102).

Apesar da evolução conceptual apresentada, Hart centrou os seus estudos nos assuntos militares. André Beaufre (1985; 2004) critica a definição de Hart, argumentado que a essência da estratégia reside no jogo abstracto que resulta da confrontação de duas partes, em que a estratégia é a arte que, independentemente de qualquer técnica permite dominar os problemas colocados por qualquer duelo, a fim de utilizar as técnicas, com a máxima eficácia. Beaufre (1985, p. 16) definiu a estratégia como *“art de la dialectique des volontés employant la force pour résoudre leur conflit”*.

Com base no significado proposto por Beaufre (2004), compreende-se que em estratégia, além da identificação dos objectivos e meios a utilizar, deve ter-se em atenção a componente da estratégia como arte, partindo do pressuposto que num ambiente de



divergências o resultado é impreciso. Assim, as técnicas para dominar o adversário não dependem apenas de meios militares, mas da capacidade de resolver problemas que surgem aquando da execução da estratégia possibilitando, a utilização dos meios à disposição com maior eficiência, tendo em consideração as provas da estratégia como a *adequabilidade* (possibilidade de realizar objectivos); a *exequibilidade* (disponibilidade de meios humanos e materiais apropriados) e a *aceitabilidade* (custos materiais, políticos e psicológicos em correspondência com os objectivos reais) (Carvalho, 1986 e Ribeiro, 2009).

Outros autores contemporâneos debruçaram-se sobre a ampliação do conceito dos quais destacamos os contributos do Almirante António Silva Ribeiro (2009, p. 22), que define a estratégia como *“a ciência e a arte, de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidade em ambiente de desacordo”*.

Esta interpretação conceptual demonstra uma evolução qualitativa, passando a estratégia a ser considerada uma ciência sem dissociar do seu carácter tradicional de arte. Segundo Coutau-Bégarie (2010), o conceito passou por uma fase de generalização saindo da esfera estatual e bélica para ser aplicado a qualquer área social, conforme se verifica actualmente. A abrangência do conceito obrigou não só o alargamento da sua área de aplicação, mas também, influenciou a sua hierarquização a vários níveis, no sentido de se tornar cada vez mais uma ciência, coerente e sistemática.

Quanto à divisão da estratégia salienta-se o contributo de Abel Cabral Couto (1988), que a dividiu em três categorias: quanto aos meios de coacção (estratégia total, gerais e particulares); quanto ao tipo de conflito (estratégia de Guerra Fria, clássica, nuclear, subversiva, do golpe de Estado e guerra civil) e quanto ao estilo de acção (estratégia directa e indirecta).

De acordo com as divisões apontadas salientamos a divisão quanto aos meios de coacção, por se enquadrar ao objeto de estudo. Segundo Virgílio de Carvalho (1986, p15), a estratégia total *“é aquela que diz respeito a um conjunto de estratégias interligadas a um plano, em que a realização de objectivos parciais que cada uma delas visa convergir para a realização de um objectivo comum de nível superior. As estratégias gerais são aquelas de nível inferior, que são da responsabilidade dos ministros (...) e por último as estratégias particulares que “são da responsabilidade de departamentos especializados*

*da estratégia geral (...)*”. E é sobre esta última que se enquadra a estratégia militar que poder ser definida como *“a ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças armadas com vista à consecução de objectivos fixados pela política”* (Couto, 1988, p. 229).

No quadro da análise sobre segurança e defesa nacional, os princípios e divisões da estratégia são fundamentais para a realização de um plano, por permitir análises profundas do ambiente interno e externo sobre o qual um determinado Estado está inserido, com o propósito de prever vantagens e desvantagens. Ou seja, a estratégia é um instrumento relevante no processo de tomada de decisão ao alto nível dos Estados, como em matéria de segurança e defesa nacional, que sobre as quais recai a fundamentação da existência dos Estados (Lara, 2011). Segundo o Almirante António Silva Ribeiro (2009, p. 48) a estratégia na perspectiva securitária tem por objectivo *“a conservação da sociedade (...) associada à noção de segurança (...) condição essencial à preservação da identidade e à sobrevivência de uma unidade política ou, dito de outra forma, à independência e a integridade nacionais (...), e da conservação da sociedade política que se centra o objectivo da estratégia de defesa militar”*.

Na sequência do que foi exposto, a presente investigação adoptou como conceito orientador de estratégia o elaborado pelo Almirante António Silva Ribeiro, por se apresentar mais adequado ao objecto de estudo, no sentido em que, para que Angola possa garantir a defesa do seu mar é necessário edificar, dispor e empregar diversos meios (humanos, financeiros e técnicos) para superar vulnerabilidades que o mar apresenta, e permitir ao Estado a prossecução dos objectivos políticos ligados ao mar podendo obter vantagens externas num eventual ambiente de conflito ou ainda de invasão militar pelo mar.

## **I.2 - Segurança Nacional**

A segurança nacional consiste numa das primordiais preocupações dos Estados (Lara, 2011). Entretanto, com a crescente e inevitável interdependência entre os Estados, fruto também do processo de globalização, estes confrontam-se com uma complexa situação de insegurança que não é nova, mas que ganhou outros contornos com a globalização (Balão, 2014).

Os Estados procuram cada vez mais serem capazes de combater ameaças diversas transnacionais, com vista a garantir a segurança nacional, que também é colectiva e

internacional, tendo em atenção as visíveis mudanças no SI sobretudo no século XX (Duas Guerras Mundiais) e início do século XXI com o ressurgimento do terrorismo internacional (Nogueira, 2005; Alves, 2010 e Silva, 2011).

Os estudos, investigações e debates sobre o conceito de segurança não são novos, uma vez que persistem desde a existência da humanidade, ou seja, os fundamentos da segurança e insegurança variam mediante a evolução das sociedades (Alves, 2010). Tradicionalmente, os estudos incidiam-se sobre as dimensões político-militar estatal, numa perspectiva realista das Relações Internacionais, em que o Estado é o único actor, que detém o poder, ou seja, o Estado é o objecto e agente da segurança. Essa abordagem apresenta-se desadequada face às mutações do SI e a sua fragilidade reside no etnocentrismo da desvalorização do fenómeno da globalização, bem como da pessoa como actor internacional (Brandão, 2004).

A desadequação de segurança nacional na perspectiva realista, deu relevância a abordagem idealista, inspirada na tradição jurídica, na qual segurança está ligada ao conceito de governação global, assente em leis que transcendem os Estados e são postas em prática por organizações como a ONU, em colaboração com a sociedade civil e organizações não-governamentais (David, 2001). Em paralelo face á visão idealista, junta-se a visão liberal, que defende que as questões de segurança são globais e comuns e que, por tal razão os Estados devem cooperar com outros actores uma vez que as ameaças à segurança individual e colectiva são cada vez mais transnacionais (Idem, p. 79).

Contudo, considerando que as ameaças à segurança não se restringem às fronteiras nacionais, pelo que devem ser encaradas nos planos tanto nacional, regional e internacional (David, 2001 e Tomé, 2010). Assim, a segurança nacional é da responsabilidade dos Estados, independentemente das suas diversas áreas de actuação. Sendo a segurança nacional um dos fins do Estado, o mesmo tem o dever de tomar todas as medidas necessárias para garantir a segurança nacional, sendo este um objetivo político permanente, geral e vital, consubstanciado no somatório de outros estados de segurança como interna, externa e internacional (Vieira, 2014).

De acordo com o Instituto de Defesa Nacional de Portugal (2013, p. 29) a segurança nacional *“é uma condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade,*

*a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas”.*

Para a República de Angola a segurança nacional, é uma actividade decorrente da função Administrativa do Poder Executivo, sendo definida e regulada pela Constituição da República (CRA, 2010) e por leis ordinárias, como da Lei 12/02 de 16 de agosto de 2010 de Segurança Nacional.

De acordo com o artigo 202 nº2 da CRA (2010) define que a segurança nacional tem como objectivos fundamentais: “(...) *a garantia da salvaguarda da independência e soberania nacionais e da integridade territorial, do Estado democrático de direito, da liberdade e da defesa do território, contra quaisquer ameaças e riscos, assim como a realização da cooperação para o desenvolvimento nacional e a contribuição para paz e segurança*”. Por outro lado, o número 1 da Lei nº 12/02 defini Segurança Nacional como sendo “*a actividade do Estado para garantir **a ordem, a segurança e a tranquilidade pública** e contribuir, assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legitimidade democrática*”.

A Lei nº 12/02 apresenta uma noção restrita de segurança na medida em que esta tem em vista, apenas conter ameaças internas. A CRA defini fins da segurança mais amplos, numa perspectiva interna, ao referir que um dos objectivos é o de “*garantir a soberania nacionais e da integridade territorial (...) defesa do território, contra quaisquer ameaças e riscos*” (CRA, 2010, artigo nº 202 ), bem como uma dimensão externa que se adequa às concepções de segurança colectiva, ao considerar que a segurança nacional visa “*(...) a realização da cooperação para o desenvolvimento nacional e a contribuição para paz e segurança internacional*” (Idem, p. 78) .

Assim, embora a CRA e a Lei 12/02, apresentam os fins da segurança que competem ao Estado social contemporâneo, que de acordo com Jorge Miranda e Carlos Morais (2000), resume-se em três pontos fundamentais: garantir e proporcionar os direitos a cada cidadão; na salvaguarda da ordem constitucional democrática contra perturbações graves de origem interna; e a preservação da colectividade contra agressões e ameaças externas.

O moderno conceito de segurança nacional implica ultrapassar visões limitadas para se apresentar numa perspectiva de serviço público, de formas a ser amplo e abrangente, para além de poder ser tratado em termos multidisciplinares, atendendo ao facto de que as sociedades estão em constantes transformações (Alves, 2010). Ou seja, o conceito deve ser mais inclusivo para dar respostas eficazes aos desafios que se colocam aos Estados e Angola naturalmente deve acompanhar esta dinâmica, para dar resposta aos desafios de defesa nacional, sendo a defesa um instrumento de realização do fim mais geral da segurança nacional.

### **I.3 - Defesa Nacional**

Para os Estados a Defesa Nacional é uma das principais prioridades dos órgãos de soberania, constituindo-se num dos alicerces de identidade daqueles. O conceito foi durante séculos entendido como uma actividade fundamental do Estado, que visava manter o território, pessoas e bens contra agressões externas (Telo, 2009).

O conceito do ponto de vista conceptual tem sofrido alterações mediante as transformações internacionais, sobretudo as situações de conflitualidade, interesses geopolíticos e geostratégicos das grandes potências. Para Rui Vieira (2014) a defesa nacional é uma actividade permanente, de dimensão interna e externa, de natureza civil e militar, estatal e não estatal, colectiva e individual, que tem por objectivos garantir a segurança nacional.

Segundo o Professor Adriano Moreira (2009, p. 90) *“trata-se certamente da necessidade de identificar circunstâncias novas, para formular uma definição dos alvos a preservar, e dos recursos a mobilizar para tornar consistente a defesa, cuja estrutura fica dependente de uma redefinição estratégica”*.

Para o IDN de Portugal (2013, p. 29), a Defesa Nacional é compreendida como

*“o conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaças que, directa ou indirectamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional”*.

Para a República de Angola, a conceptualização da Defesa Nacional é abordada pela CRA (2010) e pela Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas (LDNFAA), Lei 2/93 de 26 de maio. Neste contexto, a CRA no seu artigo 206, nº 1, determina que a Defesa Nacional visa:

*“a garantia de defesa da soberania e independência nacionais, da integridade territorial e dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem pública, o asseguramento da liberdade e segurança da população, contra agressões e outro tipo de ameaça externa e interna, bem como o desenvolvimento de missões de interesses público, nos termos da Constituição e da lei”.*

A LDNFAA no seu artigo nº 3 prescreve que a Defesa Nacional consiste na “(...) *garantia da Independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no quadro da ordem constitucional instituída e do direito internacional*”. Assim, ambas as leis apresentam concepções diferentes, o que nos coloca perante a necessidade de fazer uma interpretação comparativa.

A LDNFAA apresenta uma noção restrita e tradicional, ao referir que a defesa visa garantir a independência nacional e a segurança da população contra ameaças externas, sendo a defesa nacional uma actividade exclusivamente para repelir apenas ameaças externas, configuradas pelos meios militares de outros Estados. Tal visão encontra-se desajustada da realidade actual, sendo que a LDNFAA data do início da década de noventa, surgindo num contexto interno muito diferente (início da democratização do país com a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias) do actual.

A CRA (2010) trás uma visão actual e realista, ao definir objectivos mais abrangentes e introduz elementos novos, conforme seu artigo 206, que destaca que a defesa visa, também, garantia dos “*poderes constitucionais*” (...) *e a segurança nacional contra “ameaças externas e internas”*. Estes novos elementos permitem concluir que, para além da função tradicional, a defesa nacional tem também a finalidade de garantir a segurança interna, demonstrando que a CRA se enquadra no actual quadro internacional de combate à criminalidade transnacional, considerando que as ameaças à segurança

podem ter origens externas, ou seja, segurança e defesa nacional têm uma relação intrínseca.

Apesar de a CRA apresentar uma evolução relativamente à LDNFAA, ainda assim existe um paradoxo, porque ambas são leis vigentes, mas que não se coadunam, havendo a necessidade de uma harmonização, em virtude da Lei Ordinária ter sido aprovada na vigência da antiga Lei Constitucional (1992), estando hoje em vigor uma nova Constituição, aprovada em 2010.

A esse respeito, a necessária harmonização já está em curso, segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, documento que apresenta as linhas estratégicas de desenvolvimento de Angola, em todos os sectores a médio prazo. Este documento faz referência, no seu capítulo VI alínea (a) à modernização do sistema de defesa e de segurança nacional como sendo um dos objectivos prioritários, prevendo a revisão da LDNFAA com o intuito de actualizar e modernizar o enquadramento e regulamento da defesa nacional.

Espera-se que a médio prazo Angola possa dispor de uma nova LDNFAA, que se enquadre nos objectivos prescritos na CRA, e que possa dispor de um conceito estratégico de defesa nacional, sendo este um instrumento imprescindível para orientação da PDN, visando dar resposta aos desafios de defesa sem negligenciar as ameaças internas. A adequação da LDNFAA é fundamental para regular o funcionamento, disciplina, preparação e emprego das FAA em tempos de paz, crise e conflito (Angop, de 21 de julho de 2012), permitindo a definição de estratégias que garantam ininterruptamente a salvaguarda da soberania e integridade territorial, o bem-estar da população e a segurança das instituições democraticamente instituídas, conforme a CRA (2010, artigos 206 e 207).

O conceito de defesa nacional adoptado para a nossa investigação é o definido pelo IDN de Portugal (2013) em consonância com a CRA (2010), na medida em que o Estado Angolano através do desenvolvimento do seu PN poderá reforçar o sistema de defesa nacional para minimizar as vulnerabilidades que podem por causa a segurança nacional, e garantir a defesa da soberania nacional.

## I.4 - Poder Naval

O mar constitui um elemento imprescindível para a sobrevivência e desenvolvimento do homem, desde os tempos mais remotos, e continua a sê-lo na actualidade. Primitivamente o mar era tido apenas como uma fonte de alimentos, com a descoberta de recursos energéticos e minerais (petróleo, diamantes, ouro, cobre entre outros), este passou a ter mais valor económico, a servir também de via de transporte e de afirmação de poder, quer para cooperação ou coacção, passando ter valor estratégico para os Estados (Reis, 2013).

Estima-se que cerca de 90% do comércio internacional é transportado por via marítima, sendo este o eixo de desenvolvimento económico global, pelo que uma interferência no normal fluxo de comércio marítimo, provocaria efeitos graves com impactos global, o que demonstra a relevância estratégica dos mares para o aprofundamento da globalização. No seio da Nova Ordem Global Contemporânea, o mar e seu acesso continua a ser vital em termos de poder efectivo dos Estados, sendo necessário que estes continuem a possuir os meios e recursos necessários para dele tirar partido (Balão, 2014).

Segundo Políbio Valente de Almeida (2012), o mar tornou-se objecto de análise e fonte estrutural do poder dos Estados, estando na origem de inúmeros estudos científicos com o objectivo de compreender a sua relevância e encontrar formas de o proteger. Tais estudos resultaram naquilo que hoje são as teorias do poder marítimo (Correia, 2002), articuladas com o poder nacional, para a execução dos objectivos definidos pela política, no âmbito da estratégia e das teorias geopolíticas.

Entre os vários teorizadores do poder marítimo, destacam-se os contributos de Alfred Mahan que, na sua obra *“The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783”*, teoriza sobre a preponderância do uso do mar como fonte estrutural de poder e desenvolvimento das nações, argumentando que os Estados poderiam ambicionar supremacia mundial através do mar, considerando a relevância do transporte e comércio marítimo, pelo seu potencial de gerar riqueza, defendendo que *“notwithstanding all the (...) dangers of the sea, both travel and traffic by water have always been easier and cheaper than by land (...)”* (Mahan, 1890, p. 25). O mesmo autor na sua obra *“Some Neglected Aspects of War”* (1972), sustenta que a pesar da evolução do transporte terrestre, em termos de construção e manutenção de estradas, o transporte marítimo manteve a sua superioridade,



argumentado que “ (...) *for obvious reasons of cheapness and facility, water transport sustains its ascendancy*” e que “ *The open sea is a road which needs neither building nor repairs*(..), pelo que (...) *water remains, and always must remain, the great médium of transportation* (...)” (Mahan, 1907, p. 176).

Mahan defenderá igualmente que, a defesa das vias de comunicações marítimas é uma questão pertinente sobre a qual Estados deveriam prestar maior atenção, criando um sistema de defesa que permitisse o controlo daquele espaço, ou seja, um poder marítimo. De acordo com Mahan o poder marítimo pode ser compreendido como sendo a soma de forças, factores, instrumentos e circunstâncias geográficas, que se interligam para alcançar o controlo do mar, e garantir o seu uso, e nega-lo ao adversário (Mahan, 1890).

A edificação deste poder dependia da integração de alguns fatores na perspectiva de Mahan (1890) são:

- **Posição geográfica do território** (incluindo a sua configuração física e extensão) sendo a posição insular adequada para a navegação e controlo de canais e estreitos através da criação de portos ao longo da costa, podendo tal posição influenciar os Estados para actividades ligadas ao comércio marítimo com o exterior;

- **O Numero da população**, esta relacionado com os recursos humanos, mas não com a qualidade de população residente num determinado país, mas com o número da população ligada as ciências do mar, com o objectivo de garantirem a fabricação e manutenção de equipamentos navais, bem como prestar assistência a bordo das embarcações como serviços médicos e outros;

- **O Carácter nacional e do Governo**, consiste na definição de políticas nacionais voltadas para o mar, que podem ou não favorecer o desenvolvimento do poder naval, por parte dos líderes governamentais. (Mahan, 1890 e Almeida, 2012).

A concepção de poder marítimo de Mahan e a denominação de factores fundamentais para a sua estruturação, demonstra que deste poder é derivado de várias componentes, incluindo meios militares, recursos humanos específicos. Mahan, dá também, ênfase a importância da posição geográfica e sua configuração em termos de objectivos a alcançar, e necessidade de haver uma mentalidade marítima por parte dos governantes em particular e da população em geral. Estes factores são fundamentais para a criação de uma estratégia marítima e consequentemente a criação de um poder militar

para proteger o mar, ou seja, o PN, sendo este a componente de força do poder marítimo (Andrade, 1984).

A visão de Mahan mantém-se actual, no sentido em que os Estados costeiros como Angola, devem procurar possuir cada vez mais um forte poder militar, para o mar. Segundo Pedro Pezarat Correia (2002, p. 154) o PN pode ser definido como “*o potencial militar naval, com meios humanos, materiais e estruturais (...) são os militares e civis da marinha de guerra, são os navios de combate, logísticos, de instrução e científicos, são as estruturas em terra, de comando, controlo e comunicação, de apoio, de assistência, de formação, de instrução de pessoal e equipamentos*”.

Neste contexto, para a garantia da segurança e defesa nacional, se deve ter em consideração a localização geográfica dos Estados, uma vez que esta pode constituir uma vantagem estratégica ou uma fragilidade. A posição geográfica é um dos elementos indispensáveis a quando da elaboração da PE e de defesa dos Estados, na medida que poderá influenciar as escolhas e condicionalismos para defesa de interesses vitais a preservar. No entanto, é necessário que individualmente os Estados disponham de poder militar capaz de garantir a própria defesa nacional, em função também, da sua localização geográfica como é o caso de Angola objectivamente a defesa do mar, através de um PN robusto (Spykman, 2008 e Barros, 2016).

Julian Corbett, na sua obra “*England in the Seven Year’s War: A Study in Combinrd Strategy*”, define como funções fundamentais das marinhas: “*(...) firstly to support or obstruct diplomatic effort; secondly, to protect or destroy commerce; and thirdly, to further or hinder militar operations ashore*” (Corbett, 2010, p. 6). Estas missões continuam validas, embora mais a profundadas, mas correspondem às actuais missões das marinhas de guerra, particularmente no que se refere à sua componente militar o PN, que tem como funções nucleares: Militar, Diplomacia Naval e de Serviço Público.

Assim, a missão de carácter militar visa garantir a defesa do mar, contribuir para a preservação da integridade territorial e soberania nacional, em conformidade com os outros ramos das forças armadas. Tais missões dividem-se em tempo de paz e de guerra, as quais visam garantir o controlo das áreas marítimas, garantir a ordem internacional e o controlo do mar para fins militares (Corbett, 2010 e Andrade, 1984). Quando a missão de interesse público visa garantir o cumprimento de leis internacionais sobre o mar em geral

e a soberania nacional dos Estados que se reflete no bem-estar das populações em particular (Matias, 2004).

A missão de diplomacia naval, visa à apoiar a PE, no sentido de causar uma boa impressão, com recurso à utilização de meios navais em apoio à acção diplomática. O posicionamento de forças navais pode ter um carácter preventivo, designadamente evitar a escalada da uma crise ou exercer pressão num determinado ambiente de desacordo (Carajabille, 2004).

O PN tem como características principais: *a mobilidade*, que consiste na habilidade que as forças navais têm de se deslocar a grandes distâncias, em condições de emprego imediato, podendo serem tacticamente desviadas ou reagrupadas e convergir em várias áreas de interesse; *a permanência*, que compreende a aptidão de permanecer em operações com autonomia e auto-sustentação, em áreas distantes e de grande dimensão em períodos longos; *a versatilidade*, que constitui a capacidade do PN de executar múltiplas tarefas e de natureza diferente (política, militar, social e humanitária), em qualquer situação (paz ou guerra) sem que seja necessário reorganizar-se ; *a flexibilidade*, que corresponde à facilidade de manobra dos navios, que permite este meios terem reacções imediatas e mais reversíveis do que aplicado a outros ramos das FA como o Exércitos e a Força Aérea (Carajabille, 2002; Ribeiro, 2009).

Assim, caracterização e funções do PN, demonstrar a importância de que este instrumento de força se reveste para a defesa nacional dos Estados. Neste contexto, defendemos que o desenvolvimento do PN angolano é de suma relevância para o país, porque irá permitir o Estado garantir o combate às ameaças transnacionais, que eventualmente ocorram em seu território e assim garantir sua soberania no mar e em terra. O PN é também importante para impulsionar a diversificação da economia nacional, e a projecção externa do país.

## Capítulo II – O Mar Angolano e os Desafios de Defesa Nacional

Angola localiza-se na região ocidental da África Austral na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul. Possui uma superfície de 1.246.700km<sup>2</sup> e uma fronteira terrestre de 4.837 km. O território apresenta um formato de bloco maciço de forma quadrangular, sendo dividido administrativamente em 18 províncias. O país tem fronteiras a norte com a RDC e a RC, a leste a República da Zâmbia e a RDC, a sul faz fronteira com a República da Namíbia, e a oeste a fronteira é marítima, banhada pelo oceano Atlântico (Portal de Angola, 2016).

Em termos demográficos, de acordo com o *Instituto Nacional de Estatística* o país possui uma população de cerca de 28.389.024 habitantes, sendo que aproximadamente 15.221.115 vivem ao longo da costa em 7 das 18 províncias, nomeadamente: Cabinda, Zaire, Luanda, Bengo, Cuanza Sul, Benguela e Namibe (INE, 2018). Ou seja, mais de 50% vive ao longo da costa. A costa marítima de Angola possui uma extensão de aproximadamente 1.650km, situando-se entre a latitude 5° 00' e 17° 17'S, estendendo-se desde a foz do rio Cunene até à foz do rio Zaire (Portal de Angola, 2016).

Do ponto de vista de biodiversidade, a costa é caracterizada por várias correntes marítimas: a norte pela contracorrente Equatorial que alimenta as águas quentes da Corrente de Angola, convergindo a sul com a Corrente Fria de Benguela. A junção entre as correntes Angola-Benguela tem grande influência na distribuição, abundância dos recursos marinhos entre a fauna e a flora. A costa angolana faz parte de um ecossistema associado à Corrente Fria de Benguela, uma das mais importantes do mundo que inclui as águas oceânicas e costeiras de Angola, Namíbia e a costa atlântica da África do Sul. Importa realçar que Angola possui importantes portos de águas profundas, uma vez que a partir das cinco milhas as profundidades atingem os cem metros, sendo os principais os portos de Cabinda, Soyo, Luanda, Lobito e do Namibe (MINPESCAS, 2016).

A localização geográfica de Angola enquanto Estado ribeirinho, constitui um elemento de poder, pelo facto de que, em termos de enquadramento geopolítico e geoestratégico o mar situa-se na região do Atlântico Sul, apresentado a 6ª maior ZEE da região, pertence também a região do Golfo da Guiné, rica estrategicamente em recursos naturais (petróleo e gás natural) de considerável importância no contexto mundial. O mar angolano permite ainda o país ter acesso aos vários continentes como o europeu,

americano e asiático (através do oceano índico), e fazer parte do triângulo estratégico lusófono do atlântico sul (Brasil- Angola e São Tomé e Príncipe) (Ginga, 2014).

A posição do mar angolano é um “espaço vital” para segurança e defesa nacional, uma vez que países como a Zâmbia e RC têm saída para o mar através de Angola. O país faz parte das regiões geoestratégicas dependentes do comércio marítimo enunciadas por Saul Cohen (2009), uma vez que de acordo com o *Conselho Nacional de Carregadores de Angola* (2016), mais de 90% das exportações e importação de mercadorias diversas é feito pelo mar. Além disso, possui elementos indispensáveis para que o Estado a olhe para o mar como uma fonte de riqueza (posição geográfica, configuração, extensão, população e recursos) e desenvolvimento do poder marítimo tal como defendido por Mahan (1890).

A República de Angola exerce direitos e deveres sobre as águas marítimas, com base na Lei nº 14/10 de 14 de julho de 2010 (Lei dos Espaços Marítimos de Angola) em consonância a Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982, que definem como espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional: as águas interiores até 12 milhas; Zona Contígua até as 24 milhas, a Zona Económica Exclusiva (ZEE), correspondente a 200 milhas e a Plataforma Continental (PC) delimitada desde o mar territorial até as 200 milhas.



FIGURA 1 -LIMITES DO MAR ANGOLANO ■ MAR TERRITORIAL (12 MILHAS), ■ ZONA CONTIGUA (24 MILHAS) ■ ZEE ■ PC (ATÉ 350 MILHAS). FONTE: MGA (2009).

A CNUDM (1982) estabelece igualmente os direitos e deveres dos Estados em matéria de exploração e aproveitamento dos recursos existentes, bem como de fiscalização, conforme figura abaixo.

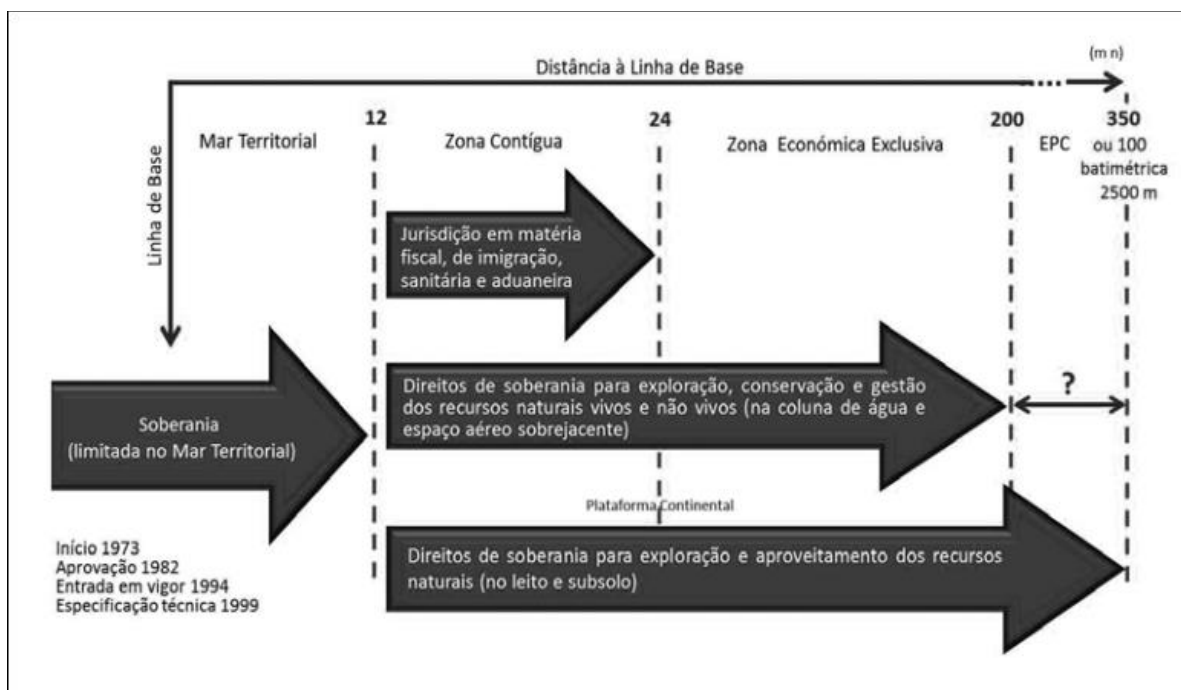


FIGURA 2 - LIMITES MARÍTIMOS CNUDM (1982). FONTE: ANTÓNIO RIBEIRO, 2013.

Destaca-se que os limites da PC de acordo com a CNUDM (1982), artigos números 76,77 (nº 1 e 2), prescrevem que os Estados podem solicitar o alargamento da sua PC até às 350 milhas. Esta é uma questão de grande actualidade e pertinência para Angola que solicitou junto da ONU em dezembro de 2013, a pretensão de alargar a sua PC (Jornal de Angola, 13 de dezembro, 2013).

## II.1- Delimitação das Fronteiras Marítimas e alargamento da Plataforma Continental

A delimitação das fronteiras marítimas de Angola, é um processo em curso, sendo que Lei nº 14/10 apenas define os limites da fronteira marítima sul, que é delimitada com a Namíbia, com base no Tratado celebrado entre ambos os Estados á 4 de julho de 2002, ao passo que o mesmo não se verifica com a fronteira a norte.

A Lei nº 14/10 não especifica quais são os limites a norte, segundo o artigo nº 12 “as fronteiras marítimas ao norte do Estado Angolano com os Estados com costas adjacentes, salvo se de outro modo for estabelecido por Convenções Internacionais ou outra prática for adaptada a título provisório, são constituídas pelas linhas equidistantes”.

As negociações para a delimitação da fronteira em causa datam de vários séculos e diversos tratados foram assinados entre as potências coloniais na região, como o Tratado de limites assinado a 12 de maio de 1886 entre Portugal e a França, dando origem ao enclave de Cabinda, e a Convenção de Bruxelas de 1891, que regula os limites de fronteiras da margem dos rios Zaire na margem esquerda do Congo (Araújo, 2003). Após a Independência de Angola a 11 de novembro de 1975, as negociações continuam tendo o Estado Angolano, criado em 2009 a Comissão Interministerial para a Delimitação e Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola (CIDEMA), que tem entre as incumbências:

*“conhecer as características geológicas e hidrográficas do fundo submarino de modo a poder servir de fundamento a pretensão (...) de Angola alargar a sua plataforma continental para além das 200 milhas (...) para submeter à aprovação da comissão dos limites da plataforma em conformidade com a CNUDM” (CIDEMA, 2009, p. 5).*

A delimitação da fronteira a norte e da PC de Angola, afigura-se, como complexa devido aos interesses e reivindicações dos países vizinhos, que argumentam possuírem direitos sobre a aérea para qual Angola pretende estender a sua PC, como a RC, o Gabão e a RDC. O principal obstáculo para a ambicionada delimitação centra-se na província de Cabinda, que tem fronteiras com a RDC, onde se encontram localizadas reservas de petróleo, com uma produção diária estimada em 50 a 65% da produção nacional de Angola (Bembe, 2014), nos blocos petrolíferos 1, 14, 15 e 31, numa área reivindicada pela RDC, conforme a figura a baixo.

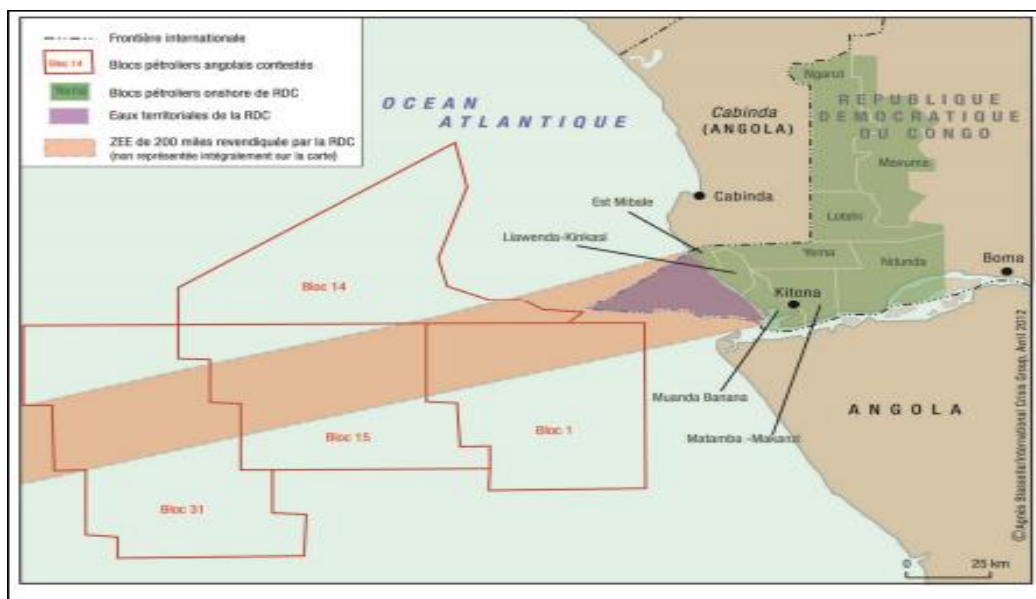


FIGURA 3 - ÁREA REIVINDICADA PELA RDC E BLOCOS DE PETRÓLEO EXPLORADOS POR ÂNGOLA. FONTE: CRISIS GROUP, 2012.

A área sobre a qual Angola pretende estender a sua PC é também de interesse do Gabão, que a 10 de abril de 2012, procedeu junto da ONU o seu pedido de extensão da sua PC (Jornal de Angola de 13 de dezembro de 2013). A intenção do Gabão foi contestada por Angola e pela RDC, segundo o Vice-Almirante Martinho António, ao fazê-lo, o Gabão estava a entrar em águas angolanas (Portal de Angola, 2015), conforme a figura seguinte, constituindo-se num desafio geopolítico de defesa do mar angolano.

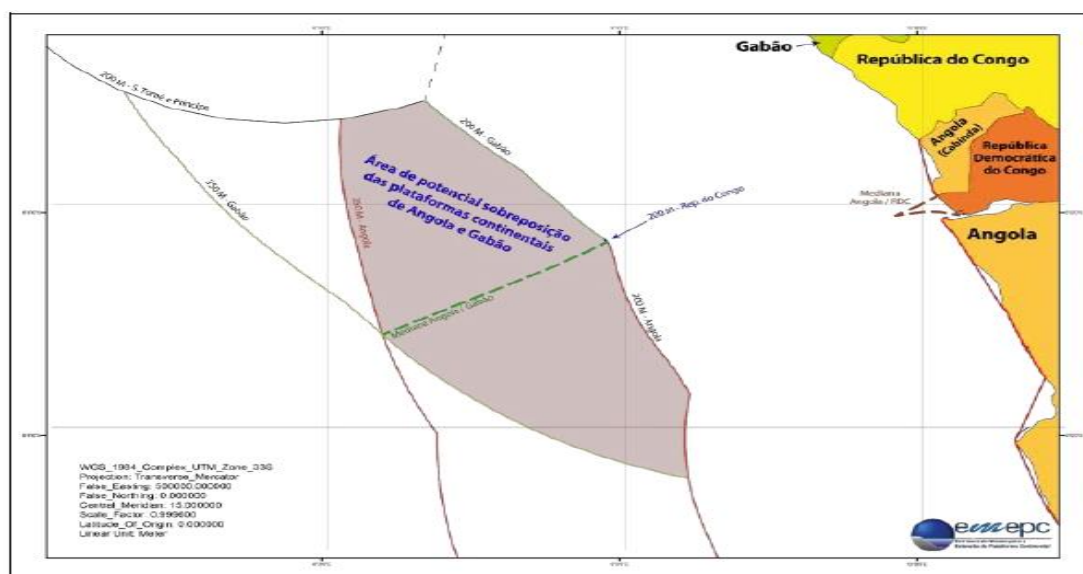


FIGURA 4 - ÁREA DE SOBREPOSIÇÃO DAS PCs DE ANGOLA E GABÃO. FONTE, SOUSA E VERÍSSIMO, 2015.



Os desafios de defesa do mar são securitários, no sentido em que não basta estender as PC é preciso poder garantir a sua defesa, sendo necessário que Angola disponha de meios militares adequados para controlar o seu extenso mar, apostando num PN robusto que possa servir como instrumento de coação e influenciar as negociações em curso, assim como, intervir face a uma eventual invasão militar.

## **II.2 - Pirataria Marítima**

De acordo com a CNUDM, define a pirataria marítima como sendo:

*“ (...) todo ato ilícito de violência ou de detenção ou de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privada, e dirigidos contra: um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos (...), pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado; e todo ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de factos que dêem a esse navio ou aeronave o carater de navio ou aeronave pirata” (CNUDM, 1982, artigo nº 101).*

A pirataria marítima é um acto ilícito com vários séculos de existência, mas desde o início do século XXI que os ataques piratas e assaltos à mão armada contra navios têm suscitado grande preocupação entre o continente Asiático e Africano. Em África, as principais áreas de ataques são as águas do Golfo de Áden, Mar Vermelho, Bacia da Somália, e a região do GG incluindo Angola. Nos últimos anos, o GG tem sido fortemente afectado por actos de pirataria e assalto à mão armada, tendo como epicentro a Nigéria conforme a figura seguinte. São apontadas como principais causas dos actos de pirataria, a instabilidade política, económica e militar na maior parte dos países, e pela existência de recursos energéticos (petróleo e gás natural), sendo a região uma das mais importantes do continente, tendo Angola e a Nigéria os principais produtores (Lourenço, 2012).



FIGURA 5 - PIRATARIA NO GG. FONTE: JOSPER KUPPEN, 2016.

Segundo o *International Maritime Bureau* (IMB) (2004; 2010 e 2015-2016), no período entre 2000 a 2016 foram registados mais de 500 ataques piratas e assaltos à mão armadas na região do GG em países como a Nigéria, Camarões, Togo, RC, RDC, Guiné Equatorial, Gabão e Angola. O *United Nations Institute for Training and Research*, defende que durante muito tempo a área de preferência dos piratas era a Nigéria e os Camarões, mas os ataques aumentaram e estenderam-se para o Gabão e da RDC, países próximos da costa angolana (UNITAR, 2014).

Quanto à existência de actos de pirataria no mar angolano, as autoridades do país defendem que são inexistentes. Mas, o “desaparecimento” do navio-tanque petroleiro de bandeira liberiana, de nome Karella ao serviço da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), a 18 de Janeiro de 2014 a cerca de 7 milhas com 60 mil toneladas de combustível posteriormente encontrado na Nigéria, com apenas 78% do total da sua mercadoria, causando a perda de cerca de oito milhões de dólares (Angop, de 27 de Janeiro de 2014), leva-nos a considerar a possibilidade de se ter assistido ao despertar de tais práticas no mar angolano.

Diante de tal acontecimento, segundo o Capitão-de-Mar-e-Guerra Augusto Alfredo, tratou-se de um acto combinado entre os tripulantes do navio e piratas nigerianos, e não de um acto de pirataria (Jornal de Angola 04 de fevereiro de 2014).

Embora se defenda tal posição, o desaparecimento do petroleiro demonstrou claramente, alguma falta de capacidade operacional de controlo do mar angolano, em especial a MGA, sobretudo no que se refere ao cumprimento da missão de garantir a soberania nacional e mitigação de ocorrências de natureza criminosa.

Mediante a vulnerabilidade da região do GG e a eminente ameaça para Angola, urge a necessidade estratégica da existência de um PN mais operacional, com mais e melhores meios navais e aeronavais que permitam controlar as suas águas territoriais, a ZEE onde se encontram grande parte dos recursos energéticos.

Angola tem cooperado com outros países no âmbito das organizações internacionais, para combater à pirataria no GG, sendo uma das prioridades PE do país (Carvalho, 2014, Declaração de Luanda, 2015), como exemplo, é o facto de ter sido um dos principais impulsionadores da criação e manutenção Comissão do Golfo da Guiné (com sede em Luanda). Angola organizou em Outubro de 2015 uma Conferência Internacional sobre a Segurança Marítima, que teve como objectivo reafirmar a relevância de uma estratégia abrangente e integrada em África que priorize de forma eficiente parcerias regionais, em conformidade com a Estratégia Marítima Integrada de África 2050, assim, como incentivar o cumprimento das recomendações contidas nas resoluções nº 2018/2011 e nº 2039/2012 da ONU, que apelam para esforços combinados entre os países, uma vez que a pirataria no GG não visam deter navios e fazer reféns, estando ao invés relacionada com o roubo de petróleo que pode servir para o financiamento do terrorismo e compra ilegal de armas (ONU, 2011;2012).

### **II.3 - Imigração Ilegal pelo Mar**

A imigração de acordo com a *Organização Internacional das Migrações* (2009) consiste na saída de um cidadão do seu país de origem para se estabelecer num outro país (estrangeiro). É um fenómeno mundial que adopta diferentes formas, como: a entrada num determinado país através da utilização de documentos fraudulentos por indivíduos cuja permanência excede o período de validade do visto ou, ainda indivíduos que infringem os termos e condições dos vistos além da entrada não autorizada (Papademetriou, 2008).

Em 2002, após a guerra civil, Angola era um país devastado e com dificuldades financeiras para a reconstrução nacional em todos os sectores, principalmente o das infra-estruturas. Em 2004, Angola começou a receber financiamento externo, passando a China a ser o principal credor para investimentos públicos, o que permitiu aberturas de novos negócios, criando um ambiente de confiança, que impulsionou o crescimento económico nacional, considerável entre 2003 a 2008 (Carvalho, 2011).

A estabilidade política e económica após 2002 propulsionou a entrada de grandes fluxos de imigrantes ilegais a partir das fronteiras terrestres e marítimas, tendo este fenómeno nos últimos anos atingido proporções alarmantes, constituindo uma ameaça à estabilidade política, económica, à segurança nacional, e às bases da organização do Estado e aos valores da sociedade angolana (Wpango, 2013 e Miranda, 2014).

No que concerne à imigração ilegal por via marítima, apenas recentemente foi possível ao governo conferir maior atenção às fronteiras marítimas, por motivos relacionados com a guerra civil. Devido ao controlo rigoroso nas fronteiras terrestres, os imigrantes ilegais mudaram o *modus operandi*, passando o mar a ser um dos principais pontos de entrada, motivados pela incapacidade de fiscalização, controlo e patrulhamento constante da costa angolana (Directiva das FAA, 2007 e Kivuandiga, 2015). As fronteiras marítimas a norte são as mais sensíveis nomeadamente as províncias de Luanda, Bengo, Zaire e Cabinda, salientando que os principais pontos de proveniência e trânsito de imigrantes ilegais são a RC e a RDC, onde se encontram redes criminosas de envio em colaboração com cidadãos angolanos. (Miranda, 2014 e SME, 2016).

Quanto aos dados estatísticos concretos sobre a imigrantes ilegal pelo mar, as informações disponíveis não são uniformes entre as várias instituições que velam pela defesa do mar. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) (2014), desde 2002 Angola tem apresentado melhorias na compilação e difusão de dados estatísticos, mas ainda há muito por fazer, quanto à actualização e disponibilidade integrais pelo que, de igual modo, a conciliação entre as instituições é complexa.

Apesar da indisponibilidade de informações estatísticas, a entrada de imigrantes ilegais por via marítima é uma realidade que Angola enfrenta. Como exemplo, a MGA em 2013 impediu a entrada cerca de 396 imigrantes ilegais nas províncias de Cabinda e do Bengo, ao passo que em 2015 apenas em Cabinda foram expulsos cerca de 25 mil imigrantes (Filipe, 2015; Capita, 2016). Segundo a Polícia de Guarda Fronteiras de

Angola (2015), estima-se que anualmente entram ilegalmente por via marítima mais de 1000 imigrantes. A imigração ilegal constitui um problema de segurança e defesa nacional podendo acarreta consequências como o incentivar o financiamento ao terrorismo.

## **II.4 – Terrorismo Internacional e o Espaço Marítimo**

O terrorismo de forma geral não é uma prática recente, mas poder-se-á, eventualmente, considerar que na história recente do mundo globalizado terá conhecido o seu expoente a 11 de Setembro de 2001, suscitado estudos infindáveis sobre a sua definição, caracterização, tipologia, causas e consequências. Deste modo, não é possível equacionar questões que envolvem a segurança e defesa nacional dos Estados, sem considerar o terrorismo, que é um dos mais problemáticos desafios do presente século (Narciso, 2006; Balão, 2011 e Romana, 2016).

Várias investigações têm procurado operacionalizar este fenómeno sem que tenha sido possível, até ao momento presente, adoptar uma definição consensual. Teresa Silva (2016, p. 26), definiu terrorismo como “*um ato político que faz uso da violência extrema para alcançar os seus objetivos políticos, muitas vezes dissimulados em motivos sociais ou religiosos*”. Podem ser apontadas como causas para o surgimento do terrorismo: a má colonização e descolonização; o racismo; as migrações; a antiglobalização e o fundamentalismo religioso dentre outras. Mas é sobre esta última que parece concentrar-se o maior grupo de causas de movimentos terroristas, principalmente o de cariz islâmico (Romana, 2004; Balão, 2011, 2014; Lara, 2011, 2015).

O terrorismo com motivações islâmicas é hodiernamente uma ameaça a segurança global, que segundo Heitor Romana, está-se perante o terrorismo internacional “*mobilizador de apátridas, imigrantes e refugiados, que se projeta numa comunidade islâmica supra-nacional (...) gere e utiliza diversos centros de apoio espalhados pelo mundo*” (Romana, 2004, pp. 259-260). O terrorismo enquanto ameaça mundial e integrado no Estado Islâmico, tem procurado se transformar num *player* do jogo geopolítico do Médio Oriente (Síria, Iraque), e a partir deste alcançar outros territórios como europeus e africanos, e desde modo, muscular a sua ofensiva pelo mundo (Romana, 2016). Assim, o continente africano é alvo do terrorismo islâmico, podendo o mar servir

de meio de financiamento e de ataques, o que constitui uma preocupação para os Estados costeiros incluindo Angola.

Quanto a possibilidade de Angola ser alvo de ataques terroristas provenientes da mar ou terra, é uma questão pouco aborda, mas, de acordo com Miguel Bembe, Angola não é alvo prioritário do terrorismo islâmico, mas pode ser uma fonte de financiamento, que pode permitir aos terroristas custear as suas actividades e formar células, considerando alguns aspectos negativos de ordem interna como: a fome e a pobreza; a imigração ilegal, que pode permitir a entrada de grupos terroristas; o branqueamento de capitais, devido a incapacidade do Estado de controlar as receitas de pequenas lojas de estrangeiros (Bembe, 2012).

Angola para inverter tal situação, tem feito algum trabalho interno em matéria de combate e prevenção, com a criação da Lei nº 3/11 de 12 de 2011, lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo, que tem como principal incumbência de acordo com o ponto 2, alinha A *“elaborar um estudo que visa a criação de um Observatório Nacional Contra o Terrorismo e promoção da autonomia nacional e diminuição da vulnerabilidade do País”*. Neste contexto, considerando a importância que o mar para Angola, o combate á actos ilícitos como o terrorismo, constitui um desafio de defesa nacional, sendo o PN chamado a desempenhar um papel preponderante para esse efeito, no sentido de que o Estado esteja preparado para combater várias ameaças transnacional.

## **II.5 - Ameaças Militares**

As ameaças militares podem ser compreendidas como o uso da força militar empregue de forma directa e indirecta, real e perceptível, através de acções como agressões, dominações territoriais, dinâmicas de proliferação de armas nucleares, bem como, a projeção de forças e reforço de capacidades militares entre outras (David, 2001). As ameaças militares directas são aquelas que afectam a integridade territorial de um Estado, como uma invasão militar, que se traduz uma ameaça real. Nas ameaças indirectas, o uso da força não visa afectar um determinado Estado, mas atingir os seus interesses estratégicos no exterior, sendo este tipo de ameaças as perceptíveis, como por

exemplo o receio de ataques terroristas á plataformas petrolíferas ocidentais no GG (Buzan, 2008 e David, 2001).

Considerando o facto de as ameaças militares resultarem na dominação territorial projecção de forças militares, mediante a importância que uma determinada zona possui em termos de recursos e de posição geográfica, de acordo com Saul Cohen (2009), estas zonas estrategicamente influentes, podem ser consideradas como “*Shatterbert*” devido ao seu peso no SI, podendo causar conflitos entre Estados como a região do GG.

As potências mundiais como os EUA, China e a Índia, têm demonstrado interesse pela região do GG devido aos seus recursos (petróleo), que constituem uma vantagem estratégica face a outras fontes de abastecimento como do Médio Oriente, onde a maior parte da exploração é feita em onshore, acarretando risco de segurança nas instalações e dificuldade de transporte, atendendo o clima de instabilidade política e conflitos armados na região (Hage, 2010).

A China está entre as maiores economias do mundo, e com ambições de se tornar primeira potência mundial. Com este propósito, tem aumentado consumo interno de petróleo, tornando-se o segundo maior consumidor mundial depois do EUA. A China tem sido “obrigada” a reorientar a sua actuação geopolítica e económica a nível mundial e o GG faz parte da estratégia de influência no mundo (Carmody e Owusu, 2011).

O protagonismo da China é uma inquietação para os interesses dos EUA no GG, e enquanto superpotência mundial irá empreender acções para conter a China, garantir a sua hegemonia mundial e defender os interesses estratégicos próprios e dos seus aliados, como a obtenção, controlo e manutenção das fontes de abastecimento de petróleo, de que são “dependentes” de importações (Pautasso e Oliveira, 2008; Hage, 2010). Assim, o GG a constar das “prioridades” das agendas políticas dos actores internacionais com influência na condução da política internacional.

De acordo com as projecções sobre a demanda mundial de petróleo entre 2012 a 2040 da *International Energy Agency* (IEA) (2014), revela que o petróleo é e continuará a ser a principal fonte energia mundial, implicando a continuo aumento da procura, sendo os EUA, a China e a Índia os principais consumidores. Para os EUA o petróleo é relevante não só para o crescimento económico, mas também, para a segurança e defesa nacional e manutenção do seu poder militar no mundo (IEA, 2014), em 2009 cerca de 77% da

energia consumida pelas FA americanas, foi assegurada pelo petróleo, incluindo as bases militares externas (Nunes, 2015), conforme a figura seguinte.

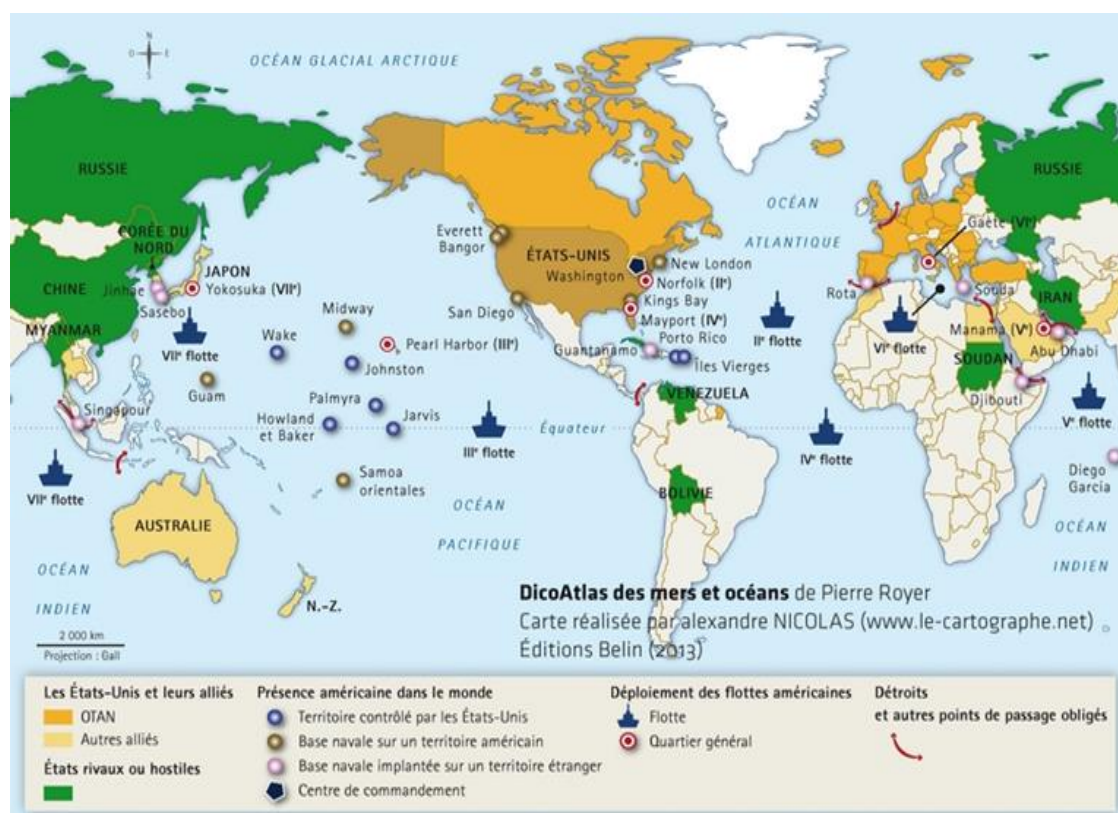


FIGURA 5 - BASES MILITARES DOS EUA NO MUNDO. FONTE: ROYER E NICOLAS, 2013.

O petróleo é para os EUA um recurso estratégico e continuará a sê-lo pelo menos nas próximas décadas. O GG tornou-se uma área de disputa por influência económica e militar que segundo Seul Cohen (2009, p. 393), “*Sub-Saharan Africa became a Shatterbelt during the Cold War. Its high degree of internal fragmentation was magnified by the military and ideological conflicts waged within the region by the Soviet Union (...) United States and Europe. The region remains an atomized Shatterbelt today, the difference being that the external interveners are now China (...) the United States and Europe (...) this competition now centres on Africa’s energy resources (...)*” o autor considera que em função desta competição os EUA criou em 2008 o United States Africa Command (U.S. AFRICOM) tendo como um dos propósitos melhorar o acesso ao petróleo da região (Idem, p. 393).

O U.S. AFRICOM foi criado para velar pelas relações militares entre os EUA e os países africanos, tendo como missões principais: cooperar com os Estados africanos



para neutralizar as ameaças transnacionais que possam por em causa os interesses dos EUA no continente; coadjuvar os Estados africanos para que estes criem capacidades próprias de defesa de forma a promoverem a própria segurança (U.S. AFRICOM, 2017).

No que concerne a vertente marítima o Comando tem fornecido assistência naval através de exercícios como Obangame e Sahan Express, apoio logístico, técnico-militar, formação de recursos humanos entre outras actividades, visado melhorar as capacidades de defesa naval Estados costeiros, para que estes, combatam as ameaças transnacionais acima citadas. Para reforçar a segurança marítima na região, o Comando pretende aumentar as suas capacidades operacionais e plataformas navais para projectar os meios militares americanos em todo continente em tempo de paz, e de crise (Ham, 2013; Dunn, 2016; Rodrigues, 2016). Para reforçar a sua presença naval no GG através atlântico sul, o EUA reativou a IV frota naval em 2008 criada em 1943 no contexto da SGM e desativada em 1950 (Ayerbe, 2009).

A deslocação do poder militar americano, tem causado inquietações aos países africanos por diversas razões. Na década de 1990 o EUA criou instalações militares no Quênia que foram utilizadas para apoiar intervenções na Etiópia (2006) e na Somália (2007). As mesmas instalações continuam operacionais e permitem em termos tácito e operacionais as forças americanas terem acesso a vários países como Argélia, Angola, Gabão, Gana, Mali, Nigéria (Blanchard, 2011; 2014; Brown, 2013). Os países africanos receiam que tal presença militar poderá por em causa directamente a soberania dos Estados na eventualidade deste, desencadearem operações como invasão militar e dominação de territórios (Blanchard, 2014; Oliveira e Cardoso, 2015).

Assim, sendo Angola um dos Estados influentes na região, devido a sua posição geográfica e capacidade de produção de petróleo, torna-se um Estados pivô para os interesses americanos e chineses particularmente. Considerando as ameaças que o mar angolano enfrenta, o Governo deverá desenvolver o seu PN para que contribua para defesa nacional, contra possíveis ameaças militares externas, ou contribuir para segurança marítima regional, e desta forma incrementar o desenvolvimento das capacidades de defesa marítima dos Estados GG e reduzir a presença de forças militares como dos EUA.

## **II.6 - A Relevância do Mar para a Economia Nacional e Desafios Ambientais**

O mar conforme referindo, constituem uma importante fonte de diversos recursos que se podem traduzir em riqueza, e o mar angolano não é uma excepção a essa realidade. Para Angola em termos de aproveitamento económico de recursos marítimos, o petróleo é o mais relevante, e é sobre este que se desenvolve a economia nacional. Ou seja, não é possível abordar o crescimento e desenvolvimento económico de Angola, nos últimos 35 anos, sem mencionar o papel influente da exploração de petróleo, sendo este recurso responsável pelo desenvolvimento do país em vários sectores (Governo de Angola, 2017).

A história do petróleo remota a 1915, quando foi perfurado o primeiro poço, mas o peso deste recurso na economia remonta à década de 1960, após a descoberta de reservas na bacia do Congo no offshore de Cabinda e na bacia do Kwanza (1955 e 1960), factos que estiveram na génese da sua comercialização (Sonangol, 2014). Entretanto, a exploração e produção de petróleo não parou de crescer até actualidade (Osisa, 2011, Sonangol, 2013).

Em termos de produção os níveis têm aumentado após o fim da guerra civil, o que tem permitido a abertura de novos investimentos que resultaram na exploração de petróleo em águas profundas e ultra profundas, e consequentemente o aumento da produção. As descobertas de novas reservas têm permitido ao país aumentar a capacidade de produção, em 2002 a produção diária era de cerca de 900.000 barris enquanto em 2015 foi de 1.779.525 (Sonangol, 2015).

O petróleo continua a ser o principal produto de exportação e a economia nacional é fortemente dependente das receitas fiscais provenientes daquele recurso. A título demonstrativo no período compreendido entre o ano de 2002 e o de 2016, o petróleo representou mais de 90% das exportações e mais de 50% do volume total de receitas fiscais arrecadadas, tendo contribuído para o PIB acima dos 50%, conforme os dados disponíveis no relatório de contas do BNA (2001-2004 e 2015), do INE (2000-2012 e 2015), e do Relatório Técnico do FMI para Angola (2014).

O valor do petróleo para a economia angolana é indiscutível, sendo que uma eventual interrupção na produção, por motivos diversos são susceptíveis de por em risco a execução da política orçamental do Estado de forma geral, pelo que se considera que as

questões relacionadas com a produção de petróleo, têm que ser equacionadas com grande seriedade, devendo ser tratadas como uma questão de Estado e de segurança e defesa nacional, uma vez que a redução de receitas do petróleo resulta em consequências como: a redução da capacidade do Estado de financiar serviços como a educação, de saúde, ou limitar a capacidade de actuação das FA e da Polícia Nacional (OGE, 2015). O petróleo é um recurso fundamental para o país, pelo que a necessidade de garantir a defesa do mar face aos desafios acima expostos é de suma importância para que o país continue a usufruir dos benefícios daquele recurso e de outros existentes como os piscatórios.

Apesar dos benefícios económicos, a dependência excessiva da economia face ao petróleo é analisada de forma negativa. Nos últimos anos, o crescimento da economia apresenta declínio, fruto dos baixos preços do petróleo a nível internacional, por isso, é necessário acelerar a diversificação da economia nacional e neste contexto, o sector das pescas (pesca artesanal marítima, semi-industrial, industrial e continental) é uma das áreas alternativas (Rocha, 2017) considerando a biodiversidade marítima da costa no que se refere aos recursos piscatórios (pelágicos oceânicos e costeiros, os crustáceos, moluscos e várias espécies de atum entre outros).

O sector das pescas é relevante para a economia e a sua diversificação, possibilitando a geração de mais empregos, o combate à fome e a pobreza, propiciando que Angola usufrua dos recursos que o mar oferece além do petróleo (MINIPESCA, 2016). No âmbito do Programa Nacional de Promoção de Crescimento Económico e Diversificação da Economia, descrito no PND (2013-2017), o sector é apontado como de interesse potencial, pelo que o Governo prevê até 2017, aumentar a capacidade de captura anual de pescado das 253.200 toneladas registadas em 2002, para as 454.850 em 2020, e aumentar o nível de produção de sal das 50 toneladas para 14.303 para o mesmo período. Para tal o Governo, prevê o aumento investimentos em infra-estruturas, recursos humanos e combater à pesca ilegal (MINIPESCA (2016).

O sector é significativamente afectado pela pesca ilegal que, segundo o Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura (SNFPA, 2015), é caracterizada pela pesca que excede a carga autorizada; praticada sem a licença de autorização; em zonas proibidas como nos perímetros das plataformas petrolíferas, assim como a que é levada a cabo com o equipamento de monitoração de actividade (EMA) desligado.

Os números reais sobre a pesca ilegal em Angola são pouco divulgados pelas autoridades, em parte porque desde 2002 que está em curso o processo de modernização da administração pública, e por outro lado, por falta de meios técnicos e humanos, assim como devido à falta de coordenação entre os vários órgãos do Estado, o que dificulta a produção de dados que incluía várias instituições e sectores, como o das pescas (FMI, 2014). Mas grandes quantidades de peixes são ilegalmente pescadas, atingindo até 552 toneladas, conforme ocorreu em 2013, aquando da detenção de um navio industrial chinês que pescava ilegalmente em zona proibida na província do Namibe (SNFPA, 2015).

Segundo o Vice-Almirante Joaquim Gouveia (2010), devido à deficiente fiscalização do mar, a pesca ilegal tem causado perdas ao país de cerca de dois biliões de dólares por ano. A pesca ilegal é uma ameaça efectiva para a sustentabilidade do ecossistema marinho, a economia nacional, além de prejudicar o bem-estar da população em geral e em particular aquela que vive ao longo da costa.

Um outro desafio para o mar angolano tem haver com a poluição ambiental que está relacionada sobretudo com processo de extração de petróleo em offshore. A poluição marítima ligada à indústria do petróleo ocorre desde a exploração, à produção, transporte, refinação, sendo libertadas grandes massas de resíduos líquidos e sólidos na costa com maior incidência a norte, nas províncias de Luanda e Cabinda (Osisa, 2011). Estima-se que para cada um milhão de toneladas de petróleo bruto extraído, cem mil são derramadas no mar, em operações diárias. Tais actividades libertam resíduos bastante poluentes e prejudiciais ao ambiente marinho, incluindo os derrames que assumem proporções significativas (Rodríguez, Gutiérrez e Major, 2014 e Baptista, 2015).

Os efeitos da poluição do mar angolano são devastadores quer a nível económico pela diminuição da captura de peixe, quer ao nível da saúde da população que vive na costa. A preservação do ambiente marítimo contra quaisquer actos ilícitos constitui um desafio de defesa nacional, considerando o ambiente geopolítico circunscrito ao mar angolano, devendo o Estado no âmbito da sua PDN para a MGA investir PN, sendo este principal instrumento de força do Estado no mar.

### Capítulo III – A Política de Defesa Nacional após 2002 e a Marinha de Guerra Angolana

Para a República de Angola, a PDN “*consiste no conjunto coerente de princípios, objectivos, estratégias, orientações e medidas adotadas para assegurar a defesa nacional*” sendo de “*carácter permanente e preventivo, de âmbito interministerial e de natureza global*”, exercendo-se em tempo de paz, de crise política, militar ou conflito armado, abrangendo todo o território nacional, visando salvaguardar os interesses nacionais, conforme a LDNFAA, nº 2/3 de 1993, artigo nº 5, que espelha os objectivos primários e permanentes da PDN como:

*“a garantir a da independência nacional, assegurar a integridade do território nacional, garantir a unidade nacional, salvaguardar a liberdade e a segurança das populações (...); garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilitar a realização das tarefas fundamentais do Estado contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo a permitir-lhes prevenir ou reagir pelos meios adequados a quaisquer ameaças ou agressões e assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais”*

A salvaguarda da nação apresenta-se como objectivo primário da PDN, presente nos desígnios do Estado desde 1975, associada à PE do país nos diferentes momentos da sua história político-militar até à actualidade, sendo os diversos períodos marcados maioritariamente pela longa guerra civil que teve uma grande influência, e que continua a fazer-se sentir na condução da PDN.

No período entre 1975 a 2002 a PDN esteve orientada para a defesa da integridade territorial e da soberania nacional contra agressões externas (Cuba, África do Sul, EUA, URSS) (Alves, 2013) e contra a subversão interna por parte da UNITA, com vista a alcançar a paz (Comeford, 2005 e Lara, 2015).

Para a obtenção da paz, o Estado adaptou uma PDN orientada para a contenção da UNITA (1975-2002), a nível global, sempre associada a PE, no sentido de procurar junto de parceiros internacionais, mecanismos para o alcance da paz e estabilidade, tendo

conseguido o apoio da ONU, de que resultou a adopção de várias resoluções (696/1991; 864/1993; 1179/1998; 1295/2000) que tinham como objectivos: restringir o apoio financeiro à UNITA, assegurar o embargo de armas e petróleo, encerramento de representações no exterior, no sentido de impedir que a UNITA continuasse a guerra( Alves, 2013 e Nunes, 2015). Assim, até 2002, a PDN esteve centrada na defesa da soberania nacional, em que o Estado direccionou toda a sua força militar e diplomática.

### **III.1 - Política de Defesa Nacional após o fim da Guerra Civil (2002)**

O ano de 2002 marca o início de uma nova era de mudanças profundas e históricas para Angola, em todos os domínios de actividades do Estado, devido ao término da guerra civil que perdurava há 27 anos, (com a morte do então líder da UNITA Jonas Savimbi, a 22 de fevereiro do mesmo) (Jornal de Angola de 26 de junho de 2016).

A morte de Jonas Savimbi possibilitou a reabertura de negociações entre o Governo e a UNITA, culminando com a assinatura do Memorando de Entendimento de Luena (MEL) a 04 de abril de 2002, como instrumento jurídico militar para a implementação das recomendações previstas no Protocolo de Lusaka (1994) assinado pelas partes a 20 de novembro 1994 (República de Angola, 2002).

A assinatura do MEL, permitiu também, mudanças inerentes à PDN, de forma a enquadrar no novo ambiente de paz, no sentido de contribuir para a realização dos interesses nacionais permanentes, bem como, preparar todas as componentes da PDN para os desafios conjunturais (Directiva das FAA, 2007), especialmente á nível marítimo. Para tal houve e continua a revelar-se necessário a criação de condições em termos de infra-estruturas; actualização da legislação sobre as FAA e a definição do conceito estratégico de defesa nacional, afim de corresponderem à nova realidade nacional em articulação com os desafios do século XXI.

Em 2007 o Governo elaborou uma estratégia total designada Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo “Angola 2025”, que permitiu identificar novos espaços para a realização dos interesses nacionais de longo prazo, e definir as grandes aspirações nacionais como: a manutenção da Paz e Segurança interna; Eliminação da fome e da pobreza extrema; Elevar o desenvolvimento humano e bem-estar para todo os angolanos e tronar Angola país com futuro, de entre outras (República de Angola, 2007). Para tal,

as questões ligadas à segurança e à defesa nacional equacionadas com a PE são fundamentais uma vez que não há desenvolvimento sem segurança e defesa nacional (Van-Dúnem, 2014 e Bernardino, 2015).

Para a realização das pretensões nacionais mencionadas, foram estabelecidas zonas estratégicas e vitais no quadro da PE, com foco para as organizações regionais como a CGG, que sobre a qual as questões ligadas à instabilidade política, forte pressão migratória, pirataria e os conflitos entre países merecem a atenção da Estratégia “Angola 2025”, no que se refere a PDN e da PE (República de Angola, 2007).

Para Gilberto Veríssimo (2016, p. 271) define a PE de Angola como *“o conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos que o governo de Angola adopta, aplicando-o a entidades externas à sua jurisdição política, para garantir a defesa e realização dos interesses nacionais”*. Podemos compreender que a PDN está fortemente ligada a PE, uma vez que algumas das ameaças que o mar enfrenta têm origem externa, havendo a necessidade da PDN ser abrangente, no sentido de melhor proteger o Estado fora das suas fronteiras, em áreas em que determinadas convulsões possam afectar a segurança nacional como o GG.

Podemos reter-se que, após 2002, a PDN de Angola tem como primeira linha de orientação a defesa militar do país através de acções que visam garantir os objectivos primários e permanentes desta acima descritos da PDN. Em segundo lugar tem uma orientação para o exterior, consubstanciada na integração do país no mundo, especialmente em África, através da sua participação no processo de aprofundamento da integração, sobretudo na vertente da segurança e defesa com o objectivo de proteger os interesses de Angola no exterior, valorizar a posição e reforço da capacidade de acção e projecção das FAA como instrumento activo da PE, no intuito de afastar eventuais agressões ou ameaças externas nos espaços terrestre, aéreo e marítimo (Carvalho, 2014, e Veríssimo, 2016).

Fica, assim, evidente que a PDN está intimamente relacionada com a PE, uma percepção reafirmada nos Discursos sobre o estado da Nação proferidos pelo então Presidente da República José Eduardo dos Santos, realçando que:

*“(...) os focos de tensão e de ruptura em várias zonas do mundo, tendo surgido novos conflitos armados com forte impacto na nossa região. O alastrar destes conflitos está a dar origem a conflitos militares, com processos de diálogo e negociação complicados”*

acrescenta que “Angola tem reafirmado a sua disponibilidade em participar nesses processos, apoiando e promovendo o diálogo e a paz (...). Inscreve-se no esforço de manutenção da paz e disponibilidade (...) para integrar as Forças de Paz das Nações Unidas (...) esta postura de promoção da paz e da segurança tem conduzido a um reconhecimento a nível internacional do papel de Angola como um parceiro estratégico para a construção da paz e a estabilidade em África” (Discurso de 2014, p. 9).

Para a eficácia da PDN é imprescindível que Angola observe de forma activa as questões de conflitualidade em África, para realização dos pressupostos da PDN. No que tange a defesa do mar, o Presidente realçou que “Angola pretende desempenhar um papel primordial no combate e prevenção de todos os fenómenos negativos e criminosos e aposta, por isso, no reforço de segurança marítima do Golfo da Guiné” (Discurso, 2015, p. 21).

Para o alcance destas pretensões da PDN é necessário que o país tenha FAA capacitadas, sendo para o efeito reforçado pelo Presidente em 2016, que é necessário que se lhes dê maior atenção considerando o seu papel vital para a defesa nacional ao referir que “A defesa do território nacional, a garantia da Paz e estabilidade e a preservação das (...) fronteiras exigem(...) Forças Armadas (...) capazes, bem equipadas e bem treinadas (...) exigem também, que elas sejam objecto de (...) atenção permanente (...)” (Discurso de 2016, p. 8). Para a realização dos anseios da PDN em articulação com a PE, as FA emergem como um dos principais vectores desta política. Vários são os órgãos encarregues de implementar a PDN, nos quais se destaca as FAA conforme a figura seguinte.

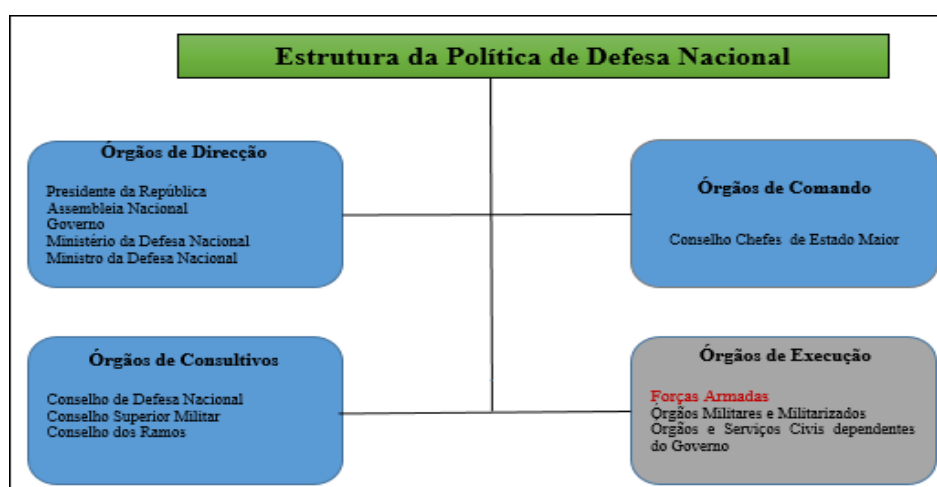


FIGURA 6- ESTRUTURA DA PDN DE ANGOLA. FONTE: LDNFAA, Nº 2/93, ARTIGO Nº 8 (ADAPTAÇÃO DA AUTORA).



Os órgãos responsáveis pela implementação da PDN funcionam de forma coordenada com o propósito de velar por questões como: (...) *elaborar projectos de lei sobre a Defesa Nacional e Forças Armadas; analisar o projecto de orçamento das Forças Armadas; aprovar os sistemas de forças e o dispositivo militar de Defesa Nacional; assegurar e fiscalizar a administração das Forças Armadas e dos demais órgãos, serviços e organismos nele integrantes; definir e dirigir a Política Nacional de armamento e infra- estruturas*(...) entre outras acções (LDNFAA, 2/93, artigos nºs 9 a 17).

Com este propósito, sob égide do Presidente da República e Comandante-Em-Chefe das FAA, é aprovada à 30 de julho de 2007 a Directiva sobre a Reedificação das FAA, que tem por objectivo:

*“(.) adequar o aparelho militar as transformações, por forma a que as FAA constituam um dos meios de autoridade do Estado com poder de dissuasão e capacidade de resposta militar eficaz através do qual se assegura e/ou alcance ou manutenção dos objectivos nacionais com ênfase para defesa militar do País”*  
(Directiva das FAA, 2007, p. 19).

Fica claro que as FAA têm um papel central na política interna e externa de Angola, tendo por este facto o Governo reconhecido a necessidade de modernizá-las, para enfrentar com sucesso e eficácia os desafios actuais e futuros, de modo a poderem garantir a defesa nacional e contribuir para a paz e estabilidade das regiões com interesses estratégicos e obter vantagens da sua estratégia político-militar em África.

### **III.2 - As Forças Armadas Angolanas e a Política de Defesa Nacional**

As FAA, de acordo com a CRA (2010, artigo nº 207) são *“a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do País, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes (...)”* inserem-se na Administração Central do Estado através do Ministério da Defesa Nacional (LDNFAA, 1993, artigo 14, nºs 1 e 2).

A actual estrutura organizativa das FAA compreende os Órgãos Militares de Comando, aos quais estão atribuídas as responsabilidades de planear, coordenar e fiscalizar as acções das FAA. Por outro lado, comporta os vários Ramos incluindo a MGA, conforme a figura abaixo, estando estes incumbidos de assegurar a defesa militar da Nação e garantir a ordem constitucional (LDNFAA, 1993, artigo nº 24).

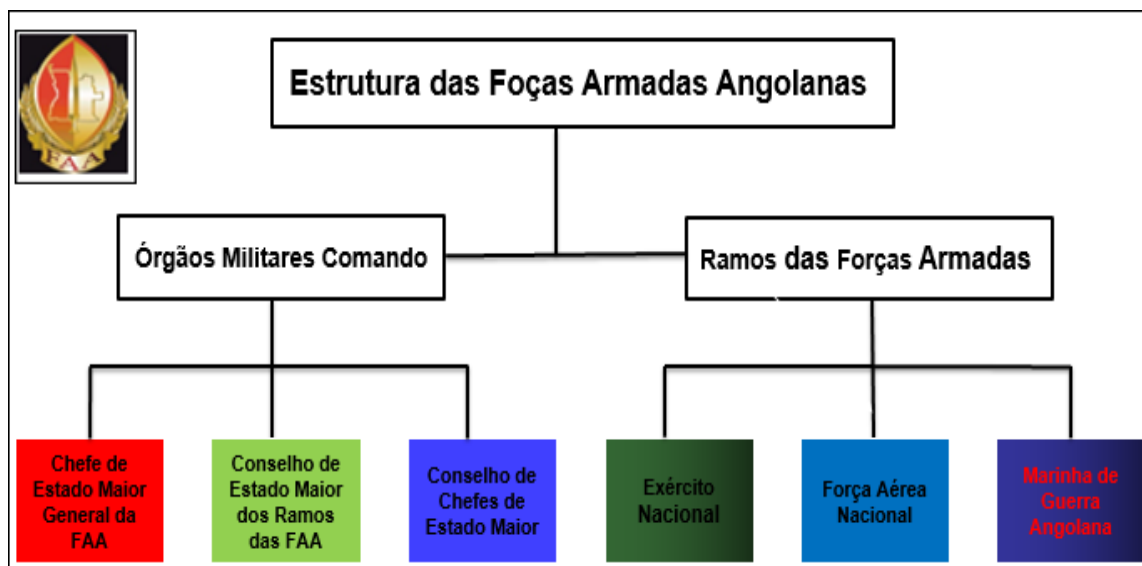


FIGURA 7- ESTRUTURA DAS FAA. FONTE: LDNFAA Nº 2/93, ARTIGOS 21 E 22, (ADAPTAÇÃO DA AUTORA).

De acordo com os dados do Military Balance (20016), o Exército angolano dispõe de 100.000 militares, representado cerca de 93% de um total de 107.000 militares que integram as FAA. Em termos de meios militares o Exército conta com de 300 viaturas desde carros de combate blindados, de transporte de tropas, de reconhecimento, e cerca de 1.400 conjuntos de peças de artilharias. Ao que se refere a Força Aérea Nacional, no tange aos meios militares dispõe de vários helicópteros de ataque, transporte e treinos estimados em mais de 60 e cerca de 83 aeronaves de vários tipos como aviões de combate, transporte e de patrulha marítima, e dispõe cerca de 6.000 efetivos (Military Balance, 2016). Deste modo, o Exército é o ramo das FAA mais bem estruturado, justificado pelo longo período de guerra civil em terra, que obrigou maiores investimentos no mesmo, seguindo-se o FAN, sendo ambos os ramos mais imponentes que a MGA.

As FAA apresentam algumas limitações reconhecidas pelo Governo, e por isso está em curso o programa de modernização do sistema e dispositivos de forças. Segundo António de Carvalho (2014), para Angola poder garantir plenamente a defesa do seu

território tem de investir profundamente na MGA no PN á todos os níveis, porque é o ramo que mais limitações apresenta (Martins, 2016).

### **III.3 - A Marinha de Guerra Angolana e a Política de Defesa Nacional**

A MGA é o ramo das FAA que tem como missão nuclear de garantir a segurança e defesa do mar angolano (Estatuto Orgânico da MGA, 2015). Considerando os desafios a que este espaço enfrenta, no quadro da PDN a MGA é chamada a desempenhar um papel central para garantia da soberania nacional.

Após a independência, o Governo liderado pelo MPLA, reconhecendo a importância da posição geográfica do mar, começou a criar condições para a composição da Marinha, mas reconheceu que não havia quadros nacionais qualificados que pudessem assegurar o contínuo funcionamento das infra-estruturas e meios técnicos deixados pela Armada Portuguesa, tendo sido nesse contexto que se deu início à formação de especialistas navais em Angola, 01 abril de 1976 (Gonçalves, 2011 e António 2012).

No dia 10 de julho de 1976, é realizada na base naval de Luanda a cerimónia de encerramento do primeiro curso de marinheiros, com a realização das primeiras manobras navais por nacionais, tendo na ocasião o primeiro Presidente do país, Doutor António Agostinho Neto, oficializado a constituição da Marinha de Guerra Popular de Angola (MGPA), como ramo das FAPLA, passando aquela data a ser considerada como o dia da Marinha (Gonçalves, 2011).

Na ocasião, o Presidente Agostinho Neto (1976) destacou a relevância da criação daquele ramo para a garantia da defesa nacional e da integridade territorial ao referir:

*“(...) para proteger o nosso território nacional esta Marinha é necessária (...) devemos neutralizar aqueles que querem de qualquer maneira roubar o que existe no nosso país, ou que pretenderão talvez dos mares, atacar o nosso país (...)”* (Discurso de 1976, p. 3).

A MGPLA foi criada numa época conturbada uma vez que após a independência o país entrou em guerra civil que teve como principal palco a superfície terrestre. Embora o mar não fosse o teatro de guerra, a Marinha tinha a missão garantir a protecção daquele

espaço contra ameaças externas (África do Sul) e possíveis invasões militares por via deste (Júnior, 2007; Barros, 2012). Para o cumprimento das suas missões, a jovem marinha deparou-se com diversos desafios como a evidente carência de quadros técnicos especializados, capaz de criarem uma estrutura organizativa própria e dinamizar a extensão territorial da Marinha, bem como, a falta de meios navais.

Quanto aos meios navais, a MGPA começou a funcionar com os navios deixados pela potência colonizadora, designadamente: 15 lanchas de patrulha, e de desembarque médio, navios hidrográficos (1), navios de desembarque médio (2). Mas, alguns desses meios não se encontravam totalmente operacionais, tendo havido a necessidade de aquisição de novos meios. Para o reforço da capacidade combativa e defensiva, entre 1976 a 2000 foram adquiridos alguns meios como: lanchas de patrulha, porta-mísseis, draga-minas, torpedeiras e navios de desembarque médio (16) (Gonçalves, 2011 e António, 2012).

Apesar da aquisição desses meios, muitos estiveram operacionais por breves períodos devido, sobretudo, a falta de reparação e manutenção, bem como por algumas limitações técnicas e humanas, dando origem a acidentes que culminaram com a desativação de muitos meios, o que contribuiu para uma significativa redução do sistema de forças navais. No início do século XXI este ramo das FAA continuava a apresentar uma capacidade operativa e combativa muito reduzida (António, 2012).

A partir de 2002 o Estado angolano assumiu uma postura de valorização da sua condição marítima e começou a impor a sua presença no mar de forma coordenada com o objectivo de promover uma eficaz teia de fiscalização para o combate de todas as transgressões no mar (SMPLP, 2008). No âmbito da modernização das FAA a MGA passa ser uma prioridade, quer seja para a defesa interna, quer seja para a realização dos objectivos da PDN e da PE, através da participação em exercícios navais externos contribuindo para a segurança marítima no GG.

### **III.3.1 - Missões e Estrutura Organizativa**

A MGA, enquanto instituição militar de defesa nacional no mar tem, desde 2002 passado por um processo de reedificação, com vista a adequar-se e capacitar-se para fazer face aos desafios nacionais de defesa actuais, futuros e conjunturais a que o SI apresenta.

No quadro do programa de modernização das FAA, foi aprovado em 2015 o Estatuto Orgânico da MGA (EOMGA), com o objectivo de determinar a natureza, as atribuições, organização e funcionamento da marinha, de forma a torná-la adequada à nova realidade nacional. O EOMGA, artigo nº 3, (2015, pp. 2) define as missões da MGA as seguintes:

TABELA 1- MISSÕES DA MGA. FONTE, EOMGA, 2015.

<b>Missões da Marinha de Guerra Angolana</b>	
<b>Em tempo de Guerra e de Paz</b>	Participar na Defesa Nacional, e em conjunto com o Exército e a Força Aérea, contribuir para a garantia da independência nacional, da integridade territorial, da liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no quadro da ordem constitucional instituída e do direito internacional
	Aprontar e manter as forças navais necessárias para a execução das tarefas da componente naval de defesa integrada do território nacional, em que se inclui as de vigilância e controlo das águas nacionais, garantia da liberdade de utilização dos portos e a segurança das linhas de comunicação marítimas de interesse nacional, bem como a proteção dos objectivos económicos no mar
	Exercer a autoridade marítima na área de jurisdição, com destaque para a salvaguarda da vida humana no mar
	Colaborar nas acções de socorro e assistência às populações em situação de calamidades naturais ou acidente
	Exercer atividade de investigação científica nos portos, na costa e no mar, nos domínios da hidrografia, oceanografia e da geologia submarina no interesse da MGA e do desenvolvimento nacional e preparar e manter as forças necessárias para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado
	Aprontar e manter as forças necessárias para a satisfação dos compromissos internacionais

Para o cumprimento cabal das missões o EOMGA prevê uma estrutura orgânica abrangente comportando vários órgãos e serviços administrativos, de acordo com o EOMGA (artigo nº 5, 2015), conforme a figura nº 09.

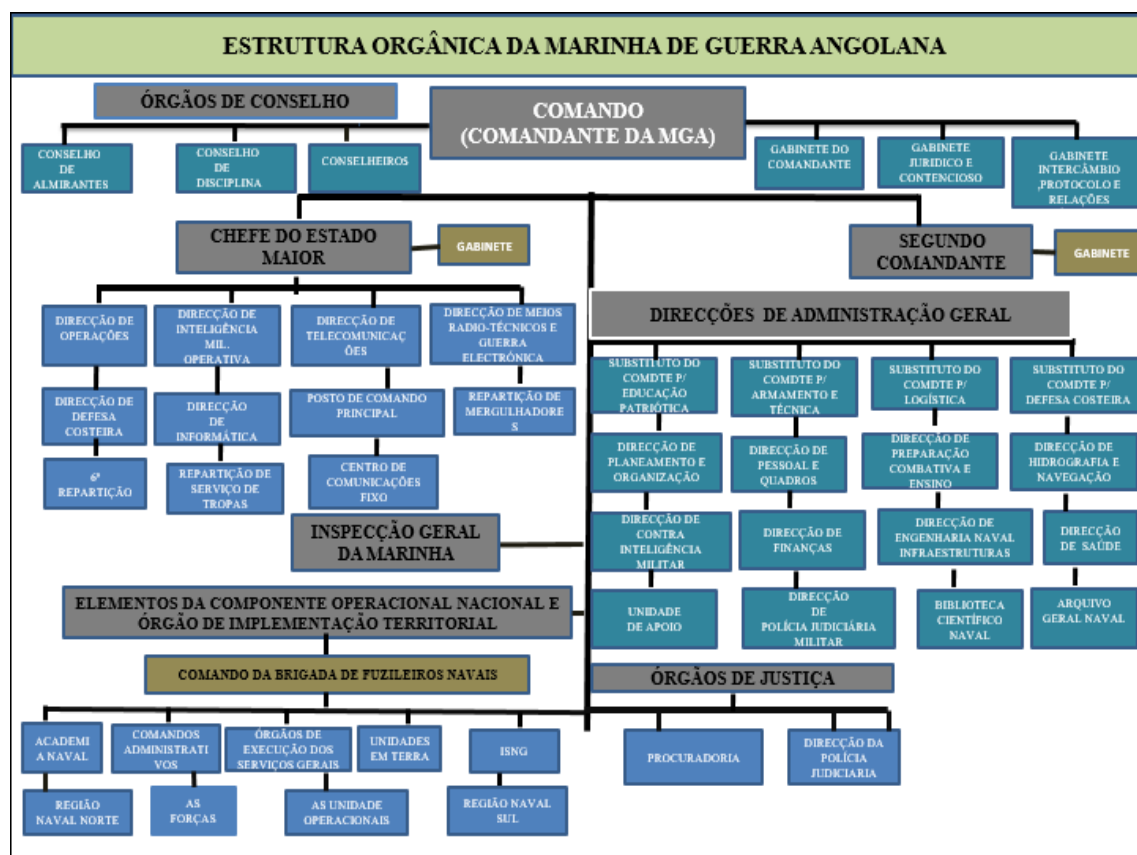


FIGURA 8- ESTRUTURA ORGÂNICA DA MGA. FONTE: EOMGA, 2015 ARTIGOS, 7 A 145 (ADAPTAÇÃO DA AUTORA).

Com o propósito de melhor desempenhar as suas atribuições, a MGA/PN tem incorporado novos quadros para funções não militares, mas com reflexos nas operações militares, para serem enquadrados em várias direcções como: Telecomunicações; Ciências da Educação; Pessoal de Quadros de entre outras (Jornal de Angola de 23 de outubro de 2014). Contudo, a carência de quadros civis e militares ainda é uma preocupação, apesar de haver significativas melhorias nos últimos anos.

### **III.3.2 - Recursos Humanos**

A MGA desde a sua fundação teve sempre como primado crucial o recrutamento e formação de quadros, uma prioridade que se mantém na actualidade. Segundo o Comandante da MGA, Almirante Francisco José, é necessário primeiro formar o homem e depois investir em máquinas, tecnologia, sendo a qualificação dos recursos humanos uma das prioridades desta (Jornal de Angola de 06 de Junho de 2015).

Devido ao longo período de guerra civil não foram recrutados nem formados quadros que respondessem às necessidades e desafios que a MGA enfrenta, sendo o ramo das FAA com menos efectivos militares. De acordo com os dados do Military Balance referentes de 2010 a 2016 dão conta que a mesma possui um total de 1000 efetivos (Military Balance, 2010;2015; 2016).

O Almirante Augusto Cunha (2014), contrariando os dados, afirmou que a MGA possui um efetivo de cerca de 5000, e no âmbito da modernização do ramo, prevê aumentar o número de efetivos, apostando na formação contínua de quadros, interna e externamente, no âmbito da cooperação técnico militar que Angola tem com vários países como Portugal, Federação Russa, China, Brasil, e de entre outros. Assim, a MGA prevê formar mais efectivos nas diversas especialidades, o que permitiria aquela força contar com mais efetivos.

### **III.3.3 - Infra-estruturas e Meios Navais**

A criação de infra-estruturas em terra e o seu apetrechamento com meios navais é uma prioridade para a modernização PN angolano. Desde 2002 o Governo tem investido na reabilitação, manutenção e construção de novas infra-estruturas de apoio como bases e estaleiros navais, quartéis militares, centros médicos entre outras, para dar suporte aos meios navais e aos recursos humanos (Gonçalves, 2011). Salienta-se que a componente fixa do PN angolano, encontram-se representada em duas regiões navais, nomeadamente a Região Naval Norte, criada em 1976 e a Região Naval Sul criada em 2008. Essas regiões navais encontram-se sob subordinação superior do Comando e do Estado-Maior da Marinha e constituem a representação territorial nacional do PN angolano (EOMGA, 2015) conforme a figura abaixo.

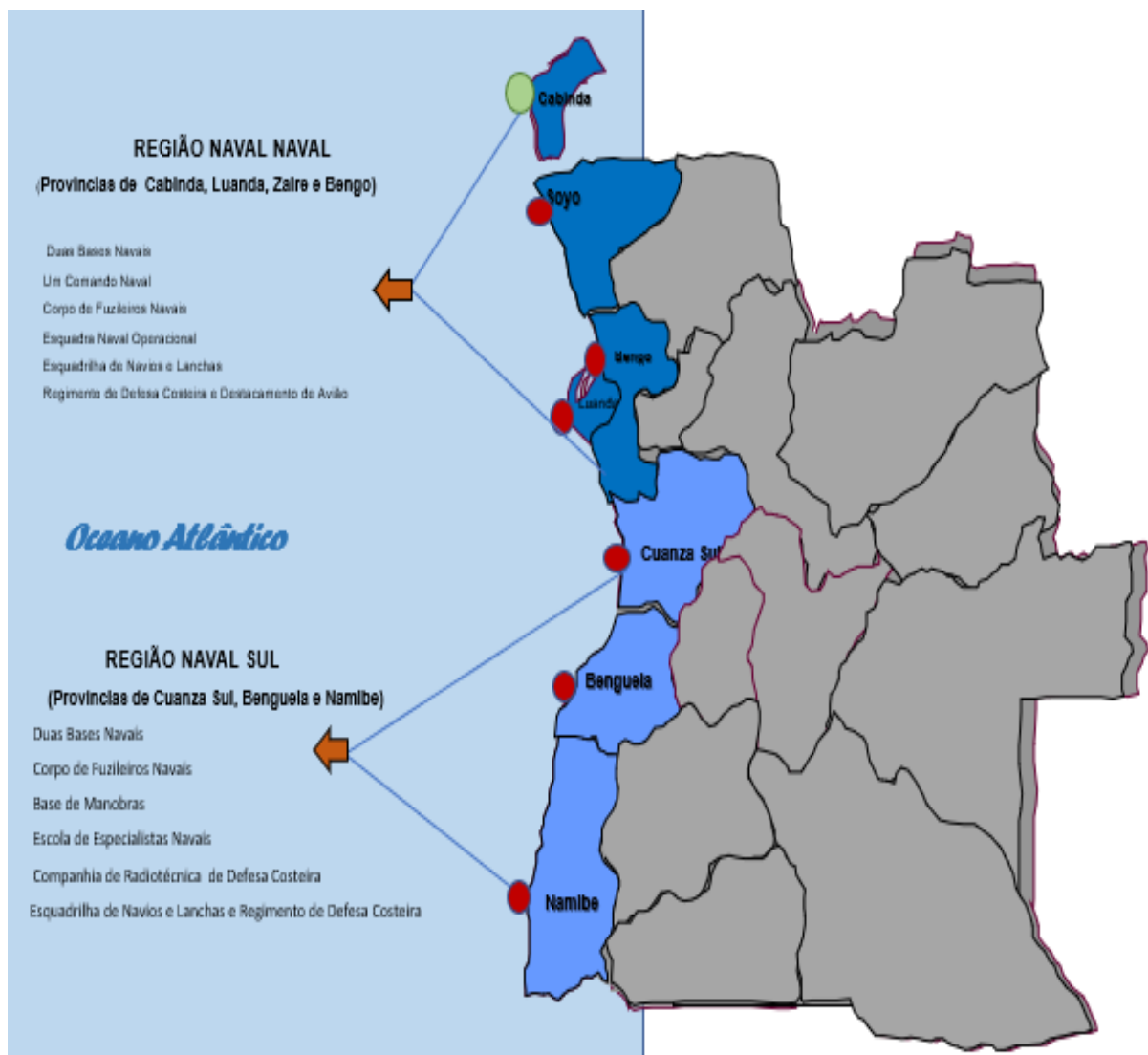


FIGURA 9- REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL DO PN DE ANGOLA. FONTE MGA (2014) E ADAPTAÇÃO DA AUTORA. ■ REGIÃO NAVAL NORTE ■ REGIÃO NAVAL SUL ● BASES NAVAIS ● COMANDO NAVAL.

Podemos compreender que em termos de bases navais o PN de Angola está representado em toda a costa marítima nacional, integrando não só infra-estruturas físicas e meios navais. De acordo com o Military Balance (2016), para assegurar o patrulhamento mar o PN angolano dispõe de treze navios de patrulha: lanchas de pequeno e médio porte e dois navios oceânicos (os navios oceânicos estão sob a responsabilidade do Ministério das Pescas, mas são também utilizados pela MGA, e por isso, fazem parte dos meios navais desta), conforme a figura seguinte.



TABELA 2- MEIOS NAVAIS DA MGA. FONTE: JANE'S FIGHTING SHIPS (2010), INOV (2014) E MILITARY BALANCE (2016).

Estrutura Operacional do Poder Naval de Angola							
Recursos Humanos	Quantidade	Infraestruturas	Ensino e Formação		Meios Navais	Designação	Principais Características
	1000		Instituto Superior Naval de Guerra			Lanchas de patrulhas- Classe Mandume (4)	- Toneladas : 100/104
			Academia Naval				Armamento: 2 metralhadoras
			Escola de Especialistas Navais				- Guarnição : 6
			Escola de Fuzileiros Navais				Velocidade: 27,5 nós
			Escola de Tecnologias Navais			Lanchas de patrulhas- Classe Namacurra (2)	- Toneladas : 5
			Apoio operacional				Armamento:
							- Guarnição : 6
							Velocidade: 32 nós
			Bases Navais (4)			Botes Pneumáticos (6)	
			Comando Naval (1)				
			Corpo de Fuzileiros Navais (2)				
			Companhia de Radiotécnica de Defesa Costeira (2)				
			Esquadilha de Navios e Lanchas (2)			Navios Oceânicos : Ngola Kiluange e Nzinga Mbandi (2)	- Toneladas : 903
			Base de Manobras (1)				Armamento:
Destacamento de Aviação Naval (1)		- Guarnição : 45					

Considerando a extensão do mar angolano, é explícito que a MGA não tem capacidade de manter uma presença permanente no mar pelo facto de possuir uma frota bastante reduzida e envelhecida e não dispõem de meios aeronavais. Estes aspectos demonstram o quão débil é, e quanto urgente é garantir o seu apetrechamento do PN angolano, sendo este uns dos principais desafios dos próximos anos da MGA, no âmbito da sua modernização.

### III. 4 - Perspectivas para o Futuro do Poder Naval de Angola

Reconhecendo a necessidade de o país possuir um PN com maior capacidade operacional, o Governo tem empreendido esforços para mudar tal situação. No âmbito da FAA Diretiva (2007) é criado do Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola (PRONAVAL), que visa a potencialização do sistema militar do país, e cujo término está previsto para 2025 (EDLPA, 2007).

A potenciação do PN está a ser feita com base em duas vertentes: a primeira visa a defesa da soberania nacional e apoiar os outros ramos das FAA nas suas missões; a segunda visa apoiar outros países no âmbito de missões de promoção da paz e estabilidade em África domínio no marítimo. Segundo o então Ministro da Defesa João Lourenço, o PN será capacitado com meios navais adequados para a defesa não apenas de Angola, mas também da região do GG e outros países da região Ocidental de África banhados pelo Oceano Atlântico (Ceita, 2015). O Governo tem investido no PN de forma faseada,

sendo que, em setembro de 2014, foi assinado um acordo entre Angola e o Brasil, com o objectivo do Brasil fornecer sete navios patrulha de grande porte para Angola. Segundo o Contra-Almirante Fernando Jorge (2014) no quadro da modernização do PN, este deverá ser equipado com diversos meios como: sistema de partilha de informações e vigilância combinada, sistema de radares de identificação automática de longo alcance, navios anfíbios, navios reabastecedores, fragatas com capacidade anti-aérea e anti-submarina e navios de patrulha oceânica, aviões e helicópteros de patrulha marítima, no sentido do PN vir a dispor de um conjunto equilibrado de meios para a salvaguarda da paz e segurança nacional, e poder vir a contrapor eventuais tentativas de agressão à sua integridade nacional (António, 2009 e EOMGA, 2015).

Recentemente, foi aprovada a compra de 3 aviões de patrulha marítima do tipo C-295 e a compra de 17 embarcações de diversas características e capacidades, desde navios de patrulha, transporte militar e de intersecção. Tais meios permitirão ao Estado executar cabalmente as tarefas fundamentais, nomeadamente assegurar a integridade territorial na ZEE e na PC sob sua jurisdição (República de Angola, 2016 e 2018). Com base nas perspectivas para o futuro PN, é possível compreender que desde de 2002 o Estado vem direccionando esforços e investimentos para melhorar a vigilância das águas marítimas nacionais conforme a figura seguinte, reconhecendo assim, a importância de possuir um PN robusto para garantir a defesa militar do país e o bem-estar da população angolana.

TABELA 3- FUTURO PN DE ANGOLA. FONTE: MGA, 2015; REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016 E 2018 (ADAPTAÇÃO DA AUTORA).

Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola			
	Designação	Características	Observações
Recursos Humanos	Formação de Quadros	Mais de 2000 efectivos	Termino previsto para o ano 2025
	Exterior (Portugal, Brasil, Rússia, China, Cuba e outros)		
	Interna (Instituições próprias e das FAA) e recrutamentos		
Meios Navais	Navios de patrulhas oceânicos, Classe Macaré (4)	Toneladas: 500	
		Velocidade : 17	
		Autonomia: 30 dias	
		Guarnição: 45	
	Navios de transporte, patrulha, militar e de interdição (17)	Diversas	
Aviação Naval	Aviões de patrulha marítima do tipo C295 (3)	Carga: 9.700kg	
		Velocidade: 576 km/hora	
		Guarnição: 75/78	
Sistema de Radares	Radar de identificação Automona de longo alcance (LRITS)	Detetar navios em águas internacionais	
	Radar VTS Costeiro		
	Sistema de Radar de Banda Larga		
Sistema de Partilha de Informação Estratégicas	Centro Principal de Controlo e Processamento de dados	Partilha de informação com os países da região do Golfo da Guiné	
	Centros Regionais (Cabinda, Luanda, Soyo e Namibe)	No quadro do SINAVID	

## **Capítulo IV- Contributos do Poder Naval de Angola para a Defesa Nacional**

O mar angolano é um elemento de poder nacional e um dos principais motores para o desenvolvimento e crescimento económico nacional. Porém, este espaço enfrenta vários desafios securitários que podem afectar a segurança e defesa nacional.

Para reverter tal situação está em curso o PRONAVAL que permitirá, que Angola continue a usufruir dos atributos que o mar oferece e alcance os seus interesses nacionais, e de igual modo, poderá ser também um elemento de dissuasão a ser empregue pela MGA, porque a mesma terá a capacidade de desempenhar eficazmente as suas funções principais como missões militar, interesse público e de apoio à PE, contribuindo para a salvaguarda da soberania nacional e para segurança marítima no GG.

### **IV.1 – No Âmbito da Defesa Militar do Território**

As FA asseguram os interesses permanentes dos Estados, como a soberania nacional, segurança e defesa do território e a protecção dos valores nacionais, sendo por isso, a componente militar que pode dar respostas as ameaças convencionais e os desafios estratégicos, face aos novos tipos de riscos e ameaças globais que os Estados enfrentam (IDN de Portugal, 2013).

Assim, constitui principal missão das FAA a defesa militar de Angola, conforme prescrito no artigo 207 da CRA (2010) e no artigo 24 da LDNFAA (1993). Para o cumprimento dessa missão, todos os ramos das FA estão a ser modernizados, especialmente a MGA e objectivamente o seu PN, tendo como propósito fundamental a defesa militar do mar angolano e apoiar o Exército e a FAN na garantia da independência nacional, da integridade territorial contra qualquer agressão ou ameaça externa e interna.

Uma ideia reafirmada pelo General Adriano Mackenzie (2016) Chefe da Direcção Principal de Tropas e Ensino do Estado Maior General das FAA, ao afirmar que no quadro da Directiva das FAA de 2007, foi estabelecido que anualmente no âmbito de programa de preparação operacional, combativa e de educação patriótica, as FAA devem realizar exercícios e manobras militares, com o objectivo de alcançar o mais alto grau de prontidão das tropas e meios, de forma a que as mesmas em tempo de paz, estejam preparadas para intervir contra quaisquer ameaças que ponham em causa os interesses mais nobres da

Nação como a soberania nacional, especialmente o espaço marítimo que até então é o menos protegido (TPA, de 30 de Novembro de 2016).

Neste contexto, uma das principais missões do PN é a de projectar forças navais sobre a terra, através de operações anfíbias. De acordo com o vice-Almirante Victor Lopo Carajabillie (2002, p. 20) a projecção de forças pode ser compreendida como a “*capacidade expedicionária dos meios navais, empregando a força a partir do mar para influenciar os acontecimentos em terra, quer em tempo de paz, crise ou guerra*”. Ou seja, numa eventual crise ou guerra de pequena intensidade o PN angolano, poderá contribuir para a projecção de força, de modos a influenciar os resultados de uma crise ou guerra em terra a partir do mar.

Assim, considerando igualmente os crescentes interesses dos principais actores internacionais na região do GG, articulando com a progressiva militarização e presença de forças navais dos EUA no GG, espelhados no Capítulo II, que é vista como uma ameaça militar e soberanias nacionais dos Estados (Brown, 2013; Blanchard, 2014 e Hugon, 2015). Podemos compreender claramente, que a disputa por espaços geográficos a nível global, desencadeia manobras diplomáticas, económicas e quando estas não permitem o alcance dos objectivos das partes envolvidas, os países mais poderosos utilizam o seu poder militar para alcançar os seus interesses (Cohen, 2009; Barros, 2013 e Balão, 2016).

A este respeito, vários são os exemplos que se pode retirar de alguns conflitos armados, como a invasão do Iraque em 2003 pelos EUA e aliados (Reino Unido, França, Itália entre outros), que sob pretexto de haver armas nucleares e possível ligação entre o então presidente iraquiano Saddam Hussein com grupos terroristas como a Al Qaeda, o que constituía uma ameaça à segurança internacional (Leite, 2016). Porém, estas alegações não foram comprovadas, sendo recentemente confirmadas através da apresentação no parlamento britânico, de um relatório que investigou a participação do Reino Unido na referida invasão, tendo sido concluído que não havia armas nucleares, e que o Iraque não apresentava iminente perigo aos interesses ocidentais nem a segurança mundial (Euronews, de 06 de julho de 2016).

Vários factores são apontados como razões para justificar a invasão do Iraque. Mas todos factores parecem ter tido como principal objectivo a obtenção e controlo das fontes de recursos energéticos (petróleo e gás natural) daquele país, por parte dos EUA,

de forma a impedir que uma potência tivesse o controlo (Irão), e por esta via conseguir aumentar a sua influência no Médio Oriente e deste modo, conter a influência do Irão na região (Correia, 2008).

Não pretendemos fazer um juízo de valores, nem sequer sobre as causas do conflito acima exemplificado. A ele recorremos para demonstrar o peso que a localização geográfica de alguns países e os recursos que possuem têm ou podem ter na geração de poder, para além do facto de que são relevantes para a tomada de decisão e para a acção externa dos Estados numa determinada região.

Segundo Sandra Balão, a busca infindável a nível global por recursos energéticos constitui a principal centralidade da acção política das potências mundiais, na medida em que os espaços de disputa disponíveis a nível global tornam-se incessantemente escassos (Balão, 2014, 2016).

Estes factos e tendências constituem realidades que Angola não poderá descurar, e o seu PN enquanto principal instrumento de força do Estado no mar deverá estar, por isso, plenamente capacitado para dissuadir as principais ameaças e contribuir para a defesa militar do mar angolano, com repercussões na segurança e na defesa nacional.

Dando sequência ao exposto, embora pareça “utópico” equacionar o desencadeamento de uma possível invasão militar externa a partir do mar angolano, ou ainda um provável combate naval entre a MGA e uma opositora, atendendo aos custos e prejuízos que uma guerra naval de grande ou baixa dimensão pode causar (Grove, 2007). Apesar dessas incógnitas, o mar angolano é uma via de entrada estratégica com acesso directo ao território angolano, considerando que 7 das 18 províncias são costeiras, e que possíveis opositores de Angola num ambiente de conflitualidade poderão utilizar essa via como acesso privilegiado.

O futuro PN angolano poderá contribuir para reduzir o impacto de uma eventual tentativa de invasão ou guerra terrestre, negando o uso do mar a terceiros, a título preventivo, através da fiscalização e patrulhamento frequente do mar. Poderá também, permitir que MGA tenha poder de dissuasão e de mobilidade necessárias, para além da capacidade de projecção de forças para aceder a qualquer teatro de operações nos espaços marítimos sob sua jurisdição nacional, em tempo de paz, de crise ou guerra (Paralta, 2008).

Deste modo, as particularidades dos futuros meios navais da MGA, irão não só contribuir para a defesa militar de Angola e influenciar os acontecimentos em terra de várias ordens, mas também contribuir para a segurança nacional, em assuntos ligados aos interesses nacionais como económicos ou ainda de serviço público e o salvamento de vidas humanas no mar.

## **IV.2 - No Âmbito da Segurança Nacional e Serviço Público**

No quadro das missões da MGA relacionadas com a aplicação do PN, de acordo com o EOMGA (2015) no artigo 3, de entre as diversas tarefas que desempenha cabe: *“(...) aprontar e manter as forças navais necessárias para garantir a defesa vigilância e controlo das águas nacionais, com vista a garantir a liberdade de utilização dos portos, a segurança das linhas de comunicações marítimas de interesse nacional, bem como a protecção dos objectivos económicos no mar (...) exercer actividades de investigação científica (...) exercer a autoridade marítima na áreas de jurisdição, com destaque para o salvamento da vida humana no mar”*.

Compreender-se que o PN para além das missões militares, desempenha igualmente missões não militares que, de acordo com Virgílio de Carvalho (1979), são funções de carácter não bélico que visam preservar a soberania nacional em águas sob jurisdição dos Estados, e através de várias actividades desenvolvidas pelo PN, que não envolvem o emprego directo da força militar.

As missões de serviço ou de interesse público correspondem acções de fiscalização, vigilância, policiamento e segurança marítima, que permitem aos Estados exercerem eficazmente a sua autoridade nos espaços marítimos nacionais, de forma a que possam satisfazer, por um lado, os interesses internos, como a protecção dos recursos e ecossistemas marinhos, obterem benefícios económicos e melhorar as condições de vida da população. Por outro lado, permitir aos Estados executarem os seus compromissos internacionais como a salvaguarda da vida humana no alto mar, bem como velar pela segurança marítima com vista a garantir o direito de navegação, contribuindo assim para a viabilização do comércio marítimo internacional (Costa, 2003 e Rocha, 2009).

O futuro PN angolano irá contribuir para o combate à imigração ilegal, e consequentemente permitir o aumento e potencial estreitamento nas relações de

cooperação com os demais órgãos do Estado para preservação e manutenção da segurança nacional, uma ideia reafirmada pelo Chefe de Estado Maior General das FAA Geraldo Sachipengo Nunda, ao referir-se sobre à necessidade das forças da MGA e do Exército estarem em prontidão combativa, especialmente na fronteira marítima a norte, considerando a instabilidade político-militar “recorrente” em países vizinhos como RDC. nacional (Jornal de Angola de 10 de julho de 2016). Neste contexto, considerando o facto de Angola partilhar com a RDC uma vasta fronteira marítima e terrestre, e na eventualidade do agravamento da crise naquele país, o fluxo de imigração ilegal para Angola poderá aumentar, sendo necessário que as forças navais estejam em prontidão combativa para a defesa da soberania nacional (Idem, 2016).

Uma outra ameaça alarmante é o binómio pirataria marítima e assalto a mão armada a navios, que ocorrem cada vez mais próximo da costa angolana, embora as autoridades neguem a existência desses actos. Apesar de “alguma desvalorização” por parte das autoridades angolanas, a verdade é que o mar está desprotegido e têm ocorridos alguns incidentes dessa natureza, embora com menos regularidade face a países do GG como a Nigéria ou os Camarões (UNITAR, 2014).

Ainda no âmbito das missões de interesse público, o PN desempenha a função de busca e salvamento marítimo, que engloba um conjunto de serviços como: busca e salvamento de pessoas em perigo no mar; de embarcações, navios ou engenhos marítimos; de coisas ou bens em perigo, nos portos e nas vias negáveis e a recolha de naufrágios, quer seja nos espaços marítimos sob jurisdição dos Estados costeiros, ou em espaços marítimos internacionais de acordo com os compromissos internacionais assumidos pelos Estados (Ribeiro et all, 2010).

Neste âmbito, de acordo com o Regulamento sobre o Sistema Nacional de Busca e Salvamento no Mar, designa que as Áreas Marítimas de Busca e Salvamento de Angola (SAR) compreende duas dimensões: por um lado, existe a responsabilidade de intervir no espaço marítimo sob jurisdição de Angola e por outro, a responsabilidade de salvaguardar a vida humana no mar, que abrange zonas marítimas para além daquelas sob sua competência nacional (águas internacionais) no quadro dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado (República de Angola), conforme se observar na figura seguinte.

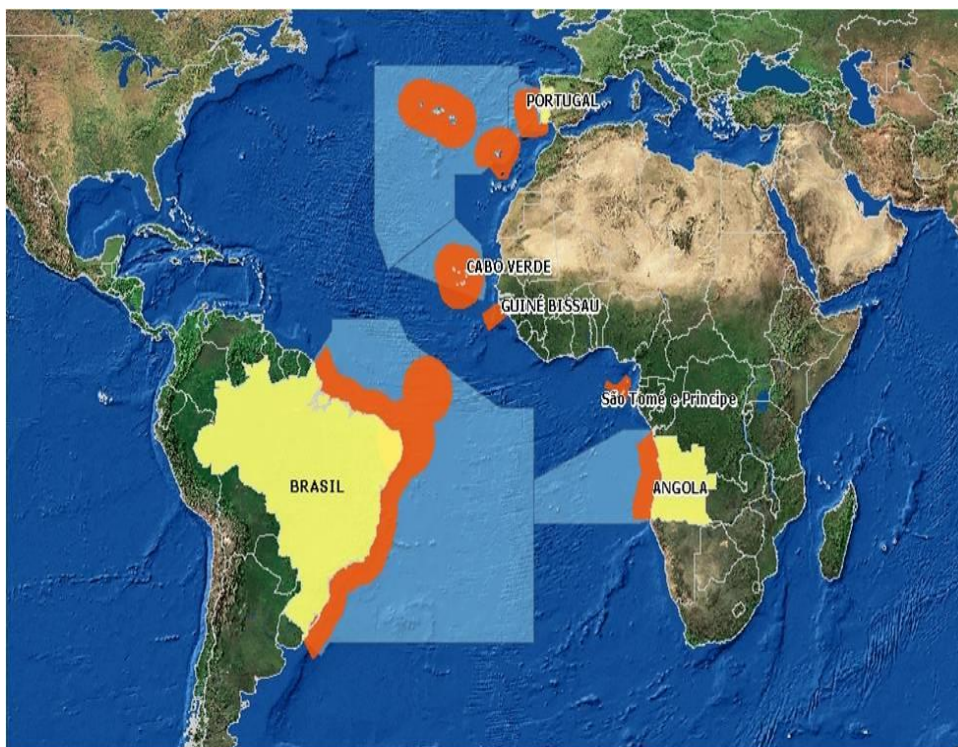


FIGURA 10- ÁREAS DE BUSCA E SALVAMENTO MARÍTIMO DOS PAÍSES DA CPLP LOCALIZADOS NO OCEANO ATLÂNTICO. ■ ZEE ■ ÁREA ACIMA DAS 200 MILHAS. FONTE: GONÇALO CALLAÇO, 2009.

De acordo com a figura acima, constata-se que a área de busca e salvamento marítimo dos países daquela região, onde Angola se inclui compreende, uma zona marítima acima das 200 milhas, no âmbito de acordos e tratados internacionais ratificados e aprovados pelo Estado como a Convenções Internacionais Sobre Busca e Salvamento Marítimo de 1979 (adesão de Angola foi aprovada a 23 de Novembro de 2014) ou, ainda a adesão do país ao Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Rede Integrada Sub-regional de Guardas Costeiras da África Ocidental e Central a 17 de Janeiro de 2014 (República de Angola, 2014).

O mar angolano conforme temos vindo a referir é um elemento estrutural do poder nacional, e a sua defesa constitui prioridade da PDN, uma vez que o impacto da insegurança marítima afectar negativamente várias vertentes da vida nacional, considerando que cerca de 51% (cerca de 13.221.115) da população vive ao longo da costa; o peixe é um dos principais produtos da dieta alimentar dos angolanos (INE, 2016); e mais de noventa 90% das importações e exportações de produtos diversos são transportados pelo mar (CNCA, 2016), demonstrando mais uma vez a relevância do mar



para Angola. Assim, é expectável que o futuro PN desempenhe um papel preponderante na defesa dos interesses nacionais no mar, no âmbito da missão de interesse público.



FIGURA 11- PROVÍNCIAS MARÍTIMAS DE ANGOLA. FONTE, AAB, 2017 (ADAPTAÇÃO DA AUTORA).

### IV.3 - No Âmbito da Participação na Política Externa de Angola

Os Estados para o alcance de determinados objectivos nacionais precisam intervir fora das suas fronteiras no âmbito da PE, em diversas dimensões, das quais se particulariza as questões relacionadas com a segurança e defesa nacional, uma vez que algumas ameaças têm origens externas e natureza transnacionais, sendo necessário em alguns cenários “desterritorializar” a defesa nacional para a vertente externa (Queiroz, 2004).

Segundo Victor Marques dos Santos (2000, p. 93), a PE pode ser definida como *“o conjunto de linhas de acção política desenvolvidas fora das fronteiras territoriais de um estado, e que têm como finalidade a defesa e a realização dos seus interesses, através da concretização dos objectivos definidos num programa de governo”*.

Assim, no quadro da cooperação internacional através da PE, são empregues vários instrumentos (meios pacíficos e meios violentos) que vão orientar tal política em diversos cenários (guerra e paz) de modo a que os diferentes actores, com desiguais capacidades de projecção de poder nacional (económico, militar, cultural), possam estar em altura de alcançarem os seus objectivos, quer pela coacção ou pela dissuasão.

Neste contexto, cingimo-nos aos meios pacíficos que visam o estabelecimento de relações pacíficas, sem recurso ao uso da força. De entre meios pacíficos destaca-se a diplomacia que é um instrumento abrangente que incorpora várias técnicas para a sua materialização como a negociação, a mediação, a propaganda, a espionagem, a pressão económica e política (Magalhães, 1982 e Bessa, 2001).

A diplomacia pode ser definida na perspectiva de José Calvet de Magalhães (1982, pp. 88) como *“um instrumento da política externa para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes”*.

Hans Morgenthau (2003, pp. 968), define como missões fundamentais da diplomacia: *“determinar os objectivos à luz do poder disponível, tanto de facto como em potencial, para a consecução desses objectivos; ser capaz de avaliar os objectivos das outras nações e o poder disponível, tanto de facto como em potencial, para a consecução desses objectivos; determinar até que ponto esses diferentes objectivos são compatíveis entre si; empregar os meios apropriados para a concretização de seus objectivos”*. Com isso, a diplomacia tem a função de avaliar o ambiente externo, sobre qual um determinado actor pretenda inserir-se, de modo a empregar os meios necessários de acordo com as expressões do seu poder nacional para o alcance de interesses internos (defesa nacional), quer seja a nível das relações bilaterais ou multilaterais.

Na conjuntura internacional contemporânea, para a salvaguarda da sua integridade territorial e soberania nacional os Estados, precisam alargar as suas acções de defesa nacional, externamente, associando-se em alianças estratégicas de auto-defesa, quer a nível de organizações regionais ou de forma bilateral, uma vez que unilateralmente

poderão não conseguir alcançar os seus objectivos nacionais de defesa, atendendo à natureza e expansão das ameaças transnacionais (Romana 2004; Rosa, 2010; Silva, 2016).

Assim, no âmbito da caracterização da PDN de Angola após 2002, considerar-se que a mesma está intrinsecamente ligada à PE, tendo esta última como principal instrumento para a sua execução e manutenção em África a utilização do poder militar, sobretudo o Exército e a FAN (Rosa, 2010 e Carvalho, 2014).

No que concerne ao uso externo do PN, considera-se que este poderá ser um importante instrumento da PE de Angola no âmbito da diplomacia naval na região do GG. A diplomacia naval constitui-se numa das missões genéricas do PN, que visa a utilização de meios navais por um determinado Estado para influenciar outros Estados sem propósito de ataque ou de agressão (Carajabille, 2002). As acções desenvolvidas por esta diplomacia compreendem diversas actividades como a participação das forças navais em operações de manutenção de paz, de busca e salvamento em alto mar, bem como em exercícios militares conjuntos a nível bilateral e multilateral para o combate de várias actividades ilícitas no mar (Macedo, 2013).

Desta feita, Angola, poderá obter vantagens do seu futuro PN, visando alcançar alguns dos seus objectivos nacionais permanentes como a própria defesa nacional, intervindo e cooperando em operações de fiscalização e vigilância alargada com países fronteiriços, como a RDC, RC ou o Gabão e outros países costeiros das regiões Austral e Ocidental de África.

O PN poderá também, contribuir para a afirmação externa de Angola, através do seu emprego, uma ideia que é defendida pelo Chefe de Estado Maior General das FAA, General Geraldo Sachipengo Nunda, ao referir que Angola está comprometida com o reforço da segurança marítima no GG e na região Austral, estando o PN a ser modernizado com este desiderato, assim como no sentido de o país garantir a sua defesa nacional e cumprir com os seus compromissos internacionais (Portal de Angola, 2014), conseguindo deste modo, concretizar alguns dos objectivos estratégicos da PDN anteriormente descritos, nomeadamente a valorização, manutenção e reforço da posição do país em África. Angola poderá reforçar a sua afirmação como potência regional militar, e explorar as vantagens da sua integração na CGG, que tem a sua sede em Luanda, podendo por via desta organização estender o apoio em termos de cooperação naval, a

nível multilateral ou bilateral com os países da referida organização (Lourenço, 2010 e Nascimento, 2010).

O PN poderá, externamente, contribuir para a realização dos interesses nacionais como a defesa nacional, uma vez que terá capacidade de participar em operações conjuntas de fiscalização e vigilância marítima, de forma a dissuadir ameaças sobre aquela região, conseguindo deste modo, agir preventivamente sobre determinadas ameaças antes que estas cheguem às suas águas nacionais. Ou seja, o PN angolano poderá actuar directamente na raiz de algumas ameaças, contribuindo para a defesa nacional e para a segurança marítima regional (Ramos, 2014). Mediante as ambições da PDN de Angola, o PN será um elemento relevante para a execução da PE, contribuindo também para o incremento do prestígio e afirmação do país através do estreitamento das relações com outros países em assuntos militares (Carajabille, 2002).

Deste modo, o combate a todos os actos irregulares no mar, especialmente aqueles de dimensão transnacional, tendo em consideração o seu elevado grau de maleabilidade e mobilidade, não pode ser feito apenas com a actuação dos meios navais e humanos, é necessário a obtenção e partilha de informações relevante entre os Estados. A essência de partilha de informações foi igualmente abordada na Conferência Internacional de Luanda (2015), fazendo menção que para a implementação com sucesso de estratégias que visam a segurança marítima comum é necessário “ (...) a criação de parcerias coordenadas e complementares a nível regional (...) incluindo assistência técnica, treinamento e exercícios conjuntos (...) e (...) partilha de informações intra e entre governos (...) que resultem na adopção de estratégias e planos de acção exequíveis” (Declaração de Luanda, 2015, p. 6).

De acordo com Heitor Romana (2008, pp. 98-99), as informações estratégicas são “(...) vocacionadas para o estudo de cenários de ameaças e para a avaliação de vulnerabilidades próprias, com origem interna ou externa”. As informações estratégicas de segurança e de defesa constituem um instrumento imprescindível ao processo de tomada de decisão dos Estados, na perspectiva de assegurar a defesa nacional daqueles no plano internacional (Romana, 2004 e Carvalho, 2009).

Nesta ordem de ideias, a cooperação entre os serviços de informações estratégicas para o intercâmbio de informações com vista a ser possíveis garantir a segurança e defesa comuns, é uma componente que nenhum Estado ou organização regional pode ignorar na

Nova Ordem Internacional, assinalada pela globalização, interdependência, pela imprevisibilidade e pelo regionalismo (Romana, 2004 e Balão, 2014), obrigando os Estados a cooperarem em questões de natureza transnacional, através de alianças com outros países (Santos, 2011 e Bernardino, 2015). Assim, o intercâmbio de informações é uma actividade cada vez mais ligada às Relações Internacionais (Romana, 2004 e Graça, 2009).

Neste contexto, o futuro PN angolano, no âmbito partilha de informações no contexto do GG, poderá colaborar para esse efeito, através da recolha e partilha de informações, no quadro do SINAVIM, que prevê a criação de um Centro Nacional de Coordenação Marítima (CNCM), sob coordenação da MGA e terá a responsabilidade de recepcionar, processar e analisar dados de todas as actividades ou movimentações ocorridas nos espaços marítimos de Angola e não só. O CNCM estará equipado com alta tecnologia, contando com um sistema de comunicação e identificação autónomos de longo alcance e radares de banda larga que permitirão a detecção de alvos a partir da costa marítima do Gabão a norte, e a sul a partir da costa da Namíbia.

A partilha de informações através de CNCM com países, constitui um elemento vital para a tomada de decisões ao alto nível das marinhas da região, contribuindo deste modo, para a promoção, partilha e disseminação de informações relevantes, com vista a melhorar as parcerias inter-regionais para garantia da segurança e da defesa marítima comum, conforme previsto no Código de Conduta de Yaoundé (2014), que prevê a criação de zona e centros de coordenação regionais, dos Estados a África Central e Ocidental.

Neste contexto, Angola está encarregue de vela pela Zona A, conforme a figura seguinte, contribuindo para maximização e melhoria, e a aplicação dos seus recursos humanos e meios técnicos, que são escassos, para defesa dos interesses marítimos colectivos, ficando a região melhor posicionada para enfrentar diversos desafios, em colaboração com os parceiros internacionais (ONU, UE, UA, NATO).

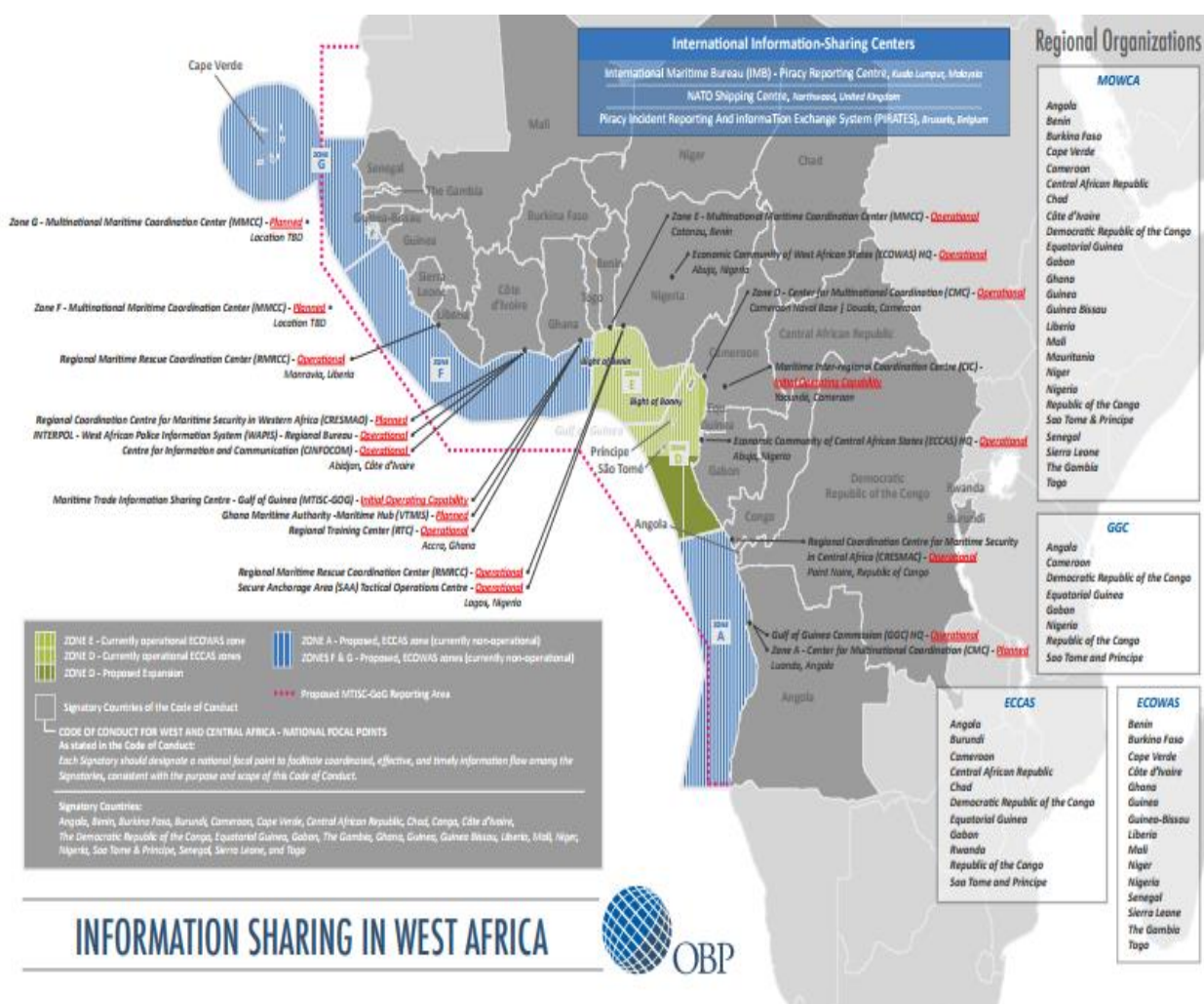


FIGURA 12- MAPA DE PARTILHA DE INFORMAÇÕES. FONTE: CIC, 2013.

O mar angolano deve ser visto como um elemento central para a segurança, defesa e desenvolvimento nacional de Angola (Santos, 2016), e o PN um instrumento fundamental para protecção do mar, contribuindo deste modo para a defesa militar, para a segurança e satisfação dos interesses nacionais no mar, bem como para a afirmação do país no contexto regional africano, especialmente no Golfo da Guiné.

## Conclusão

A investigação apresentada foi desenvolvida tendo como base uma aturada revisão da literatura, com o propósito fundamental de responder à pergunta de partida central: *De que forma o Poder Naval tem contribuído para responder aos Desafios de Defesa Nacional no Mar de Angola?*, centrada numa análise do período 2002-2016.

Com o objectivo de responder à pergunta de partida, foi possível concluir que, após o fim da guerra civil em 2002, o mar é o espaço que apresenta mais desafios e ameaças (delimitação da fronteira marítima a norte e da PC, pirataria marítima, pesca, imigração ilegal e ameaças militares externas) à Segurança e à Defesa Nacional, uma vez que durante o período de guerra o Estado direccionou mais investimentos em recursos humanos e materiais para proteger as fronteiras terrestres, ficando assim, o mar desprotegido “sensivelmente” na sua forma global. Assim, concluímos ser a protecção daquele do espaço marítimo o “principal” desafio contemporâneo para a Defesa Nacional de Angola.

Também desde 2002 o sector da Defesa Nacional tem sofrido alterações que têm envolvido a revisão das leis ordinárias sobre o funcionamento e emprego das FAA, bem como a sua modernização em termos de recursos humanos e meios técnicos a todos os níveis, com o propósito de que, entre outros, estas deixem de apresentar uma postura defensiva e reactiva, que as caracterizou durante o longo período de guerra civil (sobretudo o Exército e a FAN). A opção por uma posição proactiva por parte de um actor que se quer cada vez mais participativo na segurança e estabilidade regional em África, particularmente em questões ligadas à segurança e defesa marítimas – que se apresentam como um dos principais desafios securitários do século para o continente -, em que os Estados são chamados a desempenhar um papel preponderante, no quadro da Estratégia Africana para os mares e oceanos, apresenta-se como o garante fundamental da soberania nacional neste domínio.

Assim, conclui-se que desde o alcance da paz em 2002, o Estado tem vindo a preocupar-se com a PDN para o mar, traduzindo-a em investimentos em infra-estruturas, recursos humanos e meios técnicos, traduzido objetivamente no desenvolvimento do PN. Mas, considerando a extensão e localização do mar angolano, assim como os desafios que este enfrenta, é necessário que se dê maior atenção e se promovam mais investimentos, sob pena de a médio prazo o Estado não dispor de capacidade para garantir a soberania nacional no mar, o que terá igualmente fortes repercussões no espaço terrestre.

Partindo da definição de “estratégia” adoptada para esta investigação, e proposta pelo Almirante António Silva Ribeiro (2009), em articulação com os conceitos de Segurança e de Defesa Nacional, bem como de Poder Naval, concluímos que a edificação e o emprego do PN num determinado meio (interno ou externo), irá permitir a concretização dos interesses nacionais permanentes, ligados ao mar, como a defesa da soberania e o desenvolvimento económico, bem como poderá também, permitir ao Estado explorar eventualidades decorrentes do ambiente estratégico regional em que está inserido, considerando a escassez de meios navais que as Marinhas do Golfo da Guiné apresentam (Military Balance, 2016) .

Concluimos que o PN tem como objectivos fundamentais dar respostas adequadas aos desafios aqui apontados. Embora Angola esteja a viver um ambiente de paz e estabilidade político-militar, a inserção do seu mar na região do GG, a par com a Nova Ordem Global Contemporânea marcada pela globalização, interdependência, complexidade e expansão de ameaças transnacionais (Balão, 2014), impõe desafios com fortes impactos potencialmente negativos na defesa e soberania nacionais devendo, deste modo, o PN desempenhar um papel vital e estratégico como garante da soberania nacional no mar e, complementarmente, de defesa do espaço aéreo e terrestre, contribuindo desta feita, para a Defesa Nacional de várias formas, com base nas funções principais da MGA que se articulam com as do PN (Veríssimo, 2016).

Assim, respondendo à pergunta de partida, a investigação permite concluir que, o PN contribui sim, de várias formas, para a Defesa Nacional, dando resposta aos desafios internos e conjunturais, na medida em que contribui de forma directa, estratégica, nomeadamente para o controlo directo do mar Angolano, ao colmatar as vulnerabilidades existentes e futuras, ou seja, na negação do uso do mar a potenciais adversários (Mahan, 1890). Por outro lado, conclui-se que o PN poderá contribuir para a Defesa Nacional em cooperação com outros ramos das FAA e outras entidades no quadro do SINAVIM, além de apoiar o desenvolvimento económico nacional, o melhoramento da fiscalização do mar, dificultar a pesca ilegal e minimizar a poluição ambiental (com impactos directos positivos no aumento da produção de pescado e derivados e, consequentemente, das exportações) permitindo a potenciação de uma estratégia nacional de diversificação das exportações nacionais e melhoria do bem estar da população de modo geral.

O Poder Naval contribui, assim, a nosso ver, de forma objectiva e activa para a materialização das linhas estratégicas da PDN após 2002 a nível externo, sendo o poder



militar e em concreto o naval um instrumento fundamental para a execução dos compromissos assumidos pelo Estado Angolano nas organizações regionais como CGG em matéria de segurança marítima, sobretudo quando articulados com as pretensões de Angola de vir a tornar-se uma potência militar regional em África constituindo, assim, o PN um elemento central da PE na materialização de alguns interesses do Estado. Por outro lado, considerando o ambiente de instabilidade marítima da zona do GG, a presença de actores externos que manifestam os seus interesses de forma hegemónica como os EUA e a China (destacando-se, ainda, a forte presença militar dos EUA na região), o PN angolano poderá vir a considerar útil estreitar laços de cooperação naval com os países africanos localizados na margem sul do oceano atlântico, visando potenciar as capacidades de defesa dos mesmos, contribuindo para a implementação da Estratégia de Integração Marítima Africana para os Mares e Oceanos 2050 em consonância com as recomendações contidas no Código de Conduta de Yaoundé que prevê a criação de estratégias inter-regionais para o reforço da segurança marítima na África Central e Ocidental (CIC Yaoundé, 2013).

Finalmente, podemos concluir que a presente investigação permitiu de forma científica analisar os desafios de Defesa Nacional no Mar de Angola, após um longo período de guerra civil, contribuindo para compreender e discutir de que modo a actual PDN está a ser orientada para enfrentar os desafios a ela acometidos e de que forma o emprego do futuro Poder Naval se configura vital para a Defesa Nacional de Angola e complemento da Segurança e Defesa em terra.

Esperamos assim que este exercício académico e científico contribua e sirva de ponto de partida para o aprofundamento de futuras análises sobre matérias complementares, e relacionadas com a segurança e defesa do mar angolano, bem como a projecção do seu PN na região do Golfo da Guiné.

## Lista de Referências Bibliográficas

### Livros

ALMEIDA, Políbio Fernando Amaro Valente de (1987). *Teoria Geral da Estratégia*. Associação Académica do ISCSP, Lisboa.

ALMEIDA, Políbio Fernando Amaro Valente de (2012). *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*. 2ª, ISCSP. Lisboa.

ALVES, Armando Carlos (2010). *Introdução á Segurança*. Guarda Nacional Republicana. Lisboa.

ARAÚJO, Antónia Florbela de Jesus Rocha (2003). *O Mar Territorial e a Gestão dos Recursos de Pesca em Angola e Portugal*. Nzila Editora, Luanda.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2014). *A Matriz do Poder. Uma visão analítica da Globalização e da Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*. 2ª Edição, Management Global Information, Lisboa.

BESSA, António Marques (2001). *O olhar de leviathan. Uma introdução à Política Externa dos Estados Modernos*. ISCSP, Lisboa.

BARRENTO, António Martins (2010). *Da Estratégia*. Tribuna da História, Lisboa.

BEAUFRE, André (1985). *Introduction à la Stratègie*. Institut Français des Relations Internationales, Paris.

BRAILLARD, Philippe (1990). *Teorias das Relações Internacionais*. Fundação Calouste Gulberkian, Lisboa.

BEAUFRE, André (2004). *Introdução à Estratégia*. Edições Sílabo, Lisboa.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2013). *A posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana: Análise da função Estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Edições Almeida, Lisboa.

BEMBE, Miguel Domingos (2014). *Mecanismos de Partilha do Poder e Acomodação das Elites. Modelo e Processo para o Enclave de Cabinda*. ISCSP, Lisboa.

BOBBIO, Norberto (2000). *Teoria Geral da Política. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. 20ª edição, Elsevier Editora, Brasil.

- BUZAN, Barry Gordon (2008). *People, States e Fear: Na Agenda for International Security Studies in the Post- Cold War*. European Consortium for Political Research, Reino Unido.
- CLAUSEWITZ, Carl Von (1976). *Da Guerra*. Perspectivas & Realidades, Lda, Lisboa.
- COMERFORD, Michael (2005). *O Rosto Pacífico de Angola: Biografia de um Processo de Paz (1991-2002)*. Jonh Meinert Printing, Windhoek.
- CARVALHO, Virgílio (1986). *Estratégia Global e Subsídios para uma Grande Estratégia Nacional*. Edição, ISCSP, Lisboa.
- CARVALHO, António Manuel Luvualu de (2011). *Angola economia do petróleo 2002 a 2010*. Universidade Lusíada de Lisboa.
- CARVALHO, António Manuel Luvualu de (2014). *Angola um actor importante no peacemaking e peacekeeping em África*. Universidade Lusíada de Angola, Luanda.
- COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia. Aparentamentos para um Curso*. Vol. I. Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- COBERTT, Julian Stafford (1972). *Some Principles of Maritime Strategy*. Dodo Press.
- COBERTT, Julian Stafford (2010). *England in the Seven Year's War. A Study in Combined Strategy*. Vol. I. Cambridge University Press.
- COELHO, Maria Manuela Martins Saraiva Sarmiento (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de tese*. Universidade Lusíadas de Lisboa.
- COHEN, Saul Bernard (2009). *Geopolitics: the Geography of International Relations*. Londres, Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2ª Edição.
- CORREIA, Pedro Pizarat (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Vol. I. Quarteto Editora, Coimbra.
- COSER, Lewis A. (1964) *The Functions of Social Conflict*. Free Press. Nova Iorque.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé (2010). *Tratado de Estratégia*. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro.
- DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF, JR. Robert L. (2003). *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Gradiva, Lisboa.

- DAVID, Charles – Philippe (2001). *A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas de Segurança e da Estratégia*. Instituto Piaget, Lisboa.
- FERNANDES, António José (1991). *Relações Internacionais: Factos, Teorias e Organizações*. Editorial Presença, Lda, Lisboa.
- GONÇALVES, José da Conceição (2011). *Um Contributo à História da Marinha de Guerra Angolana*. Gráfica Sopol, S.A. Luanda.
- HART, Basil Henry Liddell (2011). *Estratégia*. Tinta da China, Lisboa.
- HUGON, Philippe (2015). *Geopolítica de África*. Escola Editora 3ª edição, Lisboa.
- JÚNIOR, Miguel (2003). *A Formação e o Desenvolvimento das Forças Armadas Angolanas*. Editorial Nzila, Luanda.
- JÚNIOR, Miguel (2007). *Forças Armadas de Libertação de Angola (FAPLA): Primeiro Exército Nacional (1975-1992)*. Editorial Nzila, Luanda.
- LARA, António Costa de Albuquerque de Sousa (2011). *Subversão e Guerra fria*. Edição, ISCSP. Lisboa.
- LARA, António Costa de Albuquerque de Sousa (2015). *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão*. 8ª ISCSP. Lisboa.
- MAHAN, Alfred Thayer (1890). *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*. Cambridge Library Collection.
- MAHAN, Alfred Thayer (1907). *Some Neglected Aspects of War*. London Sampson Low, Marston & Company, Ltd.
- MAGALHÃES, José Calvet de (1982). *A Diplomacia Pura*. Associação Portuguesa para Estudos das Relações Internacionais, Lisboa.
- MORGENTHAU, Hans Joachim (2003). *A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz*. Editora Universidade de Brasília.
- MOREIRA, Carlos Diogo (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. ISCSP, Lisboa.
- MOREIRA, Carlos Diogo (2007). *Teoria e Práticas de Investigação*. ISCSP, Lisboa.

- NOGUEIRA, José Manuel Freire (2005). *Pensar em Segurança e Defesa*. Instituto de Defesa Nacional de Portugal, Lisboa.
- RIBEIRO, Antonio Manuel Fernandes da Silva (2009). *O essencial do processo estratégico. Teoria Geral da Estratégia*. Almedina.
- ROCHA, Manuel Alves da (2017). *A Economia Angolana em 2015, 2016 e 2017. Textos de Reflexão*. Universidade Católica de Angola- Centro de Estudos e Investigação Científica.
- SANTOS, Paula do Espírito (2010). *Introdução à Metodologia da Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*. Edições Sílabo, Lda, Lisboa.
- SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández & Lúcio. Pilar Baptista (2006). *Metodologia de Pesquisa*. 3ª edição McGraw-Hill, São Paulo.
- SANTOS, Victor Manuel Ferreira Marques dos (2007). *Introdução à Teoria das Relações Internacionais. Referências de Enquadramento Teórico – Analítico*. ISCSP, Lisboa.
- SANTOS, Victor Manuel Ferreira Marques dos (2012). *Elementos de Análise de Política Externa*. ISCSP, Lisboa.
- SILVA, Teresa de Almeida e (2011). *Islão e Fundamentalismo islâmico: Das Origens ao Século XXI*. Editora - Pactor. Lisboa.
- SOUSA, Fernando de (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento, Portugal.
- SPYKMAN, Nicholas Jonh (2008). *America's Strategy in World Politics: The United States and Balance of Power*. Transaction Publishers, New Brunswick
- VAN-DÚNEM, Belarmino (2014). *Política Externa dos Estados e Diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos*. Europress, Portugal.
- VERÍSSIMO, Gilberto da Piedade (2016). *Geopolítica do Golfo da Guiné. A Posição Estratégica de Angola*. Editora Ler Devagar, Lisboa.

## Capítulos de Livros e Revistas

ANDRADE, António Quesada (1984). *Poder Marítimo e Poder Nacional*. In Revista Nação e Defesa Nº 29. Instituto de Defesa Nacional de Portugal.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2011). *Globalização, Democracia, Secretismo e Terrorismo global na seda dos Fundamentalismos Contemporâneos. Uma Introdução*. In Revista Proelium, Serie VII, Nº 01. Academia Militar de Lisboa.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2016). *Geopolítica e Geoestratégia do Ártico no século XXI: Inovação ou Recorrência?* In LARA, António de Sousa (Coord). Previsão e Mudança: Estudos Políticos e Internacionais. Edição, Management Global Information, Lisboa.

BRADÃO, Ana Paula (2004). “*Segurança: Um conceito contestado em debate*”. In MOREIRA, Adriano (Coord), Informações e Segurança: Estudos em honra do General Pedro Cardoso. Editora Prefácio, Lda. Lisboa.

CARAJABILLE, Víctor Manuel Lopo (2002). *Papel das Marinhas no âmbito da Política Externa dos Estados*. In Cadernos Navais Nº 2. Grupo de Estudo e Reflexões de Estratégia. Edições Culturais da Marinha. Lisboa.

CARAJABILLE, Víctor Manuel Lopo (2004). *O Poder Naval na acção Diplomática*. In Cadernos Navais Nº 10. Edições Culturais da Marinha. Lisboa.

COSTA, Carlos Nelson Lopes da (2003). *O Poder Naval Missões e Meios*. In Cadernos Navais nº 7. Grupo de Estudos e Reflexões de Estratégia. Edições Culturais da Marinha, Lisboa.

CORREIA, Aramando José Dias (2008). *Iraque: Objectivos, Estratégicos e Perspectivas Futuras*. In Revista Militar, Nº 2483. Europress, Lisboa.

CUNHA, Augusto da Silva. *Almirante Augusto Cunha “GUGU”(entrevista)*. Revista da Marinha de Guerra Angolana nº 22 de Outubro de 2014.

FONTOURA, Luís (2007). *O poder na Relação Externa do Estado. A Equação Cline*. Cadernos Navais Nº 21. Grupo de Estudos e Reflexões de Estratégia. Edições Culturais da Marinha, Lisboa.

GOUVEIA, Joaquim João (2010). *Deficiente Fiscalização causa prejuízo de USD 2 Biliões*. In. Revista Marinha de Guerra Angolana, Ano 6.

GRAÇA, Pedro Borges (2009). *Os Intelligence Studies nas Relações Internacionais*. In Estudos de Intelligence. ISCSP, Lisboa.

GROVE, Eric (2007). *O Vasto papel das Marinhas. Uma perspectiva doutrinaria*. In Cadernos Navais Nº 22. Grupo de Estudos e Reflexões de Estratégia. Edições Culturais da Marinha. Lisboa.

Instituto de Defesa Nacional de Portugal (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013: Contributos e Debate Público*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa.

JANES INFORMATION GROUP (2011). *Janes Fighting Ships 2009-2010*. Edição, JANES INFORMATION GROUP INC, Londres.

LOURENÇO, Armando Jorge Pereira (2010). *Dimensão Marítima da Segurança no Atlântico: Desafios e Oportunidades para os Países da CPLP*. In Revista Nação e Defesa Nº 128. Instituto de Defesa Nacional de Portugal, Lisboa.

LOURENÇO, Armando Pereira (2012). *Uma Visão da Segurança Marítima Cooperativa no Golfo da Guiné: Oportunidades para os Países da CPLP*. In NANCIMENTO, Augusto & RODRIGUES, Carlos Coutinho (Coord). *A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África*: Instituto de Defesa Nacional de Portugal.

MACEDO, Osvaldo Henrique Teixeira de (2013). *Perspectivas da Diplomacia Naval*. Revista da Escola de Guerra Naval, Vol. 19, Nº 2. Rio de Janeiro.

MIRANDA, Jorge & MORAIS, Carlos Blanco de (Coord) (2000). *O Direito de Defesa Nacional e das Forças Armadas*. Instituto de Defesa Nacional de Portugal, Lisboa.

MATIAS, Nuno Gonçalo Vieira (2004). *O Poder Naval e o Serviço Público*. In Cadernos Navais, Grupo de Estudos e Reflexões de Estratégia. Edições Culturais da Marinha nº 10, Lisboa.

MIRANDA, Carlos (2014) *O Zaire é uma ponte para a imigração ilegal*. In Revista Tranquilidade, Nº 12. Edição Policia Nacional de Angola.

NASCIMENTO, Augusto (2010). *São Tomé e Príncipe e os Desafios de Segurança Marítima no Golfo da Guiné*. In Revista Nação e Defesa Nº 128. Instituto de Defesa Nacional de Portugal.

PARALTA, Sara (2008). *Da Perenidade do Poder Naval no Século XXI*. Anais do Clube Militar Naval, Vol. CXXXVIII, Nº 4 a 6. Clube Militar Naval, Lisboa.

Primeiro Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa (2008). *Angola no Contexto da Defesa e Segurança Marítima do Golfo da Guiné* (Apresentação da Delegação de Angola). In Cadernos Navais Nº 26, Grupo de Estudos e Reflexões Estratégicas. Edições Culturais da Marinha, Lisboa.

QUEIROZ, Magalhães (2004). O Poder Naval e a Segurança: *Contributos do Poder Naval para Segurança Nacional*. Cadernos Navais Nº 10. Grupo de Estudos e Reflexões de Estratégia. Edições Culturais da Marinha, Lisboa.

RAMOS, Nuno Duarte (2014). *Golfo da Guiné: Novo foco de pirataria marítima*. Edição. JUNUS, Universidade Autónoma de Lisboa, Junho.

RIBEIRO. António Manuel Fernandes da Silva (Coord) (2010). *Estratégia Naval Portuguesa. O processo, o contexto e o conteúdo*. Cadernos Navais, N 34. Grupo de Estudos e Reflexões de Estratégia. Edições Culturais da Marinha, Lisboa.

ROCHA, Humberto Santos (2009). *Contributos para caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal*. Cadernos Navais Nº 31. Grupo de Estudos e Reflexos Estratégicas - Edições Culturais da Marinha, Lisboa.

ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras (2004). *O novo framework do terrorismo internacional de matriz islâmica: desafios ao modelo de análise em informações estratégicas*. In Moreira, Adriano (Coord), *Informações e Segurança: Estudos em honra do General Pedro Cardoso*. Editora Prefácio, Lda. Lisboa.

ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras (2016). *Intelligence e a Ameaça do Terrorismo (o caso do Estado Islâmico): Respostas Organizacionais e Operacionais*. Revista de Ciência Sociais e Política, Nº 4. ISCSP, Lisboa.

ROSA, Armindo Bravo de (2010). *A Política de Defesa de Angola*. In Revista Nação e Defesa Nº 125. Instituto de Defesa Nacional de Portugal.



SILVA, Teresa Almeida e (2016). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Edição, Revista de Ciência Sociais e Política, Nº 4. ISCSP, Lisboa.

VIEIRA, Rui (2014). *Segurança Nacional, Estratégia e Informação*. In BARROSO, Luís Machado & ESCORREGA, Luís Falcão (Coord). Homenagem à Abel Cabral Couto. Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

### **Artigos e outras fontes documentais (conferências)**

ANTÓNIO, Valentin Alberto (2012). *Capacidade Operativa da Marinha até a década de 90*. In Colectânea de textos do 1º Simpósio sobre a História da Marinha de Guerra Angola.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2015). *O Novo Paradigma da Segurança na África: A Estratégia Securitária Regional Angolana*. In Revista Brasileira de Estudos de Defesa, V 2 Nº 1. Associação Brasileira de Estudos de Defesa.

BARROS, José Manuel Correia de (2012). *Marinha de Guerra Popular de Angola os primeiros anos. Um contributo para a sua história*. In Colectânea de textos do 1º Simpósio sobre a História da Marinha de Guerra Angolana.

BARROS, José Manuel Correia de (2016). *O Poder Naval de Angola: Realidade e Constrangimentos*. Edição, Museu de Historia Militar de Angola.

BARROS, José Manuel Correia de (2014). *A Segurança no Golfo da Guiné: Uma Visão Marítima Angolana*. In Revista Militar Nº 2553. Europress - Editores e Distribuidores de Publicações, Lisboa.

BARROS, Manuel Agostinho (2013). *O Golfo da Guiné a Segurança Energética Global: Oportunidades e Desafios Subjacentes à Região*. In Revista Política Internacional Nº 09.

CARMODY, Pádraig & OWUSU, Francis (2011). *A Expansão da China para África: Interesses e Estratégias*. In A China na Nova Configuração Global: Impactos políticos e económicos: Instituto de Pesquisa Económica Aplicada. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil.

FILIFE, David (2015). *Repatriados cerca de 24 mil imigrantes ilegais em Cabinda*. Novo Jornal de 23 de março. Angola.

JORGE, Fernando (2014). *Marinha de Guerra Angolana: Soberania no mar*. Conferência organizada pela MGA. Luanda Novembro de 2014.

ANTÓNIO, Martinho Francisco (2009). *Conferência sobre o Sistema Nacional de Vigilância Marítima*. Marinha de Guerra Angolana, Luanda, 25 de novembro de 2009.

MACKENZIE, Adriano (2016). Entrevista a Televisão Pública de Angola, alusivo ao aniversário das FAA. Edição, Televisão Pública de Angola (onile) de 30 de novembro de 2016.

NETO, António Agostinho (2012). Discursos proferido a 10 de Julho de 1976. Colectânea de textos do 1º Simpósio sobre a História da Marinha de Guerra de Angola, Luanda.

PEGADO, Aida (2014). *Angola como Potência Regional Emergente. Análise dos Factores Estratégicos*. Revista Angolana de Ciências Sociais Nº 08. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto.

RIBEIRO, António Manuel Fernandes da Silva (2013). *A Expansão dos Direitos Soberanos nos Oceanos*. In Revista da Escola de Guerra Naval – Periódicos Especializados em Estudos Estratégicos, Vol. 19, Nº 2. Escola de Guerra Naval do Brasil

ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras (2008). *Informações: Uma Reflexão Teórica*. In Revista Segurança e Defesa, Nº 06, Lisboa.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos (2011). *Uma Visão Portuguesa da Segurança do Atlântico Sul*. Revista Nação e Defesa Nº 128. Instituto de Defesa Nacional. Lisboa.

SOUSA, Alexandre Costa & VERISSÍMO, Gilberto da Piedade (2015). *A extensão das plataformas continentais dos Estados africanos de expressão portuguesa como manifestação do seu sentido de espaço*. In Revista de Geopolítica. Vol. 06, Nº 1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal- Brasil.

TELO, António José (2009). *Que Visão para Defesa?* In Revista Nação e Defesa Nº 124. Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.

### **Documentos oficiais, Relatórios, Boletins e Outras Fontes**

Anuários de Estatística do Comércio Externo de 2000- 2012. Edição, Instituto Nacional de Estatística. Luanda- Angola, de 2001 á 2013.

Anuário de Estatística de Comércio Externo de 2013. Edição, Instituto Nacional de Estatística, Luanda -Angola, 2014.

Anuário de Estatística de Comércio Externo de 2015. Edição, Instituto Nacional de Estatística. Luanda- Angola, 2016.

Banco Nacional de Angola (2005). Relatório Anual 2004 e Contas do Período de 2001 a 2004.

Banco Nacional de Angola (2016). *Relatório e Contas de 2015*. Disponível em <http://www.bna.ao/uploads/%7B1def6d57-e395-47b3-8c49-91f2101a26c3%7D.pdf> . Acesso aos 20 de janeiro de 2017.

Directiva do Presidente da República e Comandante – em – Chefe sobre as Reedificação das Forças Armadas Angolanas (2007).

Declaração Final de Luanda sobre a Segurança Marítima e Energética (Conferência Internacional sobre a Segurança Marítima e Energética de 07 a 09 de Outubro de 2015.

Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (Angola 2025). Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Vol. II e III. Luanda, 2007.

Governo de Angola (2010). *Os Grandes Desafios do Futuro. Angola 30 anos*. Angola - Luanda, 2010.

Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka para a Cessação das Hostilidades e Resolução das Demais Questões Militares Pendentes nos Termos do Protocolo de Lusaka. Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

The Military Balance (2002-2004). Edição; International Institute for Strategic Studies - February. Londres.

The Military Balance (2010). International Institute for Strategic Studies- February. Londres.

The Military Balance (2014) International Institute for Strategic Studies- February. Londres.

The Military Balance (2015). International Institute for Strategic Studies- February. Londres.

The Military Balance (2016). International Institute for Strategic Studies- February. Londres.

Orçamento Geral do Estado de 2015. Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado Revisto. Governo de Angola.

Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo 2013-2017. Edição, Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Angola - Luanda, 2012.

Plano Nacional de Desenvolvimento das Pescas de Angola 2016-2020. Edição, Ministério das Pescas, Luanda, 2016.

Relatório sobre as Infracções do Ano de 2015 das Embarcações de Pesca Semi-Industrial e Industrial (2016). Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura. Luanda

Relatório sobre as Ocorrências das Infracção do Ano de 2013 das Embarcações Industriais (2014). Ministério das Pescas - Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura. Luanda.

Relatório de Atividades do Serviço de Migração e Estrangeiros de 2016- Ministério do Interior, Luanda, 2017.

SANTOS, José Eduardo dos. *Discurso sobre o Estado da Nação, pronunciado pelo Presidente da República na Abertura da 4ª Sessão Legislativa da Assembleia Nacional*. Luanda, República de Angola, aos 15 de Outubro de 2014.

SANTOS, José Eduardo dos. *Discurso sobre o Estado da Nação, pronunciado pelo Presidente da República na 4ª Sessão Legislativa da Assembleia Nacional*. Luanda, República de Angola, aos 15 de Outubro de 2015.

SANTOS, José Eduardo dos. *Discurso sobre o Estado da Nação, pronunciados pelo Presidente da República na Abertura da 5ª Sessão Legislativa da Assembleia Nacional*. Luanda, República de Angola, aos 17 de Outubro de 2016.

SONANGOL (2014). *Relatório de Gestão e Contas de 2013*. Sonangol. E.P, Luanda.

SONANGOL (2015). *Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2014*. Sonangol. E.P, Luanda.

SONANGOL. Relatório e Contas 2015 Consolidado. Edição, Sonangol. E.P, Luanda, 2016.

## **Legislação Angolana**

Constituição da República de Angola (2010). Imprensa Nacional. República de Angola, 2010.

Decreto do Conselho de Ministros nº 59/09 de 26 de Outubro de 2009, sobre a Criação do Sistema Nacional de Vigilância Marítima. República de Angola.

Despacho Presidencial, nº 40/09 de 10 de Novembro de 2009, sobre reactualização da Comissão Internacional para a Delimitação e Delimitação dos Espaços Marítimos da República de Angola, criada através do Despacho nº 13/06, de 12 de Maio de 2009.

Despacho Presidencial nº 258/16 de 29 de Agosto de 2016, sobre aprovação do contrato de compra e assistência técnica de 17 embarcações de patrulha, intersecção e transporte militar. República de Angola, 2016.

Decreto Presidencial nº 89/16 de 21 de Abril de 2016- Regulamento sobre o Sistema Nacional de Busca e Salvamento no Mar. República de Angola.

Decreto Presidencial nº 23/18 de 02 de Março de 2018- Sobre aprovação do contrato de aquisição de 3 aviões de patrulha marítima do tipo C-295. República de Angola, 2018.

Estatuto Orgânico da Marinha de Guerra Angolana. Ministério da Defesa Nacional, Angola, Lunada. 2015.

Lei n.º 2/93 de 26 de Março - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. República de Angola, 1993

Lei n.º 12/02, de 16 de Agosto de 2002 – Lei de Segurança Nacional. República de Angola, 2012.

Lei nº 14/10 de 14 de Julho de 2010 - Lei dos Espaços Marítimos de Angola. República de Angola, 2010.

Lei nº 3/11 de 12 de dezembro de 2011- Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo. República de Angola.

## **Teses de Doutoramento**

ALVES, Carlos Alberto de Jesus (2013). *Política Externa de Angola em tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ALI, Kamal Deen (2014). *Maritime Security Cooperation in the Gulf of Guinea: Prospect and Challenges*. University of Wollongong. Austrália.

BAPTISTA, Lopes Ferreira (2005). *Evaluación Geoquímica de las propiedades del material particulado (polvo, suelos y sedimentos) de la ciudad de Luanda (Angola) y su entorno: Implicaciones Ambientales*. Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Minas. Universidade Politécnica de Madrid.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2008). *Globalização e Anti-globalização no mundo Contemporâneo*. ISCSP - Universidade de Lisboa.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2012). *A posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança em África*. ISCSP- Universidade de Lisboa.

GINGA, Damião Fernandes Capitão (2014). *Angola e a Complementaridade do Mar. O Mar enquanto fator Geoestratégico de Segurança, Defesa e Afirmação*. Faculdade de Ciências Políticas, Lusofonia e Relações Internacionais - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa.

NUNES, Carlos Manuel da Costa (2015). *O Golfo da Guiné e a Segurança Energética dos EUA e da China*. Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TAULOIS, Pedro Luiz Gueiros (2013). *O Poder Naval e a Segurança Marítima de Angola: Oportunidade para Marinha do Brasil*. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro.

VERISSÍMO, Gilberto da Piedade (2014). *A Posição Estratégica de Angola no Golfo da Guiné. Contributo às Políticas Externas de Defesa*. ISCSP- Universidade de Lisboa.

### **Internet e outras fontes digitais**

ANGOP (2012). Nova Lei de Defesa Nacional colmata lacunas da anterior. Edição, online – An de 21 de Julho de 2012. Disponível em [http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2012/6/29/Nova-Lei-Defesa-](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2012/6/29/Nova-Lei-Defesa-)

Nacional-colmata-lacunas-anterior,8e9b87cb-fc9b-4d2b-a39d-7c1879907d18.html .  
Acesso aos 11 de Maio de 2016.

ANGOP (2014). Angola: *Petroleiro dado como desaparecido é localizado na Nigéria*. Edição (online), de 27 de Janeiro. Disponível em [http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2014/0/5/Angola-Petroleiro-dado-como-desaparecido-localizado-Nigeria,3561ab1e-9bbc-4905-a5a0-830c38f70656.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/0/5/Angola-Petroleiro-dado-como-desaparecido-localizado-Nigeria,3561ab1e-9bbc-4905-a5a0-830c38f70656.html) . Acessado aos 10 de Dezembro de 2015.

AYERBE, Luís Fernando (2009). *De Clinton a Obama: Políticas dos Estados Unidos para América Latina*. Unesp. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=dbmTqnuHBk8C&pg=PA87&dq=IV+frota+da+mari+nh+dos+Estados+unidos&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjym9fYhpPYAhWHvRQKHQN6B8YQ6AEILTAB#v=onepage&q=IV%20frota%20da%20marinha%20dos%20Estados%20unidos&f=false> . Acesso aos 25 de Junho de 2017.

BEMBE, Miguel Domingos (2012). *Angola não é alvo prioritário do terrorismo islâmico*. Entrevista concedida ao Jornal o País, Angola. Disponível em <http://capp.iscsp.ulisboa.pt/images/stories/Clipping/2012/grande%20entrevista%20de%20miguel%20bembe.pdf> . Acesso aos 10 de Junho de 2015.

BLANCHARD. Lauren Ploch (2011) . *Africa Command: U.S Strategic Interests and the Role of the U.S Military in Africa*. Edição, Report, Congressional Research Service. Disponível em <https://fas.org/sgp/crs/natsec/RL34003.pdf> . Acessado aos 17 de Janeiro de 2017.

BLANCHARD. Lauren Ploch (2014). *Nigeria's Boko Haram: Frequently Asked Questions*. Edição, Report Congressional Research Service. Disponível em <https://fas.org/sgp/crs/row/R43558.pdf> . Acesso aos 25 de Janeiro de 2017.

Boletim Estatístico do Conselho Nacional de Carregadores - Primeiro Trimestre de 2015. Ministério dos Transportes de Angola – Centro de Documentação e Informação, Lunda, 2015. Disponível em [http://www.cnc-angola.com/attachments/article/9/CNC\\_Boletim%20Estat%C3%ADstico%20de%202015%20-%201%C2%BA%20Trimestre.pdf](http://www.cnc-angola.com/attachments/article/9/CNC_Boletim%20Estat%C3%ADstico%20de%202015%20-%201%C2%BA%20Trimestre.pdf) . Acesso aos 09 de Março de 2016.

Boletim Estatístico do Conselho Nacional de Carregadores – Quarto Trimestre de 2015. Ministério dos Transportes de Angola - Centro de Documentação e Informação, Luanda, 2015. Disponível em [http://www.cnc-angola.com/attachments/article/9/CNC\\_Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20de%202015%20-%204%C2%BA%20Trimestre.pdf](http://www.cnc-angola.com/attachments/article/9/CNC_Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20de%202015%20-%204%C2%BA%20Trimestre.pdf) . Acesso aos 09 de Março de 2016.

BROWN. David (2013). *Africom at 5 years : The Maturation of a new U.S Combatant Command*. Edição, Strategic Studies Institute U.S. Army War College Press. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/PUB1164.pdf> . Acessado aos 28 de Fevereiro de 2017.

CARVALHO, Virgílio de (1979). *A Importância do Poder Naval em tempo de Paz*. Revista Nação e Defesa, Ano IV, nº 12. Instituto da Defesa Nacional de Portugal. Disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3525/1/NeD012\\_VirgiliodeCarvalho.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3525/1/NeD012_VirgiliodeCarvalho.pdf) . Acesso aos 10 de Maio de 2016.

CAPITA, Bernardo (2016). *Imigrantes ilegais com números altos*. Edição Jornal de Angola (online), de 1 de Setembro. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/imigrantes\\_ilegais\\_\\_com\\_numeros\\_altos](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/imigrantes_ilegais__com_numeros_altos) . Acesso aos 02 de Setembro de 2016.

CARVALHO, Jorge Silva (2009). *Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas*. Intervenção proferida pelo Director do SIED na Faculdade de Letras. Lisboa, 28 de Maio. Disponível EM [http://www.segurancaedefesa.pt/noticias/009/intervencao\\_jorge\\_silva\\_carvalho\\_20090528.pdf](http://www.segurancaedefesa.pt/noticias/009/intervencao_jorge_silva_carvalho_20090528.pdf) . Acesso aos 20 de Outubro de 2016.

Centre Interregional de Coordination. *Declaration of the Heads of State and Government of Central and West African States on Maritime Safety and Security in their Common Maritime Domain- 2013*. Disponível em <http://cicyaounde.org/wp-content/uploads/2015/04/DeclarationofHofS-EN.pdf> . Acessado aos 19 de Dezembro de 2017.

Centre Interregional de Coordination. *Mapa de Partilha de Informações de África Ocidental*. Disponível em <http://cicyaounde.org/wp-content/uploads/2015/04/Mapa-de-Partilha-de-Informacoes-de-Africa-Ocidental.pdf>



content/uploads/2015/03/WestAfricaInfoSharingMap.pdf . Acesso aos 19 de Dezembro de 2017.

CEITA, Adalberto. *Marinha Angolana está vigilante*. Jornal de Angola, Edição onile de 11 de Julho de 2015. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/marinha\\_angolana\\_esta\\_vigilante\\_1](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/marinha_angolana_esta_vigilante_1) . Acesso aos 10 de Março de 2016.

COLLAÇO, Gonçalo Magalhães (2009). *Prioridades Trocadas*. Disponível em <http://albergueportugues.blogspot.pt/2009/04/prioridades-trocadas.html> . Acesso aos 10 de Janeiro de 2016.

Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (1982). Disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/rar60B-1997.pdf> . Acesso aos 15 de Abril de 2016.

EURONEWS (2016). *Relatório Chilcot enuncia erros de Blair na invasão do Iraque*. Disponível em <http://pt.euronews.com/2016/07/06/relatorio-chilcot-enuncia-erros-de-blair-na-invasao-do-iraque> . Acesso aos 18 de Janeiro de 2017.

Fundo Monetário Internacional (2014). Relatório do Corpo Técnico, Comunicado de Imprensa e Declaração do Administrador do FMI Angola. Disponível em <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/scr/2014/cr14274p.pdf> . Acesso aos 15 de Julho de 2016.

HAGE, José Alexandre Altahyde (2010). *Do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné: a busca Americana pela segurança energetica*. In Revista Científica Mundorama - Boletim Meridiano 47, N° 121. Disponível em <https://www.mundorama.net/?article=boletim-meridiano-47-no-121-setembro-outubro2010> . Acesso aos 10 de Março de 2017.

HAM, Carter F (2013). *Statement of General Carte Ham, USA Commander*. United States Africa Command Before the Senate Armed Service Command. Disponível em <file:///C:/Users/pc/Downloads/2013%20AFRICOM%20Posture%20Statment.pdf> . Acesso, aos 10 de Março de 2017.

International Energy Agency. *Energy Policies of IEA Countries: The United States 2014*. Disponível em [https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/USA\\_2014.pdf](https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/USA_2014.pdf) Acesso aos 20 de Fevereiro de 2017.

ICC - International Maritime Bureau. *Piracy and Armed Robbery Againsts Ship. Annual Report perid (1 January – 31 December 2004)*. IBM, London, 2005. [https://www.peacepalacelibrary.nl/ebooks/files/ICC\\_InternationalMaritimeBoard\\_Annual\\_Piracy\\_Report2004.pdf](https://www.peacepalacelibrary.nl/ebooks/files/ICC_InternationalMaritimeBoard_Annual_Piracy_Report2004.pdf) . Acesso aos 01 de Junho de 2016.

ICC - International Maritime Bereau. *Piracy and Armad Robbery Against Ships. Annual Report (1 January – 31 December 2009)*. IBM, London, 2010. [https://wikileaks.org/gifiles/attach/131/131106\\_2009%20Annual%20IMB%20Piracy%20Report.pdf](https://wikileaks.org/gifiles/attach/131/131106_2009%20Annual%20IMB%20Piracy%20Report.pdf) . Acesso aos 01 de Junho de 2016.

ICC - International Maritime Bureau. *Intrenational Maritime Bureau. Pircy and Armed Robbey Againts Ship. Annual Report period (1 January – 31 December 2010)*. IBM, London, 2011. <http://www.simsl.com/Downloads/Piracy/IMBPiracyReport2010.pdf> . Acesso aos 01 de Junho de 2016.

ICC – International Maritime Bureau. *Piracy and Armed Robbery Againsts Ship. Annual Report for the period (1 January – 31 December 2015)*. IBM, London, 2016. <http://www.hellenicshippingnews.com/wp-content/uploads/2016/02/2015-Annual-IMB-Piracy-Report-ABRIDGED.pdf>. Acesso aos 01 de Junho de 2016.

Jornal de Angola (2013). *Plano de Angola entregue na ONU*. Edição, online de 13 de Dezembro. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/plano\\_de\\_angola\\_entregue\\_na\\_onu](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/plano_de_angola_entregue_na_onu) . Acesso aos 23 de Abril de 2016.

Jornal de Angola (2014). *Inscrição abertas para recrutamento*. Edição online de 23 de Outubro de 2014. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/inscricoes\\_abertas\\_para\\_recrutamento\\_1](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/inscricoes_abertas_para_recrutamento_1) . Acesso aos 15 de Agosto de 2016.

Jornal de Angola (2015). *Marinha de Guerra definiu prioridades*. Edição, online, de 06 de Junho. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/marinha\\_de\\_guerra\\_definiu\\_prioridades\\_1](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/marinha_de_guerra_definiu_prioridades_1) . Acesso aos 18 de Dezembro de 2015.

Jornal de Angola (2014). *Petroleiro detido na Nigéria*. Edição, online de 04 de Fevereiro. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/petroleiro\\_detido\\_na\\_nigeria](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/petroleiro_detido_na_nigeria) . Acesso aos 18 de Dezembro de 2016.

Jornal de Angola (2016). *Finalmente, a paz definitiva em 2002*. Edição online, de 26 de Junho de 2016. Disponível em [http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/img/file576f97ff0d2c7quarenta\\_anos\\_d.pdf](http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/img/file576f97ff0d2c7quarenta_anos_d.pdf) . Acesso aos 12 de Dezembro de 2016.

Jornal de Angola (2016). General Sachipengo Nunda preocupado com a fronteira. Edição, online de 10 de Novembro de 2016. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/general\\_sachipengo\\_nunda\\_preocupado\\_com\\_a\\_frontera](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/general_sachipengo_nunda_preocupado_com_a_frontera) . Acesso aso 29 de Setembro de 2017.

KUPPEN, Jesper (2016). *Measures to eradicate piracy in the Gulf of Guine*. Hahanum Model United Nations. Research Reports. Disponível em <http://hagamun.org/wp-content/uploads/2016/02/GA1-3-Jesper-Kuppen-6-FEB-checked.pdf> . Acesso aos 10 de Junho de 2017.

KIVUANDANGA, André (2015). No Kwanza-Sul Fiscalização Marítima Sem Meios. Edição online do Jornal Nova Gazeta de 21 de Maio. Disponível em <http://novagazeta.co.ao/?p=8339> . Acesso aos 12 de Maio de 2016.

LEITE, Lucas Amaral Batista (2016). *Objectivos Políticos e Objectivos Militares da Guerra do Iraque (200-2011): Uma Análise Clausewitziana da actuação norte-americana-Americana*. Disponível em <http://www.lawinter.com/60lawinterreview.pdf> . Acesso aos 18 de Janeiro de 2017.

MARTINS, Fula (2016). *Marinha de Guerra acelera a modernização*. Jornal de Angola (online) de 2 de Julho. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/marinha\\_de\\_guerra\\_acelera\\_modernizacao](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/marinha_de_guerra_acelera_modernizacao) . Acesso aos 28 de Setembro de 2017.

NARCISO, Inês de Carvalho. *A Geopolítica do Mar de Português*. Contributos do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa. 2006. Disponível em [http://icnsd.afceaportugal.pt/conteudo/congresso/ICNSD\\_1A\\_texto\\_pdf\\_ines\\_narciso.pdf](http://icnsd.afceaportugal.pt/conteudo/congresso/ICNSD_1A_texto_pdf_ines_narciso.pdf) . Acesso aos 20 de Maio de 2016.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell & CARDOSO, Nilton César Fernandes (2015). *Renascimento e Securitização da África no Século XXI*. Edição, Universidade Católica do Perú. Disponível em <http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2015/01/OLIVEIRA-CARDOSO.-RENASCIMoPEPENTO-E->

SECURITIZA%C3%87%C3%83O-DA-%C3%81FRICA-NO-S%C3%89CULO-XXI.pdf . Acesso aos 1 de Fevereiro de 2017.

Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA). Avaliação das Operações da Indústria Petrolífera de Angola (2011). Disponível em [http://www.osisa.org/sites/default/files/angola\\_oil\\_portuguese\\_final\\_less\\_photos.pdf](http://www.osisa.org/sites/default/files/angola_oil_portuguese_final_less_photos.pdf) . Acessado aos 02 de Agosto de 2016.

PAPADEMETRIOU, Demetrios G (2008). *Gerir Melhor as Migrações Internacionais: Princípios e Perspectivas para Maximizar os Benefícios das Migrações*. Edição, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa. Disponível em <http://www.flad.pt/wp-content/uploads/2014/05/livro12.pdf> . Acesso aos 10 de Abril de 2016.

PAUTASSO, Diogo & OLIVEIRA, Lucas Kerr de. A Segurança Energética da China e as Reações do EUA. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cint/v30n2/v30n2a04.pdf> . Acesso aos 10 de Maio de 2017.

Portal de Angola (2014). *Angola comprometida com a estabilidade e segurança regional*. Disponível em <https://www.portaldeangola.com/2014/07/angola-comprometida-com-a-estabilidade-e-seguranca-regional/>. Acesso aos 19 de Dezembro de 2017.

Portal de Angola (2015). Angola formalizou pedido para alargar plataforma continental além das 200 milhas. Edição, Online de 09 de Outubro. Disponível em <http://www.portaldeangola.com/2015/10/angola-formalizou-pedido-para-alargar-plataforma-continental-alem-das-200-milhas/> . Acesso aos 18 de Agosto de 2016.

Portal de Angola. O Perfil de Angola (2016). Disponível em <http://www.governo.gov.ao/opais.aspx> . Acesso aos 18 de Agosto de 2016.

Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014 (2016). Instituto Nacional de Estatística de Angola, Luanda, Março de 2016. Disponível em [http://www.cnc-angola.com/attachments/article/9/CNC\\_Boletim%20Estat%C3%ADstico%20de%202015%20-%204%C2%BA%20Trimestre.pdf](http://www.cnc-angola.com/attachments/article/9/CNC_Boletim%20Estat%C3%ADstico%20de%202015%20-%204%C2%BA%20Trimestre.pdf) . Acesso aos 14 de Maio de 2016.

ROYER, Pierre & NICOLAS Alexandre. *Lá domination américaine sur les mers*. Disponível em <http://www.le-cartographe.net/dossiers-carto/monde/63-index/publications/184-dicoatlas-des-oceans> . Acesso aos 05 de Março de 2017.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos (2013). *Os Desafios de busca de um Poder Naval no Século XXI*. Revista da Marinha Brasileira, Nº 04/06. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro- Brasil. Disponível em <http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb-2-2013.pdf> . Acesso aos 5 de Dezembro de 2016.

SANTOS, Gustavo Plácido dos (2016). *Angola na Comissão do Golfo DA Guiné e na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Disponível em <https://africadefesaeseguranca.wordpress.com/2016/10/04/angola-na-comissao-do-golfo-da-guine-e-na-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul/> . Acesso aos 20 de Setembro de 2017.

ONU (2011). Resolução nº 2018 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/573/21/PDF/N1157321.pdf?OpenElement>. Acesso aos 20 de Fevereiro de 2017.

ONU (2012). Resolução nº 2039 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/247/71/PDF/N1224771.pdf?>. Acesso aos 20 de Fevereiro de 2017.

RODRIGUEZ. David M (2016). *Statement of General, Commander, United States Africa Command Before the Senate Armed Services Committee the 8 March the 2016*. Disponível em [file:///C:/Users/pc/Downloads/2016%20Posture%20Statement%20FINAL%20Cleared%202%20Mar%2016%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/pc/Downloads/2016%20Posture%20Statement%20FINAL%20Cleared%202%20Mar%2016%20(1).pdf) . Acesso aos 23 de Março de 2017.

RODRÍGUEZ. José-Léon García, RODRÍGUES. Francisco J. García, GUTIÉRREZ. Carlos Castilla e MAJOR. Silvério, Adriano (2014). *Petróleo, Pobreza y Medio Ambiente en Angola*. Edição, Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, Nº. 64. Disponível em <http://www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/viewFile/1693/1610> . Acesso aos 10 de Março de 2016.

TOMÉ, Luís (2010). *Segurança e Complexo de Segurança: Conceitos Operacionais*. JUNUS- NET e- Jornal of International Relations. Universidade de Lisboa. Disponível em <http://observare.ual.pt/janus.net/pt/n%C3%BAmoros-anteriores/23-portugues-pt/v-1->

n-1-2010-outono/artigos-vol1-n1/30-seguranca-e-complexo-de-seguranca-conceitos-operacionais . Acesso aos 15 de Janeiro de 2016.

United Nations Institute for Training and Research (2014). *Global Report on Maritime Piracy: a geospatial analysis 1995-2013*. UNITAR. Disponível em [https://unosat.web.cern.ch/unosat/unitar/publications/unitar\\_unosat\\_piracy\\_1995-2013.pdf](https://unosat.web.cern.ch/unosat/unitar/publications/unitar_unosat_piracy_1995-2013.pdf) . Acesso aos 18 de Julho de 2016.

U.S. AFRICOM (2017). *What we Do: Africom Mission Statement and Exercises*. Disponível em <http://www.africom.mil/what-we-do> . Acesso aos 14 de Março de 2017.

WPANGO, Félix Moisés (2013). Combate à imigração ilegal tem sido difícil para as autoridades policiais. Disponível em [http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2013/2/13/Combate-imigracao-ilegal-tem-sido-dificil-para-autoridades-policiais,af8cbbce-c165-40cb-ade1-0ff03d5bbd31.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/2/13/Combate-imigracao-ilegal-tem-sido-dificil-para-autoridades-policiais,af8cbbce-c165-40cb-ade1-0ff03d5bbd31.html) . Acesso aos 22 de Maio de 2015.